

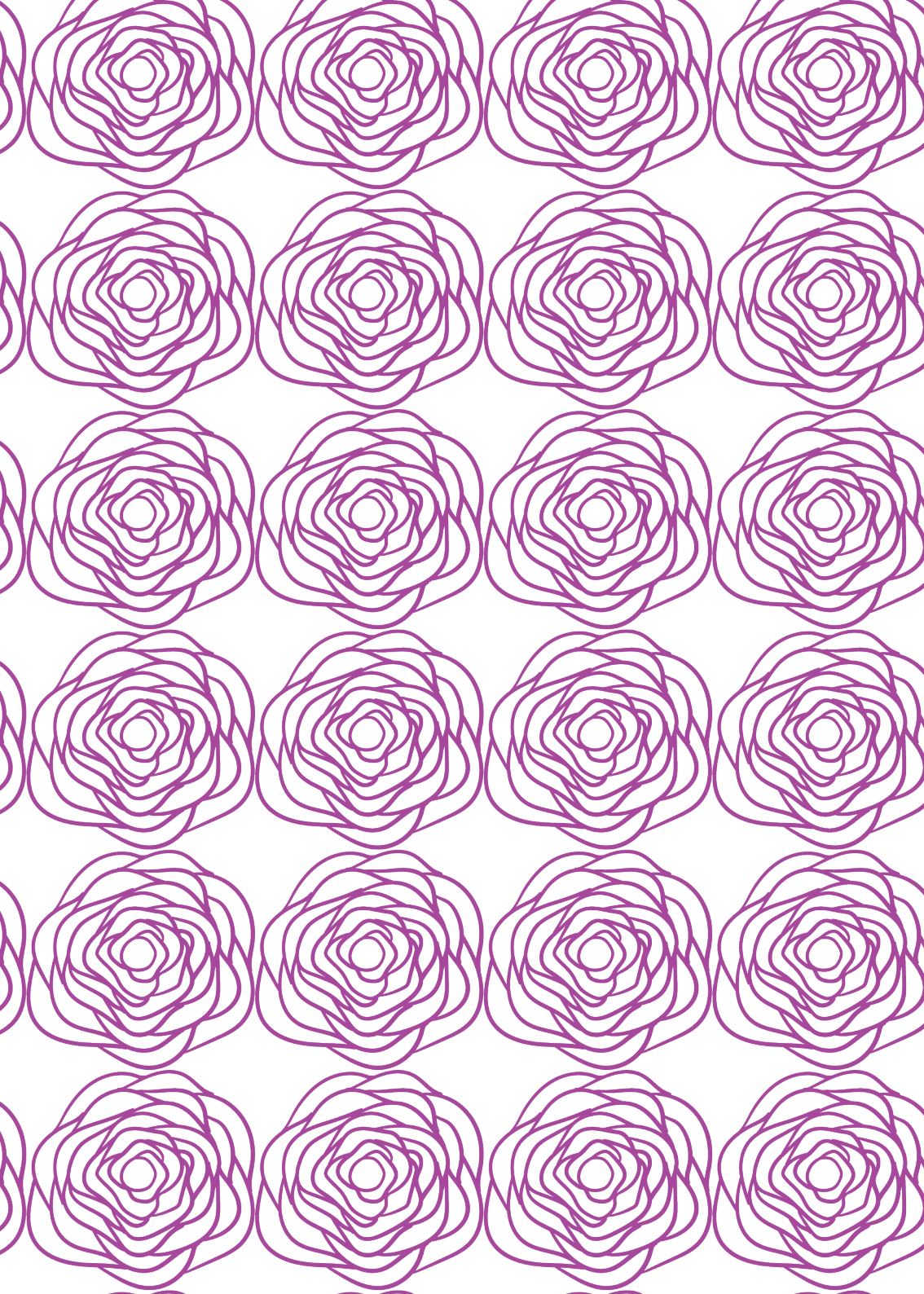


CFEMEA

30 anos de lutas feministas

organizado por Milena Argenta, Natalia Mori e Soraya Fleischer

CFEMEA - Brasília, 2019





CFEMEA

30 anos de lutas feministas

organizado por Milena Argenta, Natalia Mori e Soraya Fleischer

CFEMEA - Brasília, 2019

Ficha técnica:

Título: Cfemea – 30 anos de lutas feministas

Organização: Milena Argenta, Natalia Mori e Soraya Fleischer

Revisão de textos: Natalia Mori, Soraya Fleischer e Valesca Scarlat

Entrevistas: Milena Argenta e Natalia Mori

Degravação: Bárbara Crístielle e Milena Sasha Santos Batista

Diagramação: Miguel Haru

Arte e Projeto gráfico: Miguel Haru

Equipe CFEMEA: Amara Hurtado, Guacira César de Oliveira, Janaína Coelho Azevedo, Jolúzia Batista, Masra de Abreu, Milena Argenta, Mirla Maciel, Natalia Mori, Priscilla Brito, Sônia Malheiros Miguel.

Realização: Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA



Apoio:



Orgs. Milena Argenta, Natalia Mori e Soraya Fleischer.

CFEMEA – 30 anos de lutas feministas. Brasília: CFEMEA, 2019.

158 p.

ISBN 978-85-86119-17-0

1. Direitos das Mulheres. 2. Políticas Públicas e Igualdade de gênero. 3. Movimento de Mulheres. 4. Memória das lutas feministas e antirracistas. 5. História dos movimentos de mulheres no Brasil e América Latina. 6. Direitos das trabalhadoras. 7. Autocuidado e Artivismo. 8. 30 anos CFEMEA.

1. CFEMEA – 30 anos de lutas feministas

2019, por CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido e difundido desde que citada a fonte.





PREFÁCIO

Meu encontro com o *CFEMEA* coincide com minha volta ao movimento feminista, uma vez que, no ano anterior, tinha deixado de compor o CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, espaço governamental responsável pela definição das políticas públicas voltadas para as mulheres. Nesse momento, as cinco aventureiras (Gilda, Guacira, Iaris, Malô e Marlene) que alimentavam a estratégia de criar uma organização feminista no planalto central também fizeram parte da equipe permanente do CNDM. Portanto, não só trabalhamos juntas um “bocado de tempo” como também nos tornamos amigas e parceiras na luta feminista.

Para falar sobre a importância da criação do *CFEMEA*, em julho de 1989, lembrei resumidamente de alguns elementos que marcaram a conjuntura da época. Até a criação do CNDM, em 1985, o Estado

não possuía política pública específica para as mulheres, salvo alguns programas na área da saúde. Portanto, a chegada de feministas na estrutura do Governo Federal fez com que a política do CNDM provocasse alterações no cenário nacional, pois, nesse primeiro período, o Conselho esteve muito mais voltado para a articulação com os movimentos de mulheres do que para com o próprio Governo.

Quatro anos depois da criação do Conselho, o Ministro da Justiça fez uma declaração à imprensa argumentando que o CNDM já havia cumprido a sua função, uma vez que as mulheres tinham conquistado 80% das suas reivindicações na nova Constituição Brasileira, e, além disso, ele colocou, arbitrariamente, no Conselho, mulheres sem nenhuma identidade política com o feminismo, em um explícito ato de retrocesso. Essas e outras afrontas provo-

caram a renúncia coletiva das conselheiras bem como da equipe técnica.

Se havia, até então, no cenário nacional, um instrumento governamental de escuta, canalização, organização, execução e institucionalização da agenda das mulheres/do gênero, este fora completamente descaracterizado e fragilizado, e provocou um vácuo na tarefa de incidir e monitorar as políticas públicas. Nesse contexto, o quinteto de técnicas demissionárias do CNDM, que viviam em Brasília, passou a “ser interpelado como o ponto de referência pelas militantes feministas nos diversos estados”, como conta Guacira, uma das fundadoras do *CFEMEA*.

Assim, no ano em que caiu o Muro de Berlim, em que estudantes chineses foram às ruas protestar contra o regime e foram massacrados na Praça da Paz Celestial, em que a TV Record foi comprada pelo bispo da Universal, em que nosso dinheiro perdeu três zeros e pas-

sou a se chamar Cruzado Novo, em que uma nova lei ampliou as possibilidades de divórcio no país, em que o CNDM foi esvaziado e o povo brasileiro iria quebrar um jejum de 29 anos e votar para presidente da república, nasce o *CFEMEA* - Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

Portanto, o *CFEMEA* chegou ao Brasil em um tempo nada fácil para as brasileiras: quando as conquistas obtidas estavam ameaçadas pelo governo Collor, que via no feminismo um poder atemorizante a ser enfrentado. Diante do controle, da vigilância, dos julgamentos e das regras impostas por uma hegemônica e opressora sociedade capitalista, racista e patriarcal que governava o país naquele momento, tivemos que permanecer juntas, mobilizadas e organizadas estrategicamente.

Portador das demandas feministas da época e respeitado pelo compromisso com a luta pelos direitos que

abraçavam, não demorou nada, nadinha, para que o *CFEMEA* se tornasse uma referência nacional. E não foi um milagre! Foi um esforço aguerrido do grupo! Foi por pautar o debate público sobre os direitos das mulheres no legislativo, convencer os parlamentares sobre projetos de nosso interesse, mobilizar a opinião pública - sempre em parceria com os movimentos de mulheres e feministas - que a chegada desta organização feminista na capital federal foi aplaudida por muitos setores do campo democrático, para além do feminismo.

Por que conto isso? Para explicar que a admiração, o respeito e a parceria que tenho com o *CFEMEA*, nesses trinta anos, configuram-se como a principal matéria-prima que utilizo para tecer o prefácio deste livro. Desde que aceitei esse honroso convite, passei a ter arrepios de insegurança. Sei o quanto esta obra é fundamental para as antigas, atuais e novas gerações de feministas, pois

a história desta organização que faz 30 anos de existência contribui para o entendimento dos processos das lutas das mulheres por igualdade de gênero, raça e classe, justiça social, ambiental e econômica, liberdade, direito ao corpo e às suas manifestações, demarcações de terras indígenas, políticas públicas de qualidade e acessíveis, direito das trabalhadoras domésticas, autocuidado e cuidado entre ativistas, contra o racismo e contra todas as formas de violências, violações, preconceitos e fobias que permearam a luta feminista nas últimas três décadas.

Quando me vi tomada pela responsabilidade de fazer essa escrita, fui vasculhar no acervo da REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano, organização feminista, antirracista e antitransfóbica na qual trabalho, e encontrei a primeira edição, de maio de 1992, do *Fêmea* - instrumento de comunicação do Projeto “Direitos da Mulher na Lei e na Vida”, coor-

denado pelo *CFEMEA*. Em seu editorial consta que o principal objetivo da publicação era subsidiar os movimentos de mulheres nas discussões para a regulamentação da Constituição e pela revisão constitucional, iniciando ali sua longa história de nos manter informadas sobre as proposições relativas aos nossos direitos em tramitação no Congresso Nacional. Com a certeza de que só a pressão das organizações e dos coletivos de mulheres poderiam barrar propostas de retrocessos, o *Fêmea* chegava periodicamente, via correio, nas nossas casas, nos nossos grupos, nas instâncias de mulheres dos sindicatos e partidos, em centenas e centenas de mãos, recheado de notícias, reflexões, debates e chamamentos à ação conjunta diante de alguma ameaça temporal.

Nessas últimas três décadas, sempre estive perto do *CFEMEA*, seja como sócia, integrante do conselho deliberativo,

parceira, consultora, colaboradora, mas, principalmente, como admiradora de sua trajetória ética e compromissada com a vida das mulheres, base de seus projetos. Bebi, em diferentes situações, do Orçamento Mulher, do Balanço Legislativo Anual, da perspectiva de gênero e raça no orçamento público, dos cursos da Universidade Livre Feminista e do monitoramento das políticas públicas que a equipe do *CFEMEA* produzia e produz.

Certamente o *CFEMEA* enfrentou muitos obstáculos e, no saudável rodízio democrático, contou com uma equipe técnica de feministas comprometidas e atuantes na construção do feminismo da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, da qual faz parte desde a sua fundação, em parceria com outras redes e articulações brasileiras e internacionais.

O *CFEMEA* tem aberto muitas portas e contribuído

para pavimentar o caminho de transformação social e a chegada de novas gerações no feminismo, que invadiu as redes sociais, as ruas e as escolas, com um novo jeito e uma nova estética de fazer política.

Com o avanço das forças conservadoras, alimentadas pelo fundamentalismo religioso que opera nas casas legislativas, existem inúmeros projetos de leis que visam limitar o acesso a métodos contraceptivos e transformar o aborto em crime em qualquer circunstância, colocando em risco a vida de milhares de mulheres em todo o país. Soma-se a essas ameaças uma perigosa alquimia entre os que menosprezam os direitos das mulheres e as ações de grupos extremistas que buscam abolir da literatura educacional e das expressões culturais qualquer referência à perspectiva de gênero e raça, os quais provocam intolerâncias e abrem caminho para o aumento das violências físicas (feminicídios, estupros, extermínio da juventude negra

e de indígenas, LGBTI e defensores de direitos humanos) e simbólicas (ameaçam tirar nossos direitos, querem controlar nossos corpos, difamações, fake news etc.).

A crise democrática que assola o país, o avanço do conservadorismo nas instituições e na sociedade, o desembarque do Governo de uma grande parcela das feministas após o golpe, as novas perspectivas teóricas sobre o conceito de gênero, a democracia participativa e a autonomia dos nossos corpos e de nossa vida, o acolhimento da perspectiva interseccional e a diversidade de novas sujeitas faz com que o feminismo brasileiro viva um intenso momento de transformação e reconhecimento da sua força política.

Sabemos que o caminho é árduo, hostil e pedregoso, sobretudo neste momento da história em que questionamos a legitimidade deste governo e somos atravessadas por uma conjuntura complexa que de-

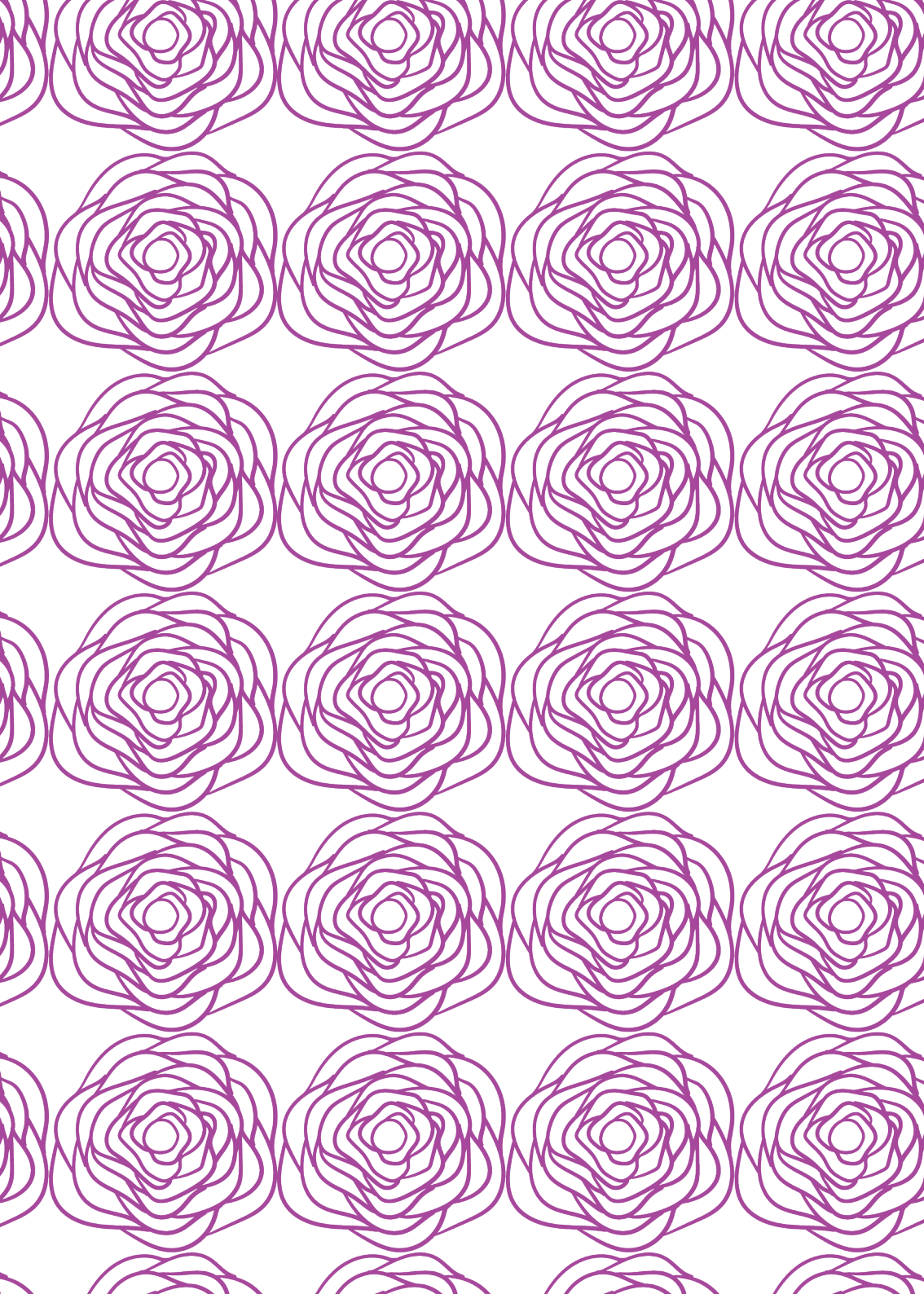
manda profundas mudanças. O *CFEMEA*, ao lado da *AMB* e de outros movimentos feministas, continua desafiando o sistema capitalista, racista, machista, cis e heteronormativo, apostando em um compromisso ético e na ação política em defesa da vida das mulheres.

Aprendi muito com essa moçada feminista que mantém a organização viva e

atuante, a quem aplaudo e deixo meu abraço político afetivo, com a certeza de o *CFEMEA* terá muitas décadas de luta e resistência e que continuará com a capacidade de se indignar diante de qualquer injustiça, com a coragem de driblar as tempestades e capaz de reinventar cotidianamente um jeito novo de estar no mundo.

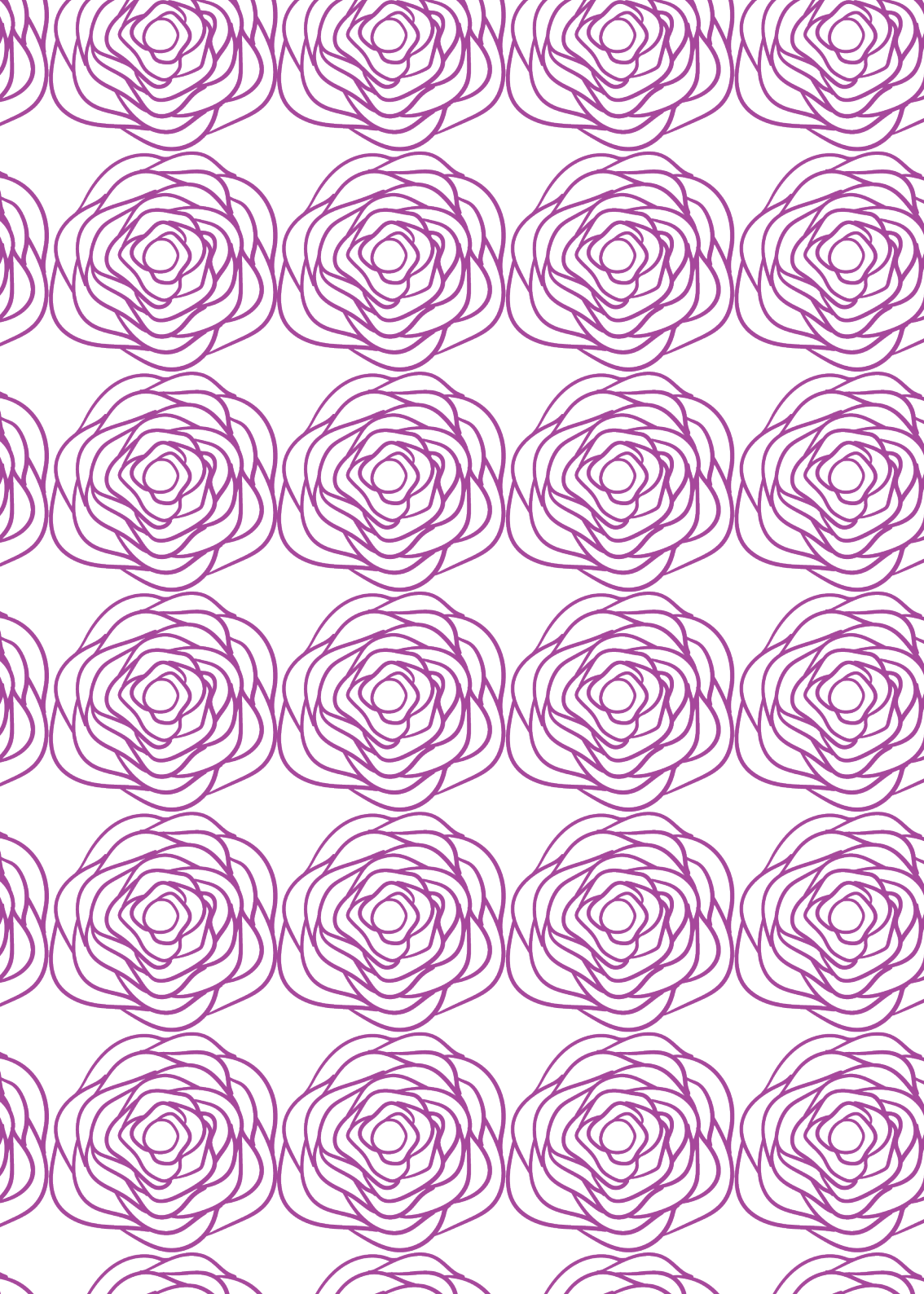
Schuma Schumacher – ativista feminista antirracista, coordenadora executiva da ONG REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano e integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).





SUMÁRIO

Prefácio.....	5
<i>Schuma Schumacher</i>	
Apresentação.....	15
<i>Guacira Cesar de Oliveira e Natalia Mori</i>	
Autocuidado na forma de ArtIvismo.....	25
<i>Gabriela Fidelis</i>	
Rodas de re-existência feminista.....	37
<i>Guaia Monteiro Siqueira</i>	
Fragmentos da memória afetiva e coletiva na luta pela legalização do aborto no Brasil.....	51
<i>Bia Galli e Paula Viana</i>	
CFEMEA: uma espiral de pequenos e grandes círculos.....	63
<i>Entrevista com Analba Brazão</i>	
Meus devaneios: histórias ouvidas, vistas e vividas nos meandros de uma assessoria jurídica feminista.....	77
<i>Iáris Ramalho Cortês</i>	
A luta articulada das Camponesas pelo direito à Previdência Pública, Universal e Solidária	95
<i>Entrevista com Justina Inês Cima</i>	
A árdua luta das trabalhadoras domésticas por reconhecimento: da organização sindical à igualdade de direitos.....	105
<i>Entrevista com Creuza Maria Oliveira</i>	
Questões e relações feministas em torno da democracia, da divisão sexual do trabalho e do cotidiano.....	115
<i>Maria Betânia Ávila</i>	
O CFEMEA e a luta internacionalista.....	129
<i>Nina Madsen</i>	
Haciendo memoria... para festejar la permanencia.....	137
<i>Lilian Celiberti</i>	
Existirmos: a que será que se destina? – CFEMEA 30 anos.....	151
<i>Nilza Iraci</i>	



APRESENTAÇÃO

Guacira César de Oliveira

Fundadora do Cfemea

Natalia Mori

Diretora Colegiada do Cfemea

Ousamos, como mulheres ativistas, não nos submetemos às fronteiras do racismo patriarcal, da heteronormatividade, do etnocentrismo, do capacitismo que nos separam e exploram. Buscamos encontros, diálogos, reconhecimento mútuos, cuidado entre nós, responsabilidades individuais, compromissos coletivos para a justiça reparatoria, a liberdade, os direitos de todas, o Bem Viver para sanar tantas dores, feridas e cicatrizes que pesam desigualmente sobre nós mulheres.

Em tempos brutos, a alegria de existir enquanto sujeito político de luta precisa ser celebrada. Olhar para nossa história, registrar nossa caminhada de conquistas, reconhecer os obstáculos superados e os incontornáveis é fundamental para seguir adiante. Nessas três décadas, as lutas feministas das mulheres transformaram a realidade do nosso país. Nós mulheres criamos novas possibilidades, enfrentamos obstáculos imensos, encaramos inimigos poderosos, conquistamos outros espaços, nos movemos, ocupamos lugares inéditos.

Ao longo dessa trajetória, o CFEMEA existiu e continua existindo como elemento vivo, pulsante, elo, canal e ferramenta das lutas feministas antirracistas por um projeto radical de transformação social, de cidadania plena, por uma vida sem violência, digna, sem opressão nem discriminação. Nossa história se funde com a história dos movimentos de mulheres. Sempre recusamos o lugar de especialistas, pois acreditamos que só a ação coletiva é capaz de imprimir a

força necessária para mudar valores, ideias e conquistar direitos. Somos um coletivo de ativistas que se dedicam à construção de ações movimentistas das mulheres. Nesse processo, fomos e somos também alimentadas, provocadas e encorajadas por centenas de outras bravas militantes feministas e antirracistas. Com essa preocupação em mente e diante da necessidade de registrar a nossa própria história em tempos de esquecimento e apagamento de lutas e resistência é que convidamos treze ativistas feministas para tecerem em poucas linhas suas trajetórias e caminhos comuns com a história de luta do CFEMEA.

O CFEMEA surge, em 1989, num momento bastante particular da história brasileira. É fruto do processo Constituinte (1986-1988), onde a força da sociedade se fez presente, através dos mais diferentes sujeitos políticos, de luta, de movimentos sociais. Para derrubar a ditadura militar (entre 1964-1984) muitas forças da sociedade civil organizada se mobilizaram, se organizaram, inclusive e especialmente o movimento de mulheres. Incidiram com determinação para a construção da “Constituição Cidadã”, promulgada em 1988. Tal processo foi vital para o reconhecimento dos diversos movimentos de mulheres existentes. Em sua reflexão, nossa sócia fundadora, Iáris Cortês, relembra a força da união de mulheres que tinham a capacidade de transformar pessoas antagônicas em verdadeiras irmãs.

Como relembra Schuma, no prefácio desta publicação, as mulheres organizadas na Constituinte tiveram sucesso na inclusão de 80% de suas reivindicações na Constituição. A tarefa pós constituinte foi, assim, consolidar e ampliar os direitos e princípios constitucionais que havíamos conseguido inserir no marco legal mais importante do País. E ainda, lutar por outros não contemplados, a exemplo da isonomia de direitos para as trabalhadoras domésticas, como relembra Creuza Maria de Oliveira em um dos textos dessa coleção de artigos.

As mulheres que aqui toparam o desafio de escrever sobre sua relação e história com o CFEMEA formam parte de nossa luta e

existência em prol da cidadania e dos direitos das brasileiras e das latino-americanas. Sobre essa relação, convidamos uma feminista latina, Lilián Celiberti (Cotidiano Mujer/Uruguai) e Nina Madsen (que já fez parte da equipe do CFEMEA) para problematizarem a relação entre lutas territorializadas e internacionalistas. Esse caminho dialógico entre pensar as lutas produzidas por sujeitos reais numa dimensão territorial (seja qual for o território) é tensionado pela necessidade de localizar pautas amplificadas que compreendem as estruturas mais profundas da exploração e da opressão para além daquele território.

Olhar para a história, registrar a memória também é fundamental para se pensar o presente. Como aprendemos com a força das mulheres negras e indígenas no respeito às nossas ancestralidades para sabermos quem somos, o que queremos e que alternativas de mundo propor, é preciso conhecer a história de lutas daquelas que enfrentaram as amarras do patriarcado racista e etnocêntrico para traçar estratégias de avanço e definir propostas libertárias, para não deixarmos nenhuma mulher sem esperança de uma vida melhor.

Estamos em movimento, somos coletivas e individualidades. Somos uma e somos todas que nos antecederam. Somos com as ancestralidades que nos constituem e nos conectam com experiências de amor, resistência, conquista, violência, dor, resiliência, cura das que vieram antes de nós. Nos vemos e nos reconhecemos mutuamente.

A presente publicação reflete esse encontro de diferentes gerações, negras, não-negras, feministas antirracistas, ativistas, teóricas do feminismo, camponesas, sindicalistas, sobre seus olhares que fortalecem nossa resistência e que também compõem um campo político/afetivo, como tão poeticamente afirma a artista Gabriela Fidelis, abrindo os textos dessa coletânea.

No centro das decisões políticas do país, nos dedicamos a informar, articular, garantir a presença de muitos movimentos de mu-

heres para o diálogo político. Nossa presença estratégica no Legislativo e em alguns lugares do executivo federal nos deu condições para escutar, perceber as possibilidades de avanços em leis pró-direitos das mulheres, como também para perceber os desafios, resistir às perdas de direitos, enxergar e denunciar os problemas de alianças e relações políticas espúrias, conservadoras, cujo projeto político era – e segue sendo – avesso à autonomia econômica e política das mulheres. As mulheres que tanto avançaram em denunciar as amarras e violências sofridas no âmbito privado, a necessidade de se discutir o cotidiano e o tempo das mulheres para a realização do trabalho da reprodução da vida e da produção, como argumenta Maria Betânia Ávila, trazendo à tona um dos slogans centrais do feminismo, o Pessoal é Político!

Nesse percurso, participamos e fortalecemos muitas lutas. Com os movimentos sociais de mulheres do campo e da cidade, lutamos pelo reconhecimento do trabalho doméstico, pelo direito à aposentadoria das trabalhadoras camponesas, pela criação de um sistema urbano de segurado/a especial visando atacar o racismo institucional estruturante em uma sociedade onde o trabalho formal é cada vez menos possível para todas e todos, especialmente para as mulheres negras. Justina Cima, liderança do Movimento de Mulheres Camponesas, nos conta alguns dos momentos de luta em que junto a outras companheiras atuamos em defesa das mulheres por uma previdência pública, universal e solidária.

Fomos também parte na elaboração, articulação e propagação da Lei Maria da Penha (lei 11340/2006), que visava enfrentar um problema central na estrutura patriarcal de nossas sociedades, a violência doméstica. Analba Brazão, militante da Articulação de Mulheres Brasileiras, revela um pouco desse processo em sua entrevista. Analba também vislumbra os frutos de décadas de luta das militantes feministas e antirracistas na chegada de jovens mulheres já comprometidas com as conquistas alcançadas, dispostas a dialogar e seguir a traje-

tória de lutas em prol dos direitos das brasileiras – não sem percalços e conflitos, mas também com muitas possibilidades e aprendizados mútuos.

A luta por direitos nos fez perceber a necessidade de incidir para que obtivéssemos recursos para a implementação desses direitos. Começamos então a nos embrenhar na tecnicidade complexa das finanças, peças orçamentárias para garantir orçamento público para as Mulheres. Podemos não ser as únicas feministas no Brasil e na América Latina a enfrentar e lidar com orçamentos da união, mas certamente fomos pioneiras no processo de popularizar esse debate, incluir ativistas em suas ações de diálogo com gestoras/es comprometidos com a melhoria na vida das brasileiras, enfrentando as estruturas de poder racista, patriarcal, etnocêntrica, LGBTfóbica, classista que se reflete também na designação e na distribuição dos recursos públicos.

Desafiamos as estruturas conservadoras e fundamentalistas que há mais de uma década se mobilizam contra a autonomia das mulheres, negando vida às mulheres que decidem optar por interromper uma gravidez. Nós, feministas, já então denunciávamos as armadilhas da relação entre religiosos e parlamentares. Essa ação articulada produziu danos e nos chamou para as trincheiras da resistência muito antes do momento que vivemos agora. Beatriz Galli e Paula Vianna nos contam como foi a atuação em conjunto na dramática esfera da luta pela vida das mulheres e pela legalização do aborto no Brasil.

Diante das contenções e do aumento do poder conservador, fomos avaliando e reorientando a ação do CFEMEA. Era preciso uma mudança radical estratégica. Ampliar a compreensão de luta política na vida pública, resgatando com mais força a dimensão do afeto, da solidariedade, do cuidado - de si e de uma com as outras. Assim, na celebração de nossos 25 anos de existência, decidimos orientar nossa estratégia central para a sustentabilidade do ativismo feminista. Nesse processo, a dimensão política do autocuidado e do cuidado entre

ativistas torna-se uma peça fundamental de ação do CFEMEA. Guaiá Monteiro, ativista feminista lésbica do DF, relembra esse momento e sua importância para a transformação de sua forma de ser feminista.

Vivemos tempos brutos. O Brasil vive uma crise política profunda. Após um século de lutas por reconhecimento de direitos e cidadania das mulheres, da população negra, dos povos indígenas (estes em luta e resistência desde a chegada dos europeus colonizadores) das pessoas trans, lésbicas, gays e intersexo – ou seja das e dos despossuídos de poder – vivemos um momento de contra-ataque aos projetos emancipatórios e alternativos de vida, que questionam a opressão capitalista sobre nossos corpos e territórios. Uma contraofensiva que quer manter um sexo subjugado às tarefas da vida reprodutiva doméstica, num mundo racializado pelo encarceramento em massa da população negra e seu genocídio, configurando uma verdadeira política de morte de corpos indesejáveis / descartáveis.

Entretanto, há também uma resistência crescente e pulsante. Os anos 2000 trouxeram à tona movimentos que querem construir alternativas para outros mundos possíveis. Os Fóruns Sociais Mundiais e os movimentos antiglobalização, por exemplo, fizeram reconhecer a diversidade de lutas e propostas que esses mesmos sujeitos despossuídos conseguiram vocalizar para o conjunto da humanidade. Vivemos talvez uma crise de processo civilizatório, mas há força e determinação para seguirmos lutando por outro mundo – mais justo, solidário, igual, ambientalmente sustentável, pautado pelo Bem Viver proposto pelas populações indígenas da América Latina.

O último texto da coletânea traz uma série de perguntas relevantes para o momento atual. A militante negra e fundadora do Geledés, Nilza Iraci, nos provoca com uma pergunta de um milhão de dólares. Em suas palavras:

“o que já se alcançou em relação aos principais anseios e às necessidades nos idos dos anos 90? O que resta da histórica luta revolucionária e transformadora? O que foi feito de nossos sonhos e utopias? Ou, em última análise, o que e como fazer para que tudo tenha valido a pena? Vivemos tempos de retrocessos impensáveis, nos nossos piores pesadelos. Como não desistir frente à barbárie e garantir que nenhum poder opressor seja capaz de nos enfraquecer em nossos processos de resistência?”

Esperamos poder contribuir para encontrar caminhos presentes e futuros de luta, para permanecer existindo e resistindo. Foram anos de aprendizado com processos de incidência política. Tal trajetória nos ensina a seguir processos de resistência pra frear a barbárie coletiva, imprimir sonhos e utopias de projetos de vida libertários.

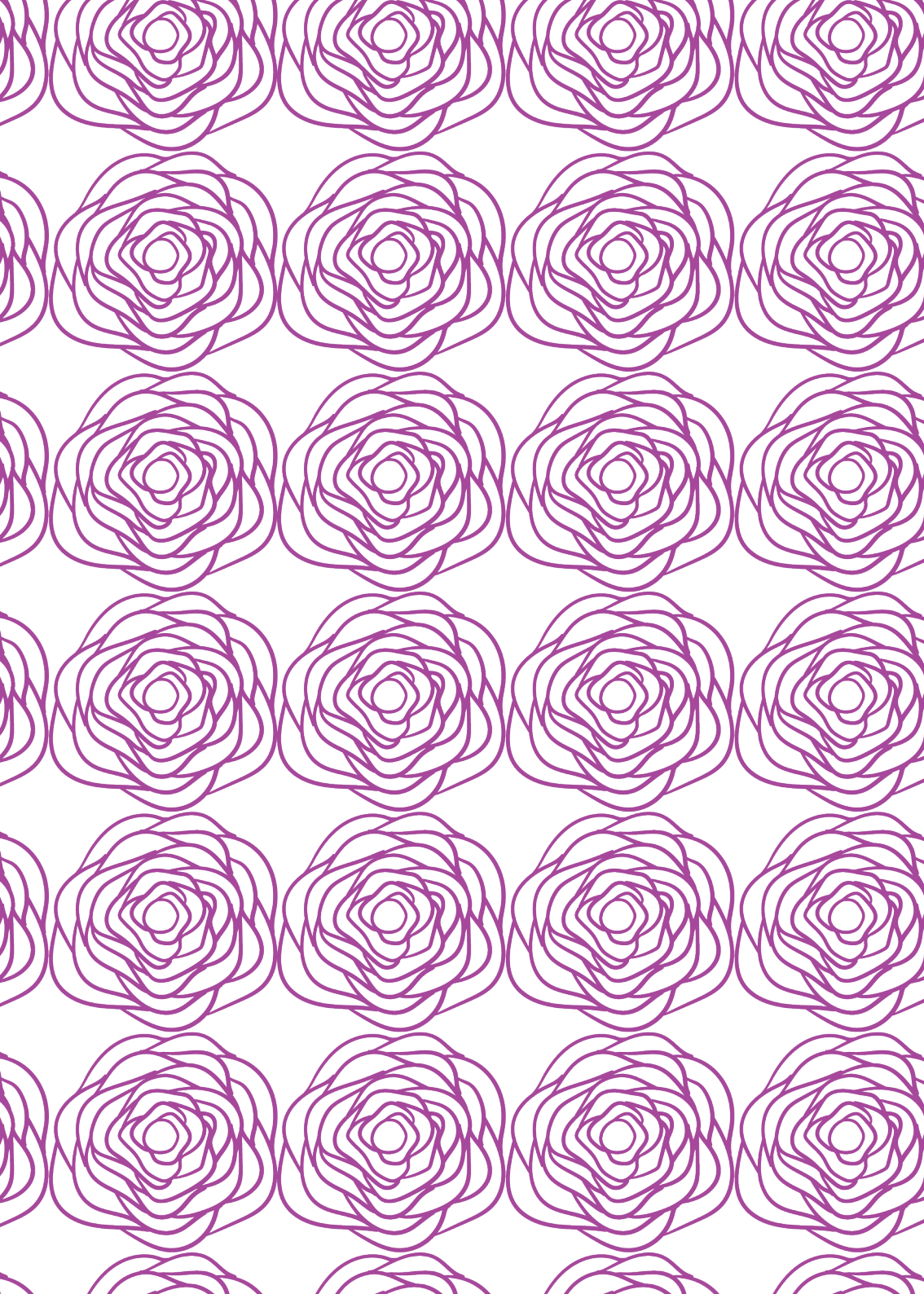
Em nome da equipe do CFEMEA, queremos agradecer a todas as mais de cem pessoas que passaram pela organização e que nos ajudaram a realizar cerca de 150 projetos em prol dos direitos das mulheres. Um agradecimento especial também às organizações parceiras que ao longo desse período financiaram nossos sonhos e ações por uma vida justa e igual para as mulheres brasileiras, e que hoje apoiam nosso projeto institucional: Mulheres em movimento na luta por autonomia e igualdade: formação política, cuidado entre ativistas e incidência-resistência feminista.

Muitas outras companheiras fizeram e fazem parte de nosso cotidiano de luta que não pudemos chamar aqui para contar suas experiências. Somos gratas a todas essas aguerridas feministas que dedicaram e dedicam sua vida política e de militância para que nós brasileiras ampliássemos direitos, bem como para resistirmos às perdas também. Sigamos!

Somos feministas antirracistas dispostas e compromissadas com as lutas pela transformação social. Somos muitas, construímos identidades diversas, múltiplas, nômade, interseccionais. Somos negras, indígenas, quilombolas, brancas; jovens, adultas e idosas; urbanas, rurais, das águas e das florestas; trabalhadoras, aposentadas, desempregadas; camponesas, cis, trans, hetero, bi, homoafetivas; nortistas, sulistas, brasileiras, latino-americanas, estrangeiras; brincantes, artistas, artesãs, artistas. Somos corpos diversos, mulheres com deficiência; mães, avós, filhas. Somos tantas!







AUTOCIDADO NA FORMA DE ARTIVISMO

Gabriela Fidelis

Ativista da Articulação de Mulheres Brasileiras

*Se afastem de nós Igreja assassina,
família patriarcal,
heterossexualidade compulsória,
normatividades,
amor romântico,
programações dos desejos capitais,
NÃO estamos para te SERVIR.
Os brinquedos viraram demônias.
A igreja caiu.*

Aqui e agora estamos juntas para resistir e nos rebelar à ordem da conformação romântica da maternagem.¹

Em um período de fluxo intenso da vida, me deparei com a ideia forte do feminismo. Já tinham acontecido alguns flertes, mas nada com tanta intensidade interna. Outrora, chegava como algo que fazia sentido na experiência da vida socialmente reconhecida como gênero feminino, contudo, ressoava pouco. Em uma determinada curva chamada por maternidade, tudo ficou à flor da pele e a ideia me arrebatou porque senti como em um corte mais profundo na carne que descortinava minha história, dando sentido e elaborando o entendimento acerca de tamanhas injustiças, violências sofridas e silencia-

¹ As poesias são de minha autoria, previamente autopublicadas em formato de fanzines. A criação Rabiscos de Mim é composta por IV volumes, sendo este trecho retirado da poesia Maternar, situada no volume II, intitulado Cuidado Selvagem.

mentos. Tudo ficou bem escuro e pude enxergar a grandeza da existência, minha e das outras mulheres, juntas, quando conheci a companhia do corpo, da voz e da expressão do feminismo, que é seu movimento feminista, no ano de 2013. Esse tempo era de grande primavera, tinham muitos movimentos in-

ternos e externos acontecendo simultaneamente, dando compasso a uma série de revoluções, rupturas e retomadas porque, nesse fluxo, veio o ímpeto: eu quero RETOMAR A MINHA VIDA! Quero minha vida de volta, livre de tantas prisões, punições e tristezas.

*Aqui e agora construímos,
vivemos companheirismo sem autoridade,
hierarquias e sujeições.
Aqui resiste amizade, somos irmanas de vida partilhada,
amor libertador de corpos indomáveis.
Somos manadas, lobas selvagens.
Não estamos anestesiadas pela história,
pela dura repetição.
Aqui é ruptura, florescer das explosões.*

O meu corpo desaguou na busca por essa existência presente que voltou a pulsar, a gritar e a si querer. Encontrei outras mulheres tocadas por esse fluxo, determinadas e desejosas por se organizarem, fomos apresentadas e acolhidas pelo feminismo da Articulação

de Mulheres Brasileiras (AMB) e seguimos nessa construção de se reconstruir através do reconhecimento de nossas histórias e lugares no mundo. Nesse mesmo ritmo, entre descobertas e transformações de uma luta cotidiana, tanto na esfera individual quanto na coletivi-

dade dos encontros, das ações públicas e dos atos políticos, conheci o *CFEMEA* como uma organização não governamental feminista e antirracista que luta historicamente pelo direito das mulheres e que caminha junto ao movimento de mulheres e feministas fortalecendo a resistência e compondo esse campo político/afetivo.

Desses encontros com o feminismo e seu movimento, como também de outras experiências políticas com pessoas, grupos políticos, outras ideias e formatos, fui trilhando um caminho de aberturas e experimentações de volta ao meu corpo, de volta à minha pulsação, de expressar minha voz e meus sentimentos acerca da minha história e de como quero viver essa vida que é minha! Desejo falar que o feminismo é por si uma expressão de cuidado que traz para a vida das mulheres confiança e coragem de assumir a existência de forma libertária, inteira e alegre por meio de uma amorosidade ímpar. Despertar o corpo para a vida de forma completa foi algo em que precisei mergulhar no universo do cuidado, descobrir outro ponto, outra sensibilidade relacionada ao cuidado, já que a maternidade me tomava e me tocava de uma forma intensa me fazendo perceber toda opressão que está embutida nesse processo de se dar ao outro por sujeição, por obediência para cumprimento de papéis ditados pela sociedade patriarcal e racista.

Subverter é um movimento de amor e sobrevivência que acessei para me criar junto à minha cria, e encontrei, nesse olhar para mim mesma, onde estávamos juntas entre nós e com tantas outras, novas possibilidades de sustentabilidade, descobrindo em feituas manuais/artesanais o contato com outro ritmo que se apresentava como tempo natural, trazendo calma e leveza; me ensinando um jeito novo de funcionar, aceitar e usufruir das pausas, ficar ali alinhavando a vida comigo mesma, respirando e criando, me recriando junto aos papéis, porque a escrita como uma prática integrativa sempre se fez presente nessa caminhada.

Escrever, na minha experiência, foi e é um processo de presença forte, de se enxergar com carinho, se colocar no colo e se embalar para nutrir o corpo e as emoções, fazer o voo de volta e acessar as histórias cheias de tantas memórias para integrá-las com o auxílio dos recursos, das ferramentas conquistadas no processo de entrega que o autocuidado nos convida a praticar.

Preciso dizer aqui também que expressar o Artivismo no campo da Rua onde encontrei pessoas para conversar sobre poesia feminista, negra, sapatona, mãe assolada sobre situações que nos tocam em comum e para mostrar a potência das criações e toda a magia que acompanhava essas feitura carregadas de passos e vida que transpõem sina e foram, e são, um alimento para minha existência. Salve o povo da Rua!

Chega de Mortes!

Chega de todo dia morrer

um pouco aqui outro acolá,

pelas estradas e cantos desse mundo.

Mulher da curva

Do assovio, sopro que saúda tua força

Desviada

Desviante

Qual teu pecado?

Tornar tua tua vida.

Toda atividade, todo movimento interno ativado pelo feminismo e seu despertar das entranhas, o acordar do meu corpo demonstra em seus passos o convite gentil e o aceite curioso ao autocuidado, que vem também desabrochando por meio de um postura interna ao florescer externo em forma de Artivismo, vindo enquanto uma manifestação do RecriAR SI na dança com o ativismo feminista e seu

movimento. Retomar a conexão para criar, descortinar a criatividade tão perseguida e podada. Se dar a essa criação cheia de imaginação, sensibilidades, sentimentos, intuição do nosso misterioso instinto, conhecimento dos processos vitais, sabedorias do corpo que ensinam também sobre a escuta ativa e afetiva deslocando as ações do cotidiano para outros campos e atmosferas, em uma condução de transbordar criações que mobilizam políticas afetivas para construção de redes de cuidado entre ativistas, estabelece trocas de vivências que elaboram experiências coletivas, mensagens e atuações que podem ser expressas de formas diversas em poesias, música, teatro, comunicação, cinema, tecnologias, performances, entre outras tantas imensuráveis possibilidades de construir diálogo, estabelecer contato e relações, fortalecer os vínculos e laços afetivos. As ferramentas e possibilidades são inúmeras, o diferencial é o que te move, é a energia que sustenta tua movimentação interior para reverberar a força de chamar, atrair as outras pessoas para a conversa, para a troca, para a reflexão transformativa sem julgamentos, sem análises prontas, sem receitas falidas.

Trocando perfeição por coração

Sentir que desnivelar pode ser luz do Revelar SI

O mostrar-se das sombras

Convite para a dança

Fortalecendo o que era tido como fraco

Quando o fraco tem espaço para ser como parte.

Trocar ressoa Tocar e a energia que colocamos nesses movimentos se reflete da forma que se manifesta enquanto resposta. O ArtIvismo convida a outras linguagens e preza por uma comunicação pela veia da sensibilidade, por isso, não violenta, com expressão forte, cheia de sentido político-afetivo e significados existenciais de autonomia e liberdade, criando nova lógica de viver, Bem viver!

*Vida. Minha vida de volta.
Vida nas minhas mãos.
Com as mãos, com o corpo todo integrado. Sigo!
Recriando-ME, meus valores, minhas ideias, minhas percepções
fina,
passeando por conscientes e inconscientes,
eterno pêndulo de amor.
Deixar-ME largada pela imaginação guiada pela intuição
que traz consigo a consciência única da minha existência.
Me vejo entregue ao movimento do sentir das minhas emoções todas
ali,
expostas a elas mesmas, cruas e delicadas.
Se deleitando nas suas próprias curas.
Se revirando pelas esparsas aberturas.
Profundas dilatações
e tudo só fica mais dentro, mais fundo e
mais existente, consistente.
Passos firmes. Eu concreta.
Dentre as invenções e descobertas, crio.
SI estimule!*

Na minha experiência, foi nesse ciclo que o ArtIvismo foi tomando espaço e corpo expressivo, principalmente através da escrita que se transformou em poesias e zines, que tenho carregado e vem se construindo também junto aos processos de autocuidado e cuidado entre ativistas, os quais têm aprofundado intensamente meus ciclos de autoconhecimento, saúde física e emocional e descobertas profundas dos meus recursos de sobrevivência. Dito isso, foi o convite presente de participar do encontro de Autocuidado, Cuidado entre Ativistas da

região Nordeste e formação na Técnica de Redução de Estresse e Alívio de Tensões – TRE, realizado pelo CFEMEA entre 2016 e 2017.

Iniciando o processo de formação na região Nordeste, o I momento aconteceu em dezembro de 2016 em Pernambuco, onde se deu a formação enquanto uma experiência forte de retomada do corpo, de sentir o corpo e de, literalmente, sacudir sua estrutura, tornando assim mais presente a percepção das sensações e dos sentimentos que remetiam às memórias e às histórias de vida, tudo com muito cuidado e amparado por uma equipe excelente, de acolhimento e presença, o que é bem importante na construção de um campo seguro e confiante para as mulheres. Nesse primeiro momento, apertou-se o botão de abertura da viagem de volta para casa, para o corpo e o pulsar da vida através de sua energia vital, que só busca a saúde integral. Viver essa experiência entre ativistas foi e é uma riqueza imensurável, de outra dimensão, porque nos deixa plenas, nuas, com tudo à mostra, e nossas questões feministas ressoam com a formação de forma a nos experimentar em nossas contradições conscientes e inconscientes as quais nosso corpo vem mostrando e transformando com tanta sabedoria, gentileza e amorosidade. Um forte acontecimento, mais uma revolução de vida!

Finalizada a formação, recebi o convite de acompanhar, enquanto auxiliar no cuidado com as ativistas da região Norte, em Belém/PA, no ano de 2018, esse novo momento de formação continuada. Senti fortemente deslocada de posição nessa ativação de estar presente nos processos das outras mulheres, e isso não foi algo técnico ou racional, me pareceu que transcendeu a etapa abrindo novo momento do processo, o eu integral e o coletivo se fundem em uma descoberta de outros jeitos afetivamente cuidadosos de nos relacionarmos e estarmos juntas.

Dentro do círculo, uma força energética de proteção, cuidado e confiança. Ver, acompanhar e cuidar das outras é um espelho

que amplia a percepção do meu processo como uma grande lupa de aumento, pude sentir os detalhes das movimentações internas com muitos sentimentos e, por isso, a sensação de estar mais viva, em uma sensibilidade ímpar. Foi muito curioso esse momento quando olhei para a roda e vi que eram mulheres que nunca tinha visto ou que vi uma vez ou outra em uma atividade do movimento feminista mas não tinha convivência, contudo, é real o poder da empatia construída dentro da vivência de autocuidado e cuidado entre ativistas. Foi um presente cuidar de cada uma, conhecer, ouvir e acolher tantas histórias, momentos e sentimentos. Uma reflexão desafiante desse processo que me veio de forma bem concreta foram as dificuldades relacionadas à comunicação, de pensar e construir frases para me comunicar na troca de cuidado, pois me parecia insuficiente o repertório da minha mente, parecia invasivo, agressivo e julgador, mas, agora, quem me fala isso é o meu silêncio, a auto-observação e a intenção sincera de estar com as outras de forma cuidadosa, com tudo aflorado por esse deslocamento cognitivo e emocional potente.

Eu consegui sentir e perceber a violência com a qual as relações e comunicações são forjadas e o quanto isso é naturalizado, sendo considerado parte do fazer político e da forma de construir os processos, deixando à mostra o espaço de disputa que chama as mulheres para a rivalização e impedindo uma escuta ativa e afetiva pois, para que essa aconteça, é preciso ser uma escuta vazia de julgamentos, análises e conselhos. Pode ser que pareça algo que ressoe despolitizar, mas, na realidade, trata-se de um convite à liberação das armadilhas do ego relacionadas ao poder. Isso é só uma provocação que me fez crescer para dentro, crescer minhas raízes e, com generosidade, compartilhar essa emoção porque, durante o processo da minha formação em Pernambuco, vivi de forma física forte, mas sem tocar nas emoções e, já nesta outra etapa, foi o tempo de desaguar e desafogar o corpo

de tensões e histórias soltas, as pontas seguem se encontrando. É um processo de desvelar-se!

*Atenta e comprometida nesses momentos
de profunda reciprocidade comigo mesma,
me dediquei.
E certo dia acordei ouvindo vozes
Existiam várias vozes dentro de mim
num intenso diálogo, tudo natural, vital e
gentil no tom da voz mais imponente e sábia, o silêncio!
Curiosa sempre que sentava pelo chão e ficava ouvindo
a minha respiração e as vozes
Era tão suave, me emocionavam sempre as histórias contadas.
Ouvia, ouvia, ouvia
loucamente serena, ouvia.*

Aqui e agora, estou em continuidade em um momento mais avançado do processo de formação junto ao CFEMEA, abrindo outro ciclo de encontros de autocuidado, cuidado entre ativistas e formação na TREM da região sudeste, em Rio Bonito, Rio de Janeiro, 2019². Momento de profundas passagens e transformações que traz consigo um grande agradecimento a todo caminho percorrido de crescimento e aprendizados valiosos, celebrando caminhos abertos para seguir vibrando nesse campo dos encontros comigo mesma e com as outras mulheres, construindo, em cada passo, nossa autonomia junto ao corpo que ensina a pendular, a dançar e a estar presente na experiência da vida entre pensamentos, emoções e instinto, movendo liberdades, cuidado e respeito a partir das descobertas de nossos limites que não

2 Aqui, de forma proposital, diferencio “TRE” de “TREM”, a técnica da forma que se propõe como técnica e no que ela foi sendo transformada no processo entre mulheres ativistas. Então, são realmente dois lugares diferentes.

cerceiam, não reprimem nossa existência, mas que aparecem de forma sutil em cada experiência, conversando e mostrando as marcas das histórias que moram nessa casa chamada corpo amoroso, corpo que fala sobre reconhecimento de limites, enquanto um ato de auto amor e autocuidado, para, assim, reconhecer e respeitar o movimentos do corpo das outras, os limites das outras, gerando e fortalecendo o cuidado entre nós.

Esse é um movimento coletivo em que o feminismo sopra sobre a cortina de fumaça que neblina sobre nossas cabeças, momentos delicados nos quais precisamos despertar a capacidade criativa para mover, na política do cotidiano, redes de solidariedade e apoio mútuo. É momento de ter coragem e transformar nossa política, acolhendo e incorporando o autocuidado e o cuidado entre ativistas enquanto materialização de muito do que o feminismo já despertou, e faz muito sentido, para a maioria de nós, que o pessoal é político.

O feminismo está para liberar, libertar e não para fazer doer, remoer as histórias de vida que já foram elaboradas e compreendidas. Agora, precisamos dissipar os fantasmas, e a estratégia do cuidado é potente para integrar as pontas soltas com leveza e calma, também com autonomia e fortalecimento do movimento e da luta feminista. Sabemos que são muitos os estados e estágios de adoecimento das ativistas com depressão, abandonos dos espaços de ativismo, suicídio, muito estresse e tensões crônicas, crises de ansiedade e pânico, que são alguns poucos exemplos dos efeitos provocados pelo contexto político que enfrentamos interiormente. Também, frente a essa conjuntura política perversa, com todas essas reformas neoliberais e o avanço do conservadorismo, estamos na linha de frente na maioria das vezes, estamos no alvo com o corpo e com a alma, e isso produz muito medo, terror, inseguranças, tristezas e insatisfações profundas, que são tam-

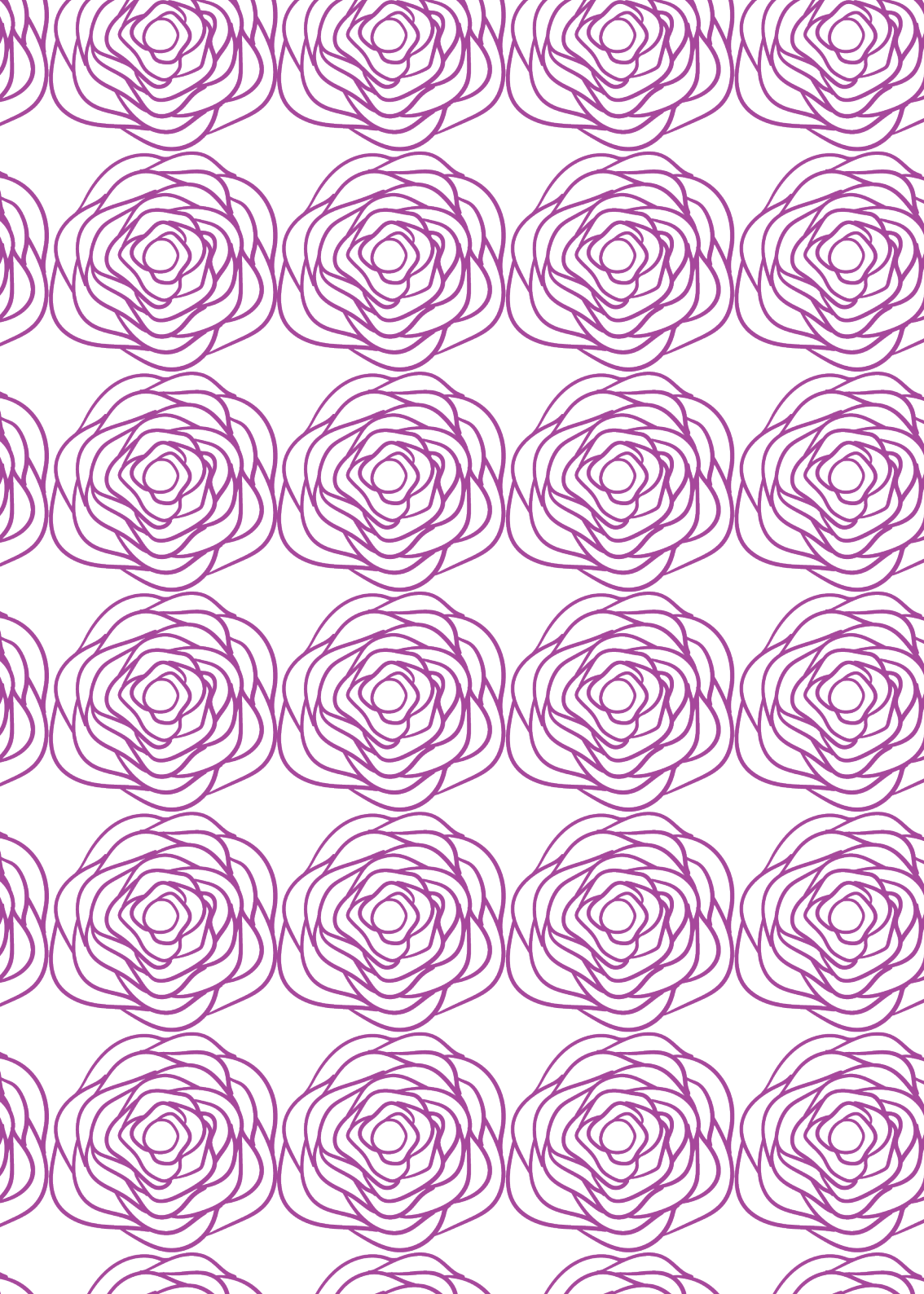
bém formas de nos aniquilar, é parte da estratégia de produzir a guerra e as mortes na sociedade desse governo fascista.

Precisamos urgentemente nos reparar e um desafio que vejo que é a confiança para a entrega e a aceitação, pois, assim como somos convidadas a voltar para casa, para o corpo de forma presente, acredito que o autocuidado e o cuidado entre ativistas convida o movimento feminista a voltar para a fonte de sua pulsação, que é o feminismo no sentido de ouvir a voz do corpo das mulheres, suas necessidades e tudo que tem acumulado em suas vidas. É um recuo de cuidado em um lugar seguro entre nós para cuidar, fazer a escuta ativa das agentes viventes desse feminismo, como vai você?, e não deixarem acabar nossa luta de transformar o mundo pelo feminismo. Se matarem as flores, não haverá mais primavera.

*“Cuidar de mim mesma não é autoindulgência,
é autopreservação, um ato de luta política”.*

(Audre Lorde)





RODAS DE RE-EXISTÊNCIA FEMINISTA

Guaia Monteiro Siqueira¹

Roda de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas de Brasília/DF

Quando fui convidada para escrever sobre minhas experiências e meus estudos a partir da luta pelo autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas – somando o convite a esta feliz publicação em comemoração aos 30 valiosos anos do *CFEMEA* –, um filme se passou em minha cabeça e também em meu coração e uma vibração gostosa percorreu todo o meu corpo.

Sou a mais nova entre quatro irmãs de uma mãe solteira, professora, estudante e ativista que nos criou entre batalhas cotidianas. Não sem a ajuda de vó e vô, mas com muitos esforços para enfrentar o machismo que vinha do seu pai, a dureza do capitalismo, os impasses de sua vida afetiva e, ainda assim, as lutas contra a ditadura e em defesa da educação pública, com grande consumo de seu tempo e vida. Ainda que a palavra “feminismo” não fosse nominada em casa, aprendi desde cedo as injustiças que recaem sobre as mulheres e aprendi também a força que uma mulher é capaz de ter para enfrentar os desafios e construir uma vida feliz e libertária, não só para si, mas para todas em sua volta. Mas, há alguns anos, venho questionando o que realmente significa ser “forte”, ser “uma mulher forte”. À custa de quê?

¹ Com 31 anos, é ativista lesbofeminista. Integrante da Roda de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas de Brasília/DF e da Lesbofeministas e Aliades para Apoio em Rede no Distrito Federal (LAAR/DF). Estudiosa do autocuidado e do cuidado entre ativistas no curso de mestrado acadêmico da Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). Como assistente social, atua no Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência - PAV Margarida (HRAN/SES/DF), com ênfase em políticas de saúde e enfrentamento às violências a mulheres, crianças e adolescentes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5583357308814215>.

Minha primeira aproximação propriamente ativista foi com o movimento estudantil, tanto secundarista quanto universitário. Também a formação como assistente social foi essencial para expandir meus entendimentos sobre injustiças sociais e lutas por direitos. Mas, no início da graduação, eu ainda estava distante da população com a qual viria a trabalhar no futuro, distante da diversidade de corpos e mentes que me rodeiam hoje, profissional e, principalmente, pessoalmente. Um fato é que muito pouco sobre relações de gênero, diversidade e raça/etnia era debatido nos espaços em que eu transitava. No segundo ano de faculdade, me reencontrei como mulher lésbica. E foi nos corredores do Campus Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília, que me vi em outras mulheres pensando fora da caixinha cis heteronormativa e racista. Então, entre uma aula e outra, comecei a participar, pela primeira vez, de um coletivo feminista, o Confessionário². Entre grupos de estudos, pesquisas científicas e rodas de conversas sobre gênero e diversidade, o que mais me encantava eram as ações diretas, dentro e fora da universidade.

2 Por anos, nos reuníamos no Centro Acadêmico de Sociologia/UnB para debater temas pertinentes às vivências violentas que nos perpassavam dentro e fora da academia e para planejar ações. Uma dessas importantes ações foi a Calourada Feminista, uma alternativa educativa e dissidente à Recepção dos Calouros, tradicionalmente organizada pelo Diretório Central dos Estudantes, a qual compreendia oficinas sobre ginecologia autônoma, autodefesa para mulheres, linguagem inclusiva, desmasculinização, cine-clubes, entre outras atividades. Também realizamos beijaços em virtude dos muitos casos de LGBTfobias e encampamos muitas ações de denúncia pública e institucional às violências contra as mulheres na universidade, que contribuíram para a criação da atual Coordenação das Mulheres, que hoje integra a Diretoria de Diversidade (DIV/UnB). O curta Sobre passos apressados foi elaborado por mim e mais duas colegas como trabalho final da disciplina de Vídeoativismo do Departamento de Serviço Social/UnB, sob orientação da professora Débora Diniz, em 2009, como um retrato do cotidiano de medo vivenciado pelas mulheres estudantes da UnB, em um campus sem iluminação e segurança, o qual foi realizado a partir de uma ação organizada pelo Grupo Confessionário, que enumerou mais de 30 postes apagados entre o trajeto ICC Norte – BCE – Pavilhões, no Campus Darcy Ribeiro.

Foi então que, por volta dos meus 18 anos, eu conheci o *CFEMEA*. Um chamado do Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Entorno para a construção do oitavo de março (acredito que foi no ano de 2008) me levou à sede do Centro, no Setor Comercial Sul, no qual fui apresentada a diversos coletivos feministas da cidade. Naquele momento, não imaginava o quão importante aquele espaço se tornaria em minha vida.

Passei a frequentar o *CFEMEA* para buscar referências, inspirações, publicações e para dialogar sobre os vários questionamentos que os feminismos aportavam em minha vida. O *Jornal Fêmea* foi crucial naquele momento, aprendi muito enquanto admirava as escritas feministas brasileiras, sempre lúcidas e combativas. Em muitos momentos, nesses anos, estive com as companheiras do *CFEMEA* planejando ações do Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Entorno (FMDEF), da Frente Nacional pelo fim da Criminalização e pela Legalização do Aborto, entre tantas articulações contra essa estrutura social brasileira – patriarcal, escravista e liberal – que tanto oprime as mulheres brasileiras nos diversos contextos em que vivem.

No ano de 2015, após o início do novo ciclo do *CFEMEA*, orientado à sustentabilidade do ativismo feminista no país, ocorreu algo que vem transformando profundamente minha forma de ser enquanto mulher e feminista. Desde então, o *CFEMEA* segue duas linhas de ação prioritárias: o desenvolvimento da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas e a formação política feminista, promovendo cursos, debates, encontros, formações e rodas de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas no país.

Naquele ano, fui convidada pelo *CFEMEA* para participar da Roda de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas do Distrito Federal, em parceria com o Instituto Arcana de Arteterapia, a partir da metodologia da Roda de Mulheres, desenvolvida pelo Arcana em 2004. A roda realizada pelas companheiras da Arcana durou um semestre. A partir

daí, seguimos com as rodas que giram semestralmente e são construídas e facilitadas, a cada encontro, por duas ou três participantes.

Ao final de cada ciclo, ou, como gostamos de falar, a cada “giro da roda”, pois nossa roda “vai girando vai girando”³, realizamos uma culminância – um encontro das ativistas que vêm desenvolvendo rodas de autocuidado e cuidado entre elas no DF. E, assim, novos ciclos são abertos, dos quais novas mulheres se aproximam para participar e fortalecer as experiências de autocuidado e cuidado entre mulheres propiciadas por nossos encontros, trocas de saberes e criações coletivas. Durante o lançamento desta publicação, estará iniciado o 100º giro da Roda de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas no Espaço Lobeiras/CFEMEA, e o 20º giro da Roda de Autocuidado e Cuidado e Agroecologia, no Assentamento Canãa, em Brazlândia/DF.

Além das Rodas, entre os anos de 2015 e 2018, participei dos Encontros de Imersão para o Autocuidado, o Cuidado entre Ativistas e a Formação em TRE (Técnica de Redução de Estresse e Alívio de Tensões, nosso carinhoso “trem bão”, ou “TREME”, como dizem as companheiras do norte do país para se referirem à “técnica de redução de estresse entre mulheres engajadas”). Todas essas atividades foram realizadas pelo CFEMEA com mulheres ativistas do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país⁴.

Em novembro de 2017, em meio ao Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC), em Montevidéu/Uruguai, redigi minhas primeiras palavras sobre esse tema. O texto Autocuidado e

3 Recuperando o verso da Mestra Martinha do Coco, em sua potente canção Ciranda de Amor e Luta, fruto de sua vivência na Roda de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas, que girou no Paranoá/DF, também apoiada pelo CFEMEA. As experiências das rodas também foram realizadas na Casa Frida, em São Sebastião, e na ocupação Maria da Penha do MTST, no Arapoanga/DF.

4 Em três módulos ao longo de 2019, o CFEMEA realizará o Encontro de Imersão para o Autocuidado, o Cuidado entre Ativistas e a Formação em TRE em Rio Bonito, no Rio de Janeiro, com ativistas do sudeste brasileiro.

cuidado entre ativistas: uma estratégia de enfrentamento das violências contra as mulheres foi publicado no site do *CFEMEA*, no contexto do 25 de novembro daquele mesmo ano: o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta contra a Violência à Mulher e Dia Internacional de Eliminação da Violência contra a Mulher.

Esses escritos se somaram às ações de divulgação do vídeo do *CFEMEA*, no qual são compartilhados registros e reflexões propiciados pelo Encontro de Autocuidado, Cuidado entre Ativistas e Formação na Técnica de Redução de Estresse (TRE), realizado em Camaragibe/Pernambuco, em dezembro de 2016, com a participação de mulheres ativistas da Bahia, do Ceará, do Distrito Federal, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Também em 2018, participei dos Diálogos Virtuais para o Autocuidado e o Cuidado entre Ativistas, realizado pelo *CFEMEA* e pela Universidade Livre Feminista, para intercâmbio virtual de reflexões entre as ativistas brasileiras mobilizadas pelos encontros anteriores. Participei também do Encontro Presencial de Autocuidado e Cuidado entre Mulheres Ativistas brasileiras, ocorrido em Luziânia/Goiás, novamente com mulheres que estiveram envolvidas nos eventos anteriores, ocasião em que foi lançada uma cartilha de compilação das trocas realizadas nos Diálogos Virtuais. Essas experiências fortaleceram meu desejo de seguir me aprofundando no estudo sobre o potencial político transformador que a dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas aporta aos feminismos hoje.

As iniciativas citadas compõem uma práxis feminista de criação de estratégias e ações para transformação social e política coletiva diante das opressões de gênero, raça, classe, sexualidade e tantas outras na sociedade brasileira, mas que passam por diferentes formas de ação, princípios, afetividade e coletividade.

Destaca-se a influência dos grupos feministas radicais, fortes nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970. Em especial estão os grupos de autoconsciência, cujos valores radicais de horizontalidade, conquista de autonomia, necessidade de apropriação dos corpos para a efetiva transformação das vidas das mulheres e por meio de práticas pedagógicas de trabalhos com mulheres propiciaram espaços de socialização de experiências individuais e coletivas, com ênfase na sexualidade, na saúde e no enfrentamento à violência, afirmando a máxima feminista de que o pessoal é político, conforme Sardenberg (2004).

A pedagogia feminista também aporta elementos cruciais para o desenvolvimento e a disseminação de metodologias e experiências de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas que vêm contribuindo com a prática tradicional dos movimentos sociais de mulheres. A prática educativa feminista,

que se referencia à pedagogia de Paulo Freire, enfatiza o diálogo e a troca de experiências como ferramentas capazes de provocar processos reflexivos e de autoconscientização voltados para uma ação transformadora da realidade das ativistas.

Verônica Ferreira (2006) demonstrou como, entre as décadas de 1970 e 1980, houve o surgimento de grupos feministas latino-americanos e brasileiros de estudos, reflexão e ação sobre saúde, sexualidade e autoconhecimento inspirados nos grupos de autoconsciência norte-americanos. Tais grupos, como o SOS Corpo – Grupo de Saúde da Mulher (Recife/PE) e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (São Paulo/SP), também destacados por Sardenberg (2004), realizavam oficinas baseadas na pedagogia feminista de trabalhos com mulheres para socialização e discussão das suas experiências individuais e coletivas.

Nos últimos anos, recuperamos esses valiosos ele-

mentos dos grupos de autorreflexão, da pedagogia feminista, da terapia comunitária integrativa (criada nos anos 1980), da arteterapia, do entendimento de um conceito integral de saúde, e outras fontes comprometidas com a despatriarcalização, a desracialização, a descoloniização e a transformação social, com foco em promover saúde, bem-estar e proteção para as mulheres ativistas (OLIVEIRA, 2016).

Mas por que defendemos que é cada vez mais necessário dialogar e refletir sobre o autocuidado e o cuidado entre mulheres ativistas? Por que reafirmamos o caráter político, transformador e revolucionário dessas ações?

Pelas contribuições feministas, é sabido que a prática social do cuidado, com o objetivo de atender às necessidades humanas concretas e também emocionais e psicológicas, trata-se de um importante trabalho para a sustentabilidade da vida humana, relacionando-se

assim com a reprodução social humana e, por isso, inscrito na divisão sexual do trabalho (TRONTO, 2007; TRONTO, 2009; MARCONDES, 2013). No entanto, como destaca Silvia Yannoulas (2011), a despeito de sua importância histórica, as práticas sociais do cuidado no mundo globalizado mantêm uma dinâmica de feminização e desvalorização. Portanto, o trabalho do cuidado, central para a reprodução social humana, segue como primazia das mulheres e seu exercício segue desvalorizado, ainda que remunerado.

Considero ainda as reflexões de Flávia Biroli (2015), segundo a qual, nas sociedades ditas democráticas, como é o caso brasileiro, a configuração assimétrica das relações de cuidado consolida-se como fator de intensificação das desigualdades à medida que determina o acesso a recursos para garantia da integridade física e psíquica bem como para a participação política. A estas

perceptíveis desigualdades de gênero e classe somam-se outras tantas, como as violências e o crescente índice de feminicídios, especialmente entre mulheres pretas e pobres, o racismo, as LGBTfobias, as desigualdades salariais e as demais condições de trabalho, a pobreza, o ataque aos direitos sexuais e à justiça reprodutiva, a destituição e a destruição de territórios, a impunidade e a ausência de justiça, assim como o autoritarismo que prevalece nos governos, com forte marca patriarcal e escravista, com influência dos fundamentalismos religiosos e consequente criminalização e perseguição dos movimentos sociais, entre outros.

Esses são alguns dos elementos que ameaçam ainda mais o bem-estar físico, mental, emocional e psicológico das mulheres em geral em tempos de desmonte democrático e crescimento do fascismo à brasileira.

A melhoria das condições de vida das mulheres é tão cara aos feminismos. É certo que vimos assistindo certa ampliação das oportunidades de empregos e de direitos para as mulheres nos últimos anos, fruto de nossa luta coletiva. Porém, esse aumento nem reduziu o empobrecimento nem inverteu a lógica da estratificação social na qual mulheres negras, periféricas e indígenas ocupam a base da pirâmide. Tampouco ele representa a redistribuição das tarefas domésticas – e de cuidados – segundo critérios de gênero, raça/cor e classe social. Quiçá garante tempo e espaço para que as mulheres possam ser, enquanto mulheres verdadeiramente livres, seguras e com suas condições de saúde mental, emocional e física garantidas.

A ordem patriarcal e racista segue exigindo que as mulheres sejam cuidadoras por excelência, enquanto o capitalismo individualiza e mercantiliza as possibilidades de autocuidado. Para nós, é perceptível o desencontro entre as inúmeras tarefas de cuidado que nos são demandadas em sociedade, restando quase nenhum tempo e condições para o próprio autocuidado e para atividades políticas, exercidas

geralmente à custa de muitos esforços e sacrifícios.

Refletindo sobre mulheres ativistas, a máxima da “mulher forte, resistente” se ma-

terializa ao extremo. Ana Maria H. Cárdenas e Nallely Méndez (2017) relatam, no contexto latino-americano e caribenho, que:

As defensoras de direitos humanos das mulheres já estavam atendendo a múltiplas necessidades que, muitas vezes, excediam seus níveis de energia e geravam percepções e sentimentos de raiva, impotência, preocupação, medo, terror, desespero e solidão. Isso sem mencionar o desconforto físico derivado de tais emoções e a negligência de si mesmas, já que elas dão prioridade a responder aos pedidos de ajuda de outras pessoas

(CÁRDENAS e MÉNDEZ, 2017, p. 1. Tradução minha).

É necessário lembrar que o trabalho enquanto mulheres defensoras de direitos humanos comprometidas com a transformação social “é criar sociedades que sejam justas, onde as pessoas possam viver bem, saudáveis e equilibradas, e sejam capazes de conduzir suas vidas sem o medo da violência” (VIDAL; TOLMAY, 2015. Sem paginação).

Nesse sentido, coletivamente, nos questionamos: que cuidados são destinados às mulheres ativistas? Como nos manter cotidianamente fortes, atentas, e em luta contra essa ordem que nos adocece, adocece nossas companheiras e adocece toda a sociedade na qual vivemos? E como resistir à insegu-

rança e aos riscos que nos acometem, cada vez mais, enquanto defensoras de direitos humanos?

Consideramos contraditórias – opressoras – formas de ser ativista que seguem modelos tradicionais baseados em valores morais como a culpa, o sacrifício e a autossuficiência, e que, muitas vezes, conduzem a disputas entre as ativistas, de forma a nos impor a ultrapassarmos nossos próprios limites em prol de uma causa ou ação.

Percebo que a reorientação do *CFEMEA*, ocorrida em 2015, centrada na sustentabilidade do ativismo, resulta de um processo reflexivo anterior de vislumbre desse contexto político que viria a alcançar ainda mais intensamente as mulheres brasileiras hoje. Ele culmina no emprego de recursos humanos, reflexivos e materiais para “a construção ética e cultural do cuidado desde a perspectiva da democratização das relações sociais” (OLIVEIRA e DJORDEVIC, 2015, p. 17). Culmina também na criação de laços de confiança e solidariedade entre as mulheres e no processamento de conflitos e de autoconhecimento e cuidado consigo mesmas e com os coletivos e contextos nos quais estão inseridas, a partir de metodologias baseadas nos princípios de horizontalidade e solidariedade entre as ativistas (OLIVEIRA, 2016).

Nessa esteira de pensamento, nos somamos aos movimentos feministas no mundo, especialmente na América Latina, que têm advogado em torno da necessidade política de refletir sobre a sustentabilidade do ativismo, e, para isso, prestar mais atenção no bem-estar das ativistas a partir de estratégias de autocuidado e cuidado coletivo como elementos indispensáveis para fornecer proteção, segurança, apoio e respeito mútuo entre as defensoras a partir de uma perspectiva feminista, contra hegemônica e, por isso, revolucionária.

Por certo, esses questionamentos nos acompanharão por anos e gerações. É necessária muita luta, muito tempo, muita desconstrução para enfrentar as estruturas desse sistema e suas consequên-

cias danosas, externas e, também, internas aos ativismos. Mas vimos encontrando, no autocuidado e no cuidado entre nós, ferramentas para nos fortalecermos juntas e resistirmos enquanto co-criadoras de novas possibilidades por entre as balizes e tensões que nos oprimem.

Hoje, no auge dos meus curtos, porém, intensos 31 anos, compreendo o real sentido de que o pessoal é político. E de que o autocuidado e o cuidado coletivo são algo urgente e necessário para nos sustentarmos enquanto mulheres comprometidas com a transformação social radical. Entendo que meu fazer profissional hoje é totalmente atravessado pela subversão das reflexões feministas contemporâneas, assim como todas as esferas da minha vida. Hoje minhas irmãs estão ao meu lado nas ações, marchas e debates, e tenho a honra de minha mãe ter se tornado uma ativista LGBT^s e também parceira da Roda de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas do DF.

Como as águas que crescem quando se encontram, em rodas recíprocas de solidariedade, afeto e cuidado, estimulamos nosso autoconhecimento encontrando formas de acolher nossos medos, limites e frustrações, possibilitamos o reconhecimento responsável da diversidade entre nós, potencializamos nossa criatividade e mobilizamos nossa esperança e coragem. Do individual para o coletivo, de um pessoal que é, antes de tudo, político, subversivamente criamos possibilidades de ação e sustentabilidade de nosso ativismo, de nossa saúde e de nosso bem-estar, de potência e de re-existência a cada novo dia. E serão muitos. Somos muitas. E não estamos dispersas. Seguiremos em roda.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. Revista Brasileira de Ciência Política, nº18, pp. 81-117, Brasília, setembro - dezembro de 2015.

CÁRDENAS e MÉNDEZ. Autocuidado como estratégia política. SUR 26. 2017. Disponível em: [[https://sur.conectas.org/en/autocuidado-como-uma-estrategia-politica /](https://sur.conectas.org/en/autocuidado-como-uma-estrategia-politica/)]. Acesso em: 17 fev. 19.

FERREIRA, Verônica. Da mulher como objeto às mulheres como sujeito: uma análise da trajetória do movimento feminista nas lutas por saúde das mulheres no Brasil. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Mestrado acadêmico em políticas públicas e sociedade/UFC, 2006.

OLIVEIRA, Guacira (Coord.) Bem viver para a militância feminista: metodologias e experiências de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas. Brasília: CFEMEA, 2016.

OLIVEIRA, Guacira e DORDJEVIC, Jelena. Cuidado entre ativistas. Tecendo redes para a resistência feminista. Brasília: CFEMEA, 2015.

SARDENBERG, Cecília. Pedagogias feministas: uma introdução. In: Violência contra as Mulheres: a Experiência de Capacitação das DE-AMs da Região Centro-Oeste. Caderno AGENDE, V.5, dezembro de 2004.

SIQUEIRA, Guaia. Autocuidado e cuidado entre ativistas: uma estratégia de enfrentamento das violências contra as mulheres. Brasília: CFEMEA, 2017. Disponível em: [<http://www.cfemea.org.br/index.php/mobile-artigos-e-textos/4668-autocuidado-e-cuidado-entre-ativistas-uma-estrategia-de-enfrentamento-as-violencias-contra-as-mulheres>].

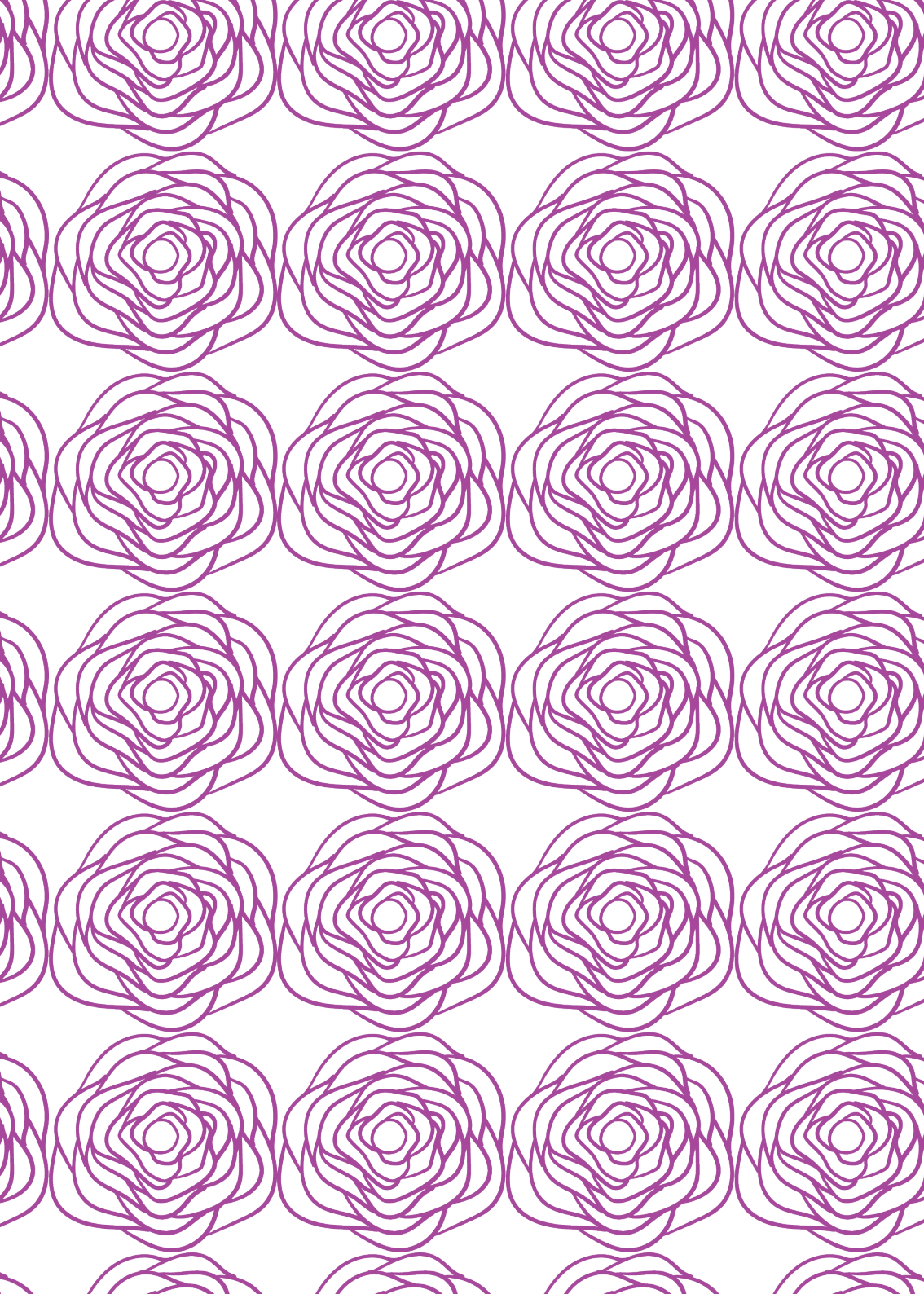
TRONTO, Joan. Assistência Democrática e Democracias Assistenciais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago, 2007.

_____. *Moral Boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 2009.

VIDAL, Verónica e TOLMAY, Susan. Politizando o autocuidado e o bem-estar em nosso ativismo como Mulheres Defensoras de Direitos Humanos. 2015. Disponível em: <https://www.awid.org/news-and-analysis/politicizing-self-care-and-wellbeing-our-activism-women-human-rights-defenders>. Acesso em 10 fev. 19.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, ano 11, n. 22, p. 271-292, 2011.





FRAGMENTOS DA MEMÓRIA AFETIVA E COLETIVA NA LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

Beatriz Galli

Advogada, CLADEM-Brasil e Ipas-América Latina

Paula Viana

Grupo Curumim Gestação e Parto

A importância das convenções e conferências internacionais

A nossa conquista dos marcos legais no âmbito nacional e internacional para garantia de direitos humanos das mulheres foi resultado de muita luta. Nessa luta, a história e a atuação do CFEMEA sempre foram fundamentais para, na construção do movimento feminista brasileiro, fazermos as articulações e tomarmos as decisões nos embates e atos de resistência, com base na análise crítica feminista do poder legislativo do Brasil. Nesse sentido, vale trazer aqui um pouco do contexto global como pano de fundo.

No âmbito global e das Nações Unidas, o movimento feminista e de mulheres brasileiras acompanhou a pauta internacional que resultou nos acordos internacionais firmados em conferências da ONU da década de 1990. Esse marco normativo global foi fundamental para impulsionar a adoção de políticas de saúde sexual e reprodutiva no país e o debate sobre a necessidade de revisar a legislação punitiva do aborto no Brasil, no contexto dos direitos humanos das mulheres.

A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW; 1998)¹, elaborada em 1984, foi um marco para a defesa dos direitos humanos das mulheres, uma vez que respaldou a ação política dos movimentos de mulheres em uma época em que muitos países latino-americanos, inclusive o Brasil, conquistavam o regime democrático após as ditaduras militares. Em 1993, a Conferência Internacional de Direitos Humanos, em Viena/Áustria, colaborou para pautar os direitos das mulheres como parte indivisível dos direitos humanos e comprometer os países signatários com o movimento.

Na então tendência de reconhecimento internacional de que as leis restritivas sobre o aborto violavam os direitos humanos das mulheres, o Comitê que supervisionava a CEDAW estabeleceu, na Recomendação Geral 24, que: “quando possível, a legislação criminalizando o aborto deve ser modificada para retirar as medidas punitivas impostas às mulheres que realizaram aborto” (COMITÊ CEDAW, 1998).²

Diante disso, a sociedade civil instou o Comitê da CEDAW a se pronunciar sobre esse tema novamente e, em julho de 2007, o Comitê acatou a solicitação e recomendou ao governo brasileiro que

1 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada em 18 de Dezembro de 1979, Assembleia Geral, Resolução nº 34/180, Documento da ONU: A/34/46, U.N.T.S. 13 (entrou em vigor em 3 de setembro de 1981). Em 1979, a Assembleia Geral adotou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, frequentemente descrita como uma Carta Internacional dos Direitos da Mulher. Em seus 30 artigos, a Convenção define claramente a discriminação contra mulheres e estabelece uma agenda para ação nacional para pôr fim a tal discriminação. A Convenção considera a cultura e a tradição como forças influentes para moldar os papéis de gênero e as relações familiares, e é o primeiro tratado de direitos humanos a afirmar os direitos reprodutivos das mulheres (A ONU e as Mulheres. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>). Acesso em 01 out. 2019.

2 ONU. Relatório do Comitê para Eliminação de Discriminação contra as Mulheres. Recomendação Geral no. 24, 20a. Sessão A/54/38/Rev.1 (New York: ONU, 1999).

“continuasse com os esforços para melhorar o acesso das mulheres aos serviços de saúde sexual e reprodutiva” e que “apressasse a revisão da legislação que criminaliza o aborto, com vistas à remoção das provisões punitivas impostas às mulheres que realizam a interrupção da gravidez, de acordo com a Recomendação Geral 24 sobre saúde das mulheres e com a Plataforma de Ação de Pequim” (COMITÊ CEDAW, 2007).

Assim, o resultado da pressão internacional pelo reconhecimento dos compromissos internacionais sobre saúde reprodutiva e direitos humanos, as recomendações da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher bem como da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), no Cairo, em 1994, e da Conferência Mundial sobre a Mulher (CMM), em Pequim, 1995, e as versões +5³ consolidaram os conceitos de direitos reprodutivos e direitos sexuais no cenário internacional e o compromisso para a sua implementação pelos governos no âmbito nacional.

Os documentos internacionais originados em tais conferências, o Programa de Ação do Cairo e a Plataforma de Ação de Beijing são diretrizes para ações governamentais na área da saúde sexual e reprodutiva. O parágrafo 8.25 do relatório da CIPD diz que, “nos casos em que o aborto não é contrário à lei, sua prática deve ser realizada em condições adequadas” (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2003). O parágrafo 106 K da Plataforma de Ação de Beijing, de 1995, dispõe que “os governos devem considerar revisar as leis que contêm medidas punitivas contra mulheres que realizaram abortos ilegais”.

3 A partir daí, criou-se essa terminologia “Cairo+5”, “Cairo+10”, “Beijing+ 5” para indicar um monitoramento a partir dos 5, 10, 15 anos depois das conferências.

Vale ressaltar que essas conferências respaldaram a construção da Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos⁴ do Ministério da Saúde e da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes⁵, as quais instituíram a oferta do aborto previsto em lei pelo Sistema Único de Saúde e da Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento⁶.

A Comissão Tripartite

Dando sequência a uma recomendação da I Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2004⁷, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) instalou uma Comissão Tripartite, composta por representantes da sociedade civil, do executivo e do legislativo, com o objetivo de apresentar uma proposta de revisão da legislação penal sobre o aborto no Brasil. A Comissão Tripartite elaborou uma proposta de anteprojeto de lei para descriminalizar e legalizar a inter-

4 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

5 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes : norma técnica. – 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

6 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica. Área Técnica de Saúde da Mulher. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

7 A 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reuniu aproximadamente 2.500 pessoas em Brasília entre os dias 15 e 17 de julho de 2004. Para ler na íntegra o documento com os Resultados da Plenária Final, acesse www.cfemea.org.br ou www.presidencia.gov.br/spmulheres.

rupção voluntária da gravidez no Brasil, que deveria ser encaminhada ao Congresso Nacional pela Presidência da República.

As fortes pressões da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), realizada naquele mesmo ano, levaram o Poder Executivo a recuar. No entanto, a partir da pressão dos segmentos que lutam pela mudança da lei, a proposta da Comissão Tripartite foi entregue à deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) pela ministra Nilceia Freire (SPM). A deputada foi escolhida pelo fato de ter assumido a relatoria do conjunto de projetos que propunham alteração do Código Penal, pendentes desde 2001. Ela apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.135/1991, com base na proposta da Comissão Tripartite, com parecer favorável à aprovação de todas as propostas a favor do direito de decidir sobre a interrupção da gravidez e a rejeição dos projetos restritivos.

Já em 2008, depois de 17 anos de tramitação e debates, o PL nº 1.135/1991, que incorporou o conteúdo do anteprojeto da Comissão Tripartite, foi posto em debate em audiências públicas, tendo sofrido assim inúmeros ataques de setores religiosos, organizados em bancadas de parlamentares no Congresso Nacional, os quais conseguiram derrotá-lo na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e na Comissão de Constituição e Justiça.

A coordenação conjunta nas Jornadas e os caminhos impensáveis

Como se vê, a nossa luta é antiga, porém cada vez mais atual e necessária. A luta pela legalização do aborto e pelo acesso aos serviços de aborto legal de forma digna esteve inserida na agenda do movimento feminista como parte da luta pela assistência integral à saúde da mulher nos, no mínimo, últimos 40 anos. Essa luta foi renovada pe-

las novas gerações de feministas de modo a demonstrar que os nossos corpos são e devem permanecer como nossos territórios.

Quando pensamos na história da luta pelo aborto legal e seguro e na contribuição do *CFEMEA*, vem à nossa mente vários momentos marcantes de atuação conjunta a fim de evitar retrocessos, buscando sempre as brechas e construindo as oportunidades com ousadia para avançar de forma estratégica em um contexto cada vez menos permeável no âmbito do Congresso Nacional, onde atuávamos articuladamente como coordenadoras das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro (Jornadas Brasileiras).

As Jornadas Brasileiras foram uma articulação nacional de organizações feministas que atuaram em parceria com outros movimentos sociais, com vistas à legalização do aborto no Brasil no período de 2008 a 2011. No total, abrigava aproximadamente 18 redes e articulações e 42 organizações que formavam parte do Grupo Impulsor e da Coordenação Política. Nossas organizações, Ipas, *CFEMEA* e Grupo Curumim fizeram parte da Coordenação Política das Jornadas Brasileiras e, com essa qualidade de coordenadoras, pudemos trabalhar em parceria dividindo nossas angústias, sonhos, receios e, também, nossas pequenas vitórias na resistência para evitar retrocessos.

O arquivamento do PL nº 1.135/1991

Nas Jornadas Brasileiras, um desses momentos emblemáticos na luta foi o arquivamento do PL nº 1.135/1991, em 2008, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal após 17 anos de tramitação⁸. Estávamos juntas na sessão de votação e vimos, estupefatas, que não tínhamos um número necessário de deputados e deputadas para enfrentar a articulação de opositores que se instalou naquele mo-

mento sob a Presidência do então Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Nossas companheiras, indignadas, mostravam a sua revolta diante da decisão pelo arquivamento e, algumas, foram arrastadas da sala pelos seguranças aos gritos de “hipocrisia gera hemorragia”. Deputados aliados saíram da sala em protesto, antes da votação final, e o placar da votação foi 33 a 0. Diante disso, só nos resta mesmo o afeto que nos une até hoje, para não esmorecermos, não desistirmos e seguirmos.

Lutamos muito para tentar barrar esse desfecho, buscamos, durante todo o trâmite do PL, pautar a mídia com dados sobre o impacto da criminalização do aborto na saúde e na vida das mulheres. Para isso, utilizamos uma estratégia articulada de imprensa, em vários estados do país, que nos possibilitava pautar o que acontecia no Congresso Nacional em tempo real e tivemos ótimos resultados. Um exemplo dessa estratégia articulada foi a produção de dossiês sobre aborto inseguro em cinco estados brasileiros.

Organizamos um levantamento nesses cinco estados sobre a qualidade da assistência ao abortamento para mostrar qual era o impacto da criminalização na assistência e na experiência das mulheres nos serviços públicos de saúde. Os resultados estupefacentes foram compartilhados com deputados e deputadas em momentos-chave durante o tramite do PL nº 1.135 e os dados ficaram disponíveis no site do Senado Federal. A concepção desse projeto foi desenvolvida pelo Ipas, pelo CFEMEA e pelo Grupo Curumim, com a realização do projeto localmente nos estados em parceria com organizações de mulheres. A ação fez parte do conjunto de estratégias articuladas nacionalmente através da coalizão Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, que foram desenvolvidas a partir de ações locais nos estados em parceria com a Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RFS) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). A elaboração dos dossiês contou com a colaboração de

Mário Monteiro, do Instituto de Medicina Social da Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ), que sistematizou dados quantitativos sobre a dimensão do aborto nos estados e disponíveis no sistema de informação do SUS.

Nosso objetivo com essa iniciativa era oferecer um panorama sobre a realidade do aborto inseguro no Brasil e sobre o impacto da ilegalidade na saúde das mulheres e na qualidade da atenção à saúde reprodutiva em cinco estados brasileiros: Pernambuco, Bahia e Paraíba (na região Nordeste), Mato Grosso do Sul (na região Centro Oeste) e Rio de Janeiro (na região Sudeste).

Procurou-se apresentar as evidências de que o abortamento representa um grave problema de saúde pública e de justiça social, de grande repercussão e com complexa cadeia de aspectos que envolvem questões éticas e legais. Queríamos que os dossiês subsidiassem as e os parlamentares no debate político sobre a necessidade de revisão da legislação penal sobre o aborto no Brasil.

O caso das mulheres criminalizadas por aborto em Mato Grosso do Sul

Outro momento que vem à tona quando lembramos a nossa trajetória foi a exposição, em 2010, com as fotos das mulheres criminalizadas por aborto, em Campo Grande/MS⁹. Fizemos uma exposição que ficou exposta no corredor da passagem entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. A exposição se chamou Entre luzes e sombras e trazia frases dos depoimentos das mulheres colocadas junto

9 Para mais detalhes sobre este assunto, ver o texto de Beatriz Galli, A ilegalidade do aborto, a criminalização e a violência contra as mulheres. Disponível em: bit.ly/2CkZNB6

às suas fotos, demonstrando assim que as mulheres que abortam são mulheres comuns, nossas mães, filhas, tias, somos todas nós.

Através do sensível trabalho do fotógrafo João Roberto Ripper, foram apresentadas diversas situações de mulheres ameaçadas em seus direitos. São mulheres que tiveram que mergulhar em si mesmas e nos contatos com as pessoas que amam para encontrar equilíbrio, alegria, força e resistência para enfrentar um abortamento ilegal e suas consequências para a sua saúde, o seu direito e o seu bem-estar.

A exposição pretendeu demonstrar, no aniversário do centenário do Dia Internacional da Mulher, no Congresso Nacional, em 8 de março de 2010, as diferentes realidades e dimensões das vidas de mulheres brasileiras em sua diversidade, no exercício dos seus direitos humanos, tomando como referência a sua liberdade em relação aos seus corpos.

O corpo das mulheres foi controlado desde sempre e em toda parte, por ser, mais do que o corpo dos homens, o lócus da reprodução. É por isso, talvez, que, na nossa sociedade, como em outras, o direito de abortar, essa autonomia de um indivíduo feminino sobre o processo de reprodução, parece simbolizar uma subversão extrema, inaceitável. Quando se fala na contracepção e no aborto livre como na possibilidade das mulheres controlarem sua fertilidade, ou serem mães se, e quando quiserem, é evidente que é por “devolverem (à mulher) aquele papel impossível, o de ser mulher (apenas)”¹⁰.

Nossas ações sempre buscaram trazer a reflexão sobre a capacidade das mulheres de exercerem os seus direitos, que está determinada pelas dimensões privada e pública da sua vida social. A dimensão privada está relacionada à forma como as relações de gênero estão desenvolvidas no âmbito do casamento e nas relações familiares, se a

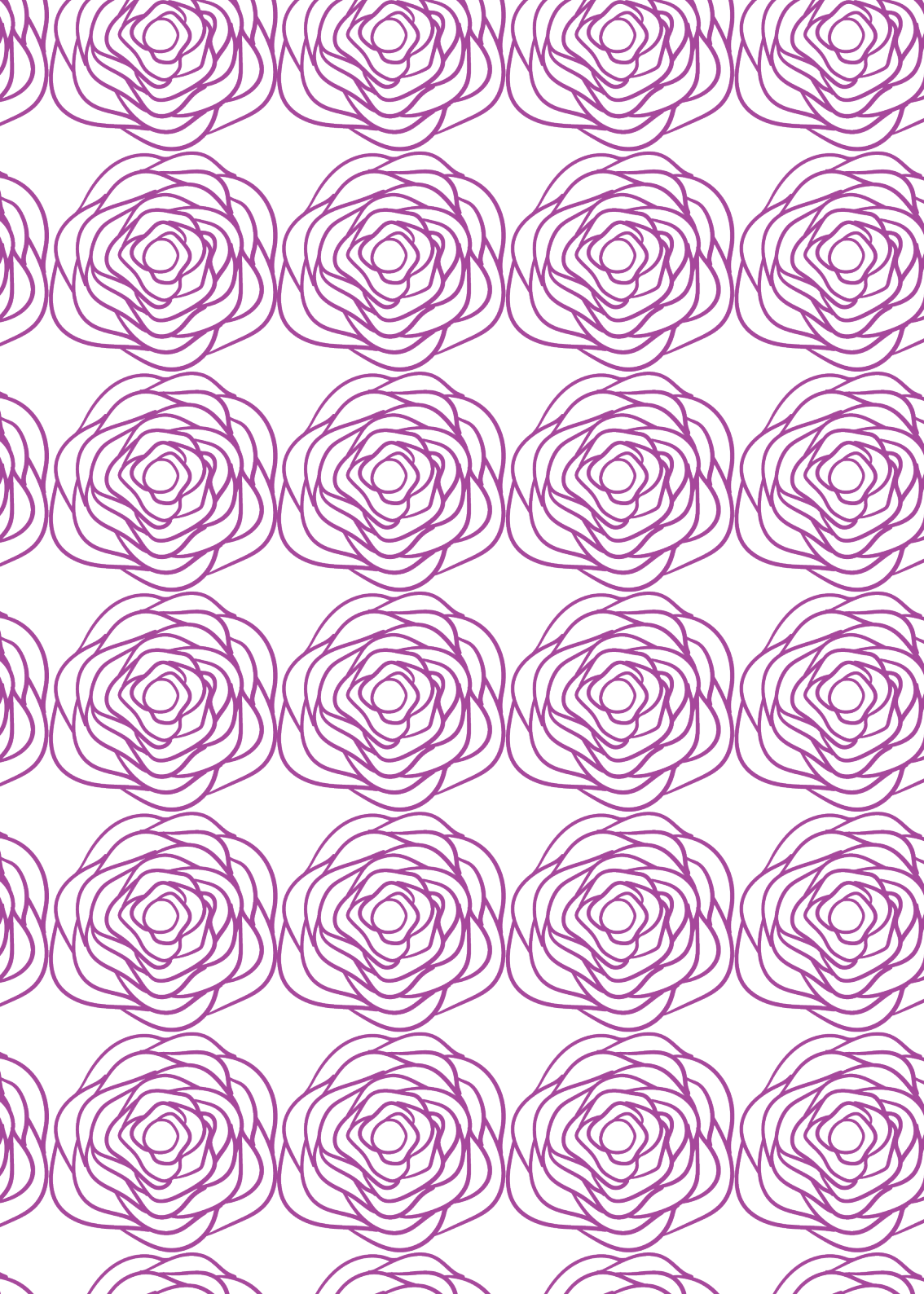
¹⁰ ARDAILLON, Danielle. Para uma cidadania de corpo inteiro: a insustentável ilicitude do aborto. Disponível em: bit.ly/ArD10z

mulher tem ou não poder de tomar decisões sobre a sua vida privada, sexual e reprodutiva. Por sua vez, a dimensão pública está determinada pela existência de condições favoráveis para que a mulher possa exercer os seus direitos, em liberdade e sem opressão ou violência, desde que o Estado promova as condições sociais, econômicas e políticas para que elas possam ter acesso à saúde, à educação e ao trabalho digno de forma a decidirem autonomamente sobre os seus projetos de vida.

Trouxemos, neste pequeno texto, apenas algumas lembranças de situações intensas que marcam nossa parceria com o *CFEMEA* na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras e latino-americanas. Nossa proposta é continuarmos juntas, firmes e fortes, na resistência, avançando e fazendo Política Feminista Antirracista por mais 30 anos, pelo menos!







CFEMEA: UMA ESPIRAL DE PEQUENOS E GRANDES CÍRCULOS

Entrevista com Analba Brazão Teixeira

Natalense, militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e educadora feminista no SOS Corpo, em Recife.

Quero iniciar esta conversa dizendo que me senti bastante orgulhosa e emocionada ao ser convidada para falar um pouco sobre o meu encontro com a organização *Cfemea*, que completa 30 anos de existência. Uma existência cheia de resistências e de muitas lutas. 30 anos de fortalecimento do movimento feminista brasileiro. Trinta anos de muitos percalços, em que atravessou muitas dificuldades por estar no centro do Brasil. Mas, que espalhou, como um espiral de pequenos e grandes círculos, sua perspectiva feminista para o país, afora e adentro.

Sou Analba Brazão Teixeira, tenho 59 anos, sou negra, nasci em Natal, sou de uma família extensa (10 filhos) e tenho um filho. Estou na mi-

litância política desde muito cedo, passando por vários movimentos sociais, tais como o movimento negro, movimento estudantil e movimento cultural. Cheguei também muito cedo ao movimento feminista, no final da década de 70, pelas mãos do movimento estudantil. Hoje, sou militante da Articulação de Mulheres Brasileiras, desde a sua fundação em 1994. Integro a equipe política pedagógica como educadora do SOS CORPO - Instituto Feminista pela democracia, com sede em Recife/PE. Durante a minha trajetória, passei por outras organizações não governamentais que faziam trabalho social com as mulheres.

Eu comecei na militância feminista também pelo viés da luta pelo fim da violência contra as mulheres. Na universidade, já atuava no movimento estudantil, estava no Diretório Acadêmico de Exatas, como diretora de Cultura. De 1979 para 1980, passei a integrar, ao mesmo tempo, o movimento feminista, negro, estudantil e cultural de Natal/RN. Um episódio decisivo em minha construção feminista foi o assassinato da irmã de um companheiro nosso do DCE. Na época, grupos em Natal começaram a articular lutas contra a impunidade deste crime. Foi a partir desse momento que me engajei como militante feminista, me aprofundando em pautas como a violência de gênero e a luta antirracista, perspectivas que tocam fortemente a minha subjetividade e moldaram o meu caminho até os dias de hoje.

Natalia: Como foi essa relação de aproximação com o CFEMEA?

Cheguei ao movimento feminista e fui me enraizando, junto com outras mulheres. E me apaixonando por esta luta onde queria estar, construir, fortalecer. O feminismo me deu uma outra visão de mundo, uma nova forma de ver e viver nessa sociedade machista e racista. No início, foi difícil me ver como mulher negra neste movimento, entrei numa época que sobressaía a ideia de que as mulheres eram todas iguais e sofriam igualmente as discriminações. Foi meu primeiro estranhamento. Hoje, sou militante de um movimento feminista que é antirracista e anticapitalista, a AMB. Vejo que nossas lutas precisam manifestar nossa diversidade enquanto mulheres, na pluralidade de um movimento que se enraíza por baixo da terra e se espalha em vários lugares, com flores de cores diferentes, de cheiros diferentes e tempo de florescer também diferente. Um movimento que sobrevive da nossa capacidade de nos reinventar a todo tempo.

O encontro feliz com o *Cfemea* me fez aprofundar essas raízes. Contribuiu muito para a minha formação feminista, me ajudou tanto pessoalmente quanto com a minha militância na coletividade, no Fórum de Mulheres do RN e no Coletivo Leila Diniz.

Conheci o *Cfemea* nos anos 1990, quando ainda estava no SAR – Serviço de Assistência Rural (que completa 70 anos em 2019), ligado à igreja católica. Fazíamos uma assessoria direta ao movimento de trabalhadoras rurais do Rio Grande do Norte. Nesse período, também trabalhava na Casa Renascer, cujo foco era a infância, mas também atuava com mulheres, com as quais buscávamos organizar um trabalho político pedagógico. Nesse momento, conheci o *CFEMEA*, por intermédio dos jornais *Fêmea*, que recebíamos naquela instituição, ali por 1993, 1994. O jornal *Fêmea*, editado pelo *CFEMEA*, trazia notícias sobre o Brasil e a atuação das mulheres em Brasília, no Con-

gresso Nacional. Mas, também popularizava as lutas dos movimentos feministas organizados. A partir daquele contato na Casa Renascer, fiz a assinatura do jornal, que passou a chegar em minha casa.

Eu lia o *Fêmea* para as nossas discussões, quando estávamos começando a formar algumas organizações em Natal. Esse jornalzinho fomentava nossos debates locais. Estávamos em Natal, organizando o encontro estadual das mulheres e o encontro das mulheres natalenses, estes, contaram com a presença de quase 700 mulheres, ao todo. Estávamos fazendo vigílias pelo fim da violência contra as mulheres e envolvidas no movimento mulheres contra a carestia, mas, distantes do eixo sul, sudeste e centro oeste. Estivemos também muito envolvidas na luta da constituinte de 1988, a partir do debate dos conselhos da mulher, mas com pouca articulação nacional. Ler e receber as notícias do *Cfemea* foi fortalecedor para mim,

como militante feminista, mais ainda foi para o movimento feminista northeriograndense.

O contato com o *Cfemea* tornou-se mais aproximado em 1999, quando, na reunião nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras em Natal, elegemos o *Cfemea*, na pessoa de Guacira César, para a secretaria Executiva da AMB. Os encontros presenciais foram se dando cada vez com mais frequência, para além do jornal *fêmea*, que neste momento passou também a ter um encarte, lembro bem, era verdinho, com as notícias da AMB.

Estive com o *Cfemea* nas reuniões nacionais da AMB, nas lutas que íamos travando, na construção da conferência nacional das mulheres brasileiras, entre outros espaços.

Esta relação se intensificou quando, em 2002, um grupo de 5 mulheres resolveu criar o coletivo Leila Diniz, em Natal – muito fortalecidas também pelo *CFEMEA* nessa criação.

O apoio de muitas companheiras e de suas organizações foi decisivo para que pudéssemos nos tornar uma organização feminista. O *Cfemea* esteve conosco desde a nossa fundação até quando resolvemos, após 13 anos de atuação, mudar a nossa forma de estar no mundo, tornando-nos um coletivo autônomo, um processo no qual contamos também com as imprescindíveis parcerias da Cunchã (PB), SOS Corpo (PE) e REDEH (RJ).

Natalia: E ao longo desses trinta anos você consegue pensar em fatos, espaços, memórias, algo que possa trazer um pouco dessa trajetória da nossa luta feminista, antirracista no Brasil e na América Latina, como se fosse uma continuidade dessa memória e desse diálogo desse momento? Algum evento em especial, por exemplo.

A partir dos anos 1990, o número de organizações feministas no país aumentou. Porém, o *Cfemea* permanece e se consolida, principalmente nos últimos 10 anos, com uma atuação de ONG-Movimento, como alguns estudiosos de movimentos sociais colocam. Quando seu foco era o congresso nacional, buscava, além de monitorar projetos e votações, escrever subsídios para que os movimentos de mulheres pudessem fazer a luta, para fazer pressão. Como exemplo, posso falar do processo de formação sobre o orçamento mulher e a formação que fez com os grupos de mulheres, no âmbito da AMB e fora dele, para atuar no Plano Pluri Anual (PPA).

Era um tema que a gente achava super árido e o *CFEMEA* trouxe de modo acessível, ressaltando que era uma luta política na qual deveríamos estar e incidir, transformando questões aparentemente distantes, como as cifras do orçamento público, na pauta do dia. Como exemplo temos o jornalzinho “Onde está o seu dinheiro?”, elaborado pelo Coletivo Leila Diniz a partir de uma formação com esta instituição. Nesse contexto, surgiu no Rio Grande do Norte uma intensificação dos debates em relação à questão racial. Passamos a pautar, como podíamos, construir propostas e emendas nas quais a questão racial estivesse presente. Pudemos dialogar com a Coordenadoria da igualdade racial e a Secretaria da mulher de Natal, que se engajaram nesse processo. A partir dessa formação trouxemos várias emendas e propostas para dentro do PPA, questões tais como a violência contra as mulheres, a desigualdade racial passaram ao centro dos debates, mais uma vez as ações do *CFEMEA* foram importantes para a nossa ação política local.

Outro momento relevante foi o processo de construção da Lei Maria da Penha, em todas as suas etapas. Desde a elaboração do anteprojeto da lei, junto a outras organizações feministas, num consórcio de ONGs que pensaram o texto a partir da análise da legislação e consulta aos movimentos populares, até às mobilizações nas ruas, com

a coleta de dezesseis mil assinaturas no país inteiro, de um abaixo assinado em adesão, bem como na redação do texto final, sua aprovação e homologação. Em toda esta articulação, o *CFEMEA*, foi ponte central com os movimentos.

Natalia: Esse momento da Lei Maria da Penha foi um processo muito importante para todas nós brasileiras. Lembro das primeiras reuniões aqui do *CFEMEA*, que você falava que era importante reunir com especialistas e o movimento para construir o texto que virou o anteprojeto. Esse momento foi bastante significativo e a gente atuou para além de todo processo de articulação com a AMB, a gente fez bastante ações no Congresso Nacional para segurar os outros projetos de lei para poder apresentar uma lei integral, dialogando com as/os parlamentares. Vamos falar um pouco de outra desigualdade estruturante da sociedade brasileira, o racismo. Que desafios e que futuro você identifica nessas lutas aqui no Brasil? Como você vê a sua atuação como ativista antirracista da AMB e do SOS CORPO no momento em que a gente vive agora?

Precisamos lembrar que também atuamos com o *CFEMEA* na preparação para a Conferência de Durban, junto aos movimentos de mulheres negras que foram protagonistas nesse processo. Na ocasião, absorvemos os aportes da Plataforma Política Feminista, um documento que construímos a partir da parceria entre dez organizações nacionais. À época, este teve a radicalidade de trazer a questão racial com muita força, ao propor que o antirracismo seria uma luta central na nossa pauta antissistêmica. Nesse momento, a Articulação de Mulheres Brasileiras estava junto ao *CFEMEA* nas questões mais voltadas para educação e raça, aspectos que consideramos que devem ser tratados sempre juntos. O *CFEMEA* publicou um número do *Fêmea* totalmente voltado para a questão da violência contra as mulheres negras,

síntese do primeiro encontro nacional da coletiva de luta antirracista da AMB. Então, é importante lembrar e trazer para essa trajetória a luta pelo fim do racismo, uma luta desde sempre prioritária para essa organização de Brasília, que tem fortalecido essa perspectiva tanto para dentro do movimento feminista, quanto para a própria organização, enquanto feministas antirracistas.

Chegando ao agora, percebemos a enorme contribuição que é resgatar algo que está na origem do movimento feminista enquanto contracultura, que é o cuidado entre ativistas. Eu, pessoalmente, me reencontrei com essa perspectiva, que já tinha sido percebida como necessária na atuação no Coletivo Leila Diniz e surgiu como uma metodologia incorporada às práticas e encontros da AMB, a partir dos encontros nacionais de formação pelo fim da violência. Nesses últimos dois anos, este tem sido um viés expressivo e uma demanda da militância pautada nas plenárias da AMB, enaltecendo o cuidado com nossa existência e subsistência, para a gente continuar na luta e não adoecer.

A percepção do *Cfemea* de que esta não era apenas uma dinâmica de integração, mas, um trabalho de luta e sobrevivência, foi fundamental para a nossa militância e estratégias. Amadurecemos que esta é uma perspectiva política e não uma técnica terapêutica, essencial para a continuidade da nossa luta, principalmente nessa conjuntura que tem adoecido as mulheres militantes. E não é apenas o cuidado individual que é importante, mas um cuidado com o movimento, para este continuar resistindo. Tudo isso tem sido necessário para mim, pessoalmente, mas também para o movimento como um todo.

Natalia: O que você diz dos desafios que estão colocados, uma conexão com esse contexto político e ao mesmo tempo com toda a nossa movimentação? Quais são os impedimentos e as soluções que a gente pode buscar para a luta feminista antirracista?

Olha, eu estou muito contente, apesar de tudo que está acontecendo. Estou contente em ver como nós temos capacidade de nos reinventar, de como o movimento feminista no Brasil tem se ramificado, não só no Brasil e sim na América Latina. No caso do Brasil, percebemos as movimentações e a quantidade de coletivos de mulheres negras, a quantidade de coletivos na periferia, na universidade, mulheres no cinema, quase tudo que é tema ou luta hoje tem grupos de coletivos feministas e há uma juventude enorme, isso é maravilhoso, mas também nos traz muitos desafios.

Apesar de comemorar, vejo que esta chegada demanda uma paciência política e pedagógica muito grande de nós. E que quem está chegando também precisa ter essa paciência com quem já está há mais tempo. É um desafio lidar com cooperação e solidariedade, não como disputa, e festejar essas mulheres jovens terem chegado trazendo outras formas de ver o mundo, o feminismo e a luta. Mas também não dá pra abandonar e deixar de reconhecer tudo que já foi feito nessa caminhada.

Os desafios são ainda maiores em relação ao movimento de mulheres negras. Nós, de movimentos mistos, precisamos exercitar mais a escuta, refletir como a gente pode se aliançar mais. O grande desafio é fazer alianças, pois nós temos a utopia de transformar o mundo pelo feminismo, mas sabemos que não vamos transformar sozinhas, esta tarefa demanda várias alianças. Em relação à conjuntura também, essa movimentação e esse crescimento enorme do movimento feminista tem tudo a ver com o que foi feito lá atrás.

A questão da violência contra as mulheres é uma coisa que tem recrudescido muito. Mas também penso que tem muito a ver com a construção da nossa autonomia. Mas a gente sabe do nosso crescimento, de como as mulheres estão se colocando e como as mulheres negras têm se colocado. Podemos cogitar, que esse racismo exacerba-

do, a violência e o feminicídio tem a ver com isso, com o deslocamento do lugar dos homens no patriarcado.

Temos que pensar novas formas de luta, aquelas que temos praticado há anos não tem a mesma repercussão hoje. Existem outras práticas contemporâneas de violência, tais como a dimensão da violência na internet, que pedem novas estratégias. As políticas públicas estão desmoronando totalmente, as redes de serviços são a exceção, pois creio que têm se fortalecido, mas, sobretudo pelo estabelecimento de uma rede de solidariedade das mulheres. O que também tem a ver com a questão do cuidado, tanto em relação ao adoecimento como à própria violência. Remontamos ao que fazíamos nos anos 1970, quando não havia abrigo para as mulheres em situação de violência. Em lugares pequenos, como alguns municípios aqui em Pernambuco, por exemplo, as mulheres estão fazendo isso, estão criando redes entre elas, entre os movimentos e às vezes até fora do movimento, para poder proteger e acolher mulheres que têm sofrido violência. Vendo tudo o que conquistamos em termos de políticas públicas ruindo, o que nós vamos fazer senão radicalizar? Se não formos para a rua, vamos tentar fazer de outra forma, uma mágica, uma transformação das mentalidades dessas pessoas.

Lá atrás, a gente avaliava que havia conseguido muitas políticas públicas, lutamos e obtivemos delegacia, abrigo e os centros de referência, conseguimos retirar a violência doméstica do espaço privado e torna-la pública e afirmamos que na violência contra as mulheres nós “metemos a colher”. Mas, por outro lado, a gente não conseguiu uma transformação das mentalidades, cuja ignorância foi cooptada pelo oportunismo conservador que ronda o mundo. É muito importante termos conseguido todas essas políticas e, hoje, a gente gostaria e quer lutar para que elas permaneçam, que elas se recriem. O movimento feminista trabalhou muito duro para a institucionalização das leis, das políticas, mas, não fizemos paralelamente uma atuação que conscien-

tizasse a sociedade de forma preventiva sobre o preço da desigualdade e da violência para todos e todas.

Um outro momento importante no trabalho do *CFEMEA* de prevenção à violência foi também na comunicação. Vocês pediram para que as pessoas contassem histórias de resistência e de como conseguiram sair do ciclo da violência. Estas foram veiculadas num programa de rádio chamado “As vitoriosas”. O resultado nos fez pensar em como atacar a dimensão da violência usando também exemplos positivos.

Natalia: Foi quando estava se implementando a lei Maria da Penha. Aprovada em 2006, eu já estava aqui também e me lembro das “Vitoriosas”, faz dez anos mesmo.

Há muitos desafios, mas, por outro lado, a movimentação está grande mesmo com essa situação que estamos vivendo. Há momentos em que a gente tem que procurar as mínimas coisas para poder continuar vivendo. O movimento feminista também tem buscado voltar a ter radicalidade maior, mesmo com todas as nossas dificuldades, realizando uma análise crítica mais contundente, mais à esquerda. Eu acho que a movimentação é o que faz a gente continuar lutando. E ter essa resistência do *CFEMEA* por 30 anos, apesar de todos os pesares, é muito importante. Nós somos organizações mistas, que fortalecem o movimento feminista, que fortalecem a articulação de mulheres brasileiras, nós somos organizações que podem ter métodos diferentes, mas temos um objetivo em comum que é transformar o mundo pelo feminismo.

Natalia: Isso! E para dar uma última provocada, Analba, já falando das conexões, dos desafios e da movimentação das mulheres na luta antisistêmica, gostaria de refletir sobre a conexão entre movimento femi-

nista e antirracista. Nesse momento, essa movimentação também está bastante em voga com a necessidade de uma maior articulação. Isso demonstra que essas agendas que você estava descrevendo não são dadas. É uma aliança permanente que precisa estar sendo construída, em diálogo e discussões para ver quais os avanços, o que ainda falta, que novos caminhos essa conjuntura nos traz. Eu entendo que nesse momento em que nós vivemos, essa conexão é um desafio para nossa permanência e para o nosso futuro.

A questão do racismo chega de uma forma muito mais forte agora porque traz vários elementos que estão por trás e ao lado dela, como a questão do encarceramento e do genocídio do povo negro, e traz isso como uma possibilidade de que os movimentos feministas que não são movimentos de mulheres negras assumam de fato a agenda racial, pautando, por exemplo, a questão da violência contra as mulheres negras. Os dados em relação à violência contra as mulheres negras são alarmantes e muito desiguais em relação às brancas, além disso, são agravados também por questões tais como o encarceramento e o genocídio. Há movimentos feministas que têm se colocado como movimento feminista antirracista, mas não têm assumido isso como uma luta central, apenas porque não podem suprimir a questão do racismo.

Estamos falando do movimento de mulheres negras e há também a questão do movimento de mulheres indígenas, que busca entender e explicar porque as demarcações de terras também são uma luta feminista. São temas no feminismo que não abarcam essas lutas, tanto quanto das mulheres indígenas, como das mulheres negras. Na minha visão, caminhamos na direção de superar esses desafios. Mas se é uma coisa que volta o tempo inteiro é porque não superamos ainda, né? A gente precisa, também, enquanto esse movimento, fazer essa

análise crítica. Quando a gente diz que o nosso feminismo é antirracista, precisamos pensar no que a gente realmente está tensionando.

A gente está se sentindo muito desafiada a fazer essa re-pactuação. Lá atrás, em 2002, na Plataforma Política Feminista, conseguimos fazer, mas o mundo mudou (em termos), os movimentos mudaram e as questões recrudesceram. A questão do genocídio da população negra, que eu já ouvia quando estava no movimento negro em 1980, ganhou outra visibilidade agora. Lá atrás, só o movimento negro a encampava, hoje, outros movimentos também estão falando sobre isso. Você já escuta um pouco disso em vários movimentos, mas escuta como uma questão, não se vê essa questão como central, como uma prioridade.

Seguimos também na luta pelo Estado laico. Porém, nos deparamos, recentemente, com a discriminação às religiões de matrizes africanas, com muita força agora. E percebemos que estas são religiões de resistência e, portanto, temos que ter um olhar diferenciado ao trazer a questão do Estado laico.

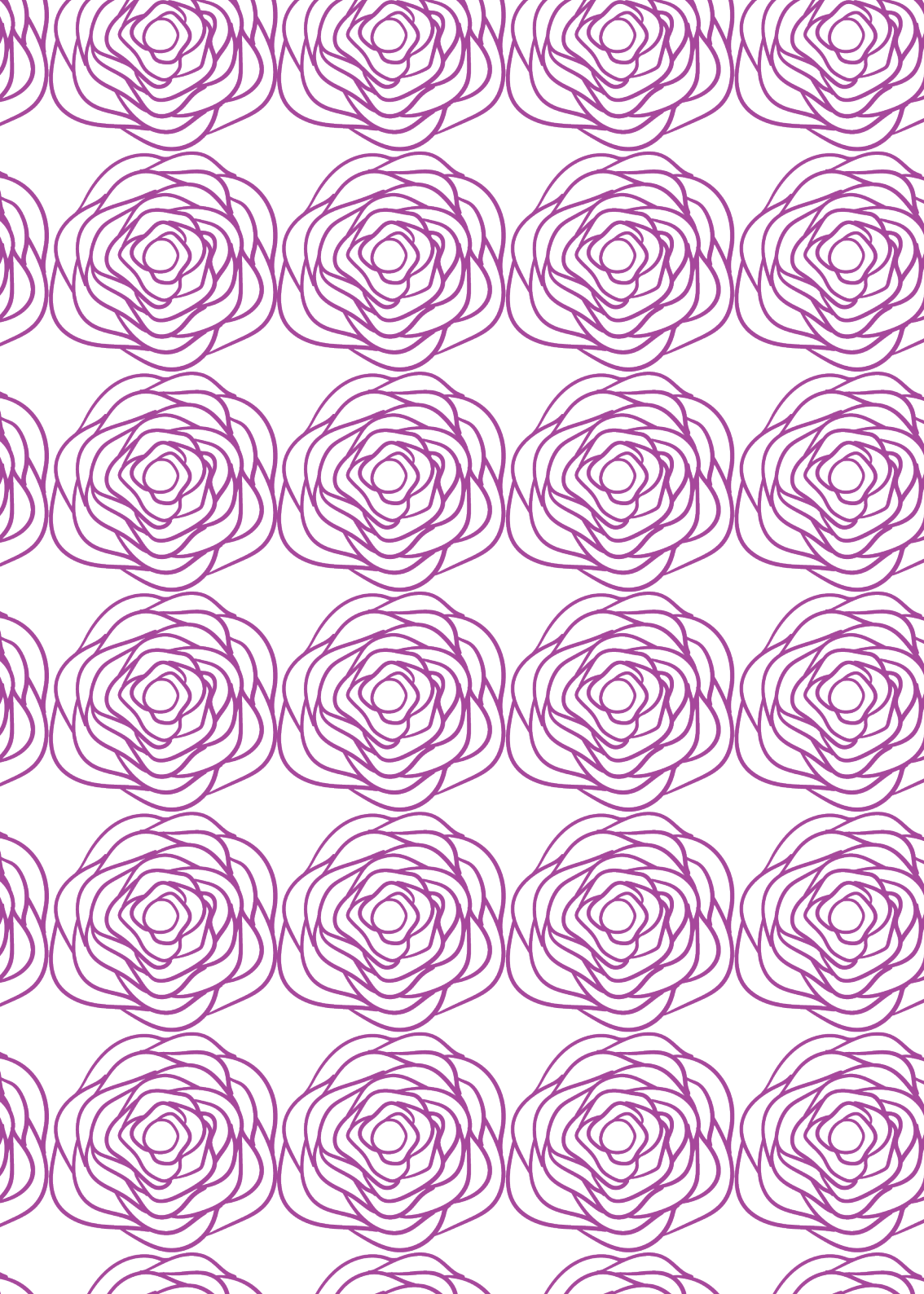
Por exemplo, um movimento que está trazendo muitos desafios para gente é a rede anti-proibicionista. Essa é uma outra questão que vem com muita força, e é uma luta completamente antirracista. Esse é um dos desafios que apontam muito pra gente também enquanto movimento feminista, como a gente vai colocar essa luta como uma luta prioritária e antirracista. A gente tem discutido muito isso dentro da Coletiva antirracista, mas que é um tema tabu entre nós e que precisa ser desmistificado.

Natalia: Exato. Também tem um debate colocado pelas ativistas que atuam nesse tema de enfrentamento da violência sobre a punição, proibição, criminalização ou não de condutas. Aí também tem um debate que a gente enfrentou um pouco na época da construção da

Lei Maria da Penha. Mas esse debate volta e também o debate sobre o proibicionismo e como ele se relaciona com nossas lutas – como por exemplo para enfrentar o racismo, reconhecendo a política de morte sobre as drogas no Brasil, mas também o direitos de quem é usuário/a e sua relação da proibição e nossos corpos, como o próprio tema da legalização do aborto.

Exatamente! A questão do encarceramento. Hoje vemos que não há como compreender causas e efeitos da violência, e pensar em estratégias de saída, sem considerar a violência como estrutural, e que, portanto, se agrava diante de alguns contextos. Então, a gente conquistou direitos e tornou acessível o debate em torno na violência doméstica e da violência sexual, mas também avançamos ao analisar que a violência estrutural agrava este quadro, por ser a violência do próprio Estado contra as mulheres. O que impacta em questões tais como o aborto, a mortalidade materna e como isso se dá na vida das mulheres negras. A violência obstétrica, a questão do aborto, a questão do encarceramento, a questão da mortalidade materna e vários outros tipos de violência são originadas nessa brecha da estrutura, nesse dorso da espinha mesmo.





MEUS DEVANEIOS: HISTÓRIAS OUVIDAS, VISTAS E VIVIDAS NOS MEANDROS DE UMA ASSESSORIA JURÍDICA FEMINISTA

Iáris Ramalho Cortês

*Advogada feminista, sócia fundadora do CFEMEA,
integrante do Conselho Deliberativo do CFEMEA*

*Trinta anos buscando transformar utopias em realidades
– muitas alcançadas – outras ainda em sonhos,
mas, como diz Alda Facio:
“Cuando el género suena cambios trae”.*

Ao me unir a outras quatro mulheres feministas para fundar o CFEMEA, em 1989, eu já havia vivido uma pequena experiência dentro do movimento de mulheres. Digo “pequena” porque só aos 46 anos de idade descobri o que realmente era o feminismo e, de alguma forma, por meio da elaboração de uma nova Constituição Federal Brasileira.

Era o ano de 1986. Um ano antes havia sido eleito Pre-

sidente da República, escolhido por um Colégio Eleitoral, o Dr. Tancredo de Almeida Neves, do PMDB-MG, tendo como vice José Sarney. Era o primeiro presidente civil depois de quase 21 anos do regime ditatorial militar instalado em 1964. Tancredo Neves morre antes de sua posse e assume o cargo José Sarney.

Com a retomada do regime político civil, muitas coisas começaram a acontecer na sociedade brasileira. Além da

elaboração de uma nova Constituição, que deveria ser democrática, conforme compromisso de campanha do Dr. Tancredo Neves, outras inovações surgiram no cenário brasileiro e uma muito importante para as mulheres foi a criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que, entre suas várias atribuições, apresentava o acompanhamento dos trabalhos da elaboração da nova Constituição, buscando influenciar os constituintes na formulação de propostas para a

igualdade das mulheres na nossa legislação¹.

Para a elaboração da nova Constituição², foram eleitos deputados e senadores, chamados constituintes. Foram 559 os constituintes eleitos (487 deputados e 71 senadores) que representavam todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. Não havia nenhuma mulher senadora e apenas 26 deputadas³.

O CNDM necessitava de um quadro de pessoal para acompanhar os trabalhos dos constituintes, porém, seu orça-

1 O CNDM foi criado pela Lei nº 7.353, de 1985, ano do primeiro governo civil após a Ditadura Militar. Conquistado pelo movimento feminista e integrado por militantes engajadas na luta pela democracia e pelos direitos das mulheres, o órgão fez a ponte entre as demandas das mulheres, em sua diversidade, e os poderes públicos. Dispondo de um fundo especial, o CNDM tinha autonomia administrativa e operava com um Conselho Deliberativo, uma Secretaria Executiva e uma Assessoria Técnica. Embora vinculado ao Ministério da Justiça, cabia ao Presidente da República nomear a Presidente do Conselho e designar o Conselho Deliberativo, formado por 17 mulheres e três suplentes, sendo 1/3 dos nomes indicados pela sociedade civil. O Conselho Deliberativo era majoritariamente formado por feministas autônomas de diversas regiões. Fonte: www.cfemea.org.br > _anos > iframe=criação_cndm . Acesso em: 10 jul. 2019.

2 Lei maior de todo país, que aponta o caminho a seguir para todas as demais leis, estabelece as atribuições dos Três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, além de normatizar a vida em sociedade, os direitos e os deveres das pessoas para com o Estado e do Estado para com as pessoas.

3 Regiões: Norte= 8; Nordeste= 7; Centro Oeste= 3; Sudeste= 8; Sul= 3. Total: 26 constituintes.

mento era limitado e a solução encontrada foi requisitar pessoas de outros órgãos. Foi nesse clima de necessidade que aceitei o convite de uma amiga conterrânea, colega da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Zuleide Araújo Teixeira, que integrava o CNDM, para Coordenadora da Comissão de Educação. À época, eu trabalhava no Jurídico do Banco Nacional da Habitação, em Brasília, e meu empregador concordou com minha cessão ao Ministério da Justiça, ao qual o CNDM estava vinculado. Foi no CNDM que a discriminação legislativa contra as mulheres me apareceu de forma mais visível. Nosso direito sempre apresentou as mulheres como cidadãs de segunda categoria, e os homens eram considerados modelos e únicos representantes da humanidade.

Viver a Constituinte foi uma experiência ímpar. Descobri que dentro do movimento de mulheres existiam vários movimentos, que a união de mulheres nesse movimento transformava pessoas completamente antagônicas em verdadeiras irmãs, que se mesclavam as raças, os costumes, as cores, as origens, o nível social, o conhecimento. Como ocorreu comigo, ocorreu com milhares de mulheres brasileiras esse despertar da inexistência de direitos iguais entre brasileiras e brasileiros, e isso foi impulsionador para a formação de tantos grupos e de debates entre tais grupos, o que fomentou em mim a vontade de participar da vida pública, como cidadã plena.

Nós, iniciantes no feminismo, contávamos com o exemplo, o apoio e o conhecimento das mulheres que dele participavam há décadas. Mulheres que viveram e sofreram na pele os vinte anos de ditadura, mulheres que foram presas, tiveram que sair do país, perderam familiares e ainda tinham garra para compartilhar conosco essa aventura de igualar direitos.

Nas reuniões em estados, municípios, vilas, tabas indígenas, terreiros ou capelas, desapareciam as hierarquias. Todas tinham o direito e o poder de opinar. Não esqueço os embates. Uma vez tremi

vendo uma sindicalista quase agredindo uma representante patronal, com final feliz. Outro feito foram feministas autônomas frente a feministas institucionalizadas, também com final feliz. Era assim, o desejo de incluir os seus sonhos aos sonhos de todas sempre tornava o final feliz e eu, novata, dentro do fogo cruzado, enlouquecidamente procurava compreender o incompreensível para mim, à época. No final, entendi que esse aparente antagonismo era a força que o movimento precisava para, no final, se unir e alçar vitórias.

Durante o período que durou a Assembleia Nacional Constituinte, o CNDM conseguiu verdadeiras façanhas, inclusive unir as 26 parlamentares (todas deputadas) de diferentes partidos políticos e ideologias. As deputadas formaram a “bancada feminina”, que, junto com as feministas e o movimento de mulheres, agiam de forma direta junto aos parlamentares homens de uma maneira tão visível que fomos apelidadas de o “*Lobby do batom*”. Sobre esse apelido, trago um depoimento que considero um dos melhores, formulado por minha colega, Gilda Cabral, também do CFEMEA, que participava da equipe do CNDM na época:

O Lobby do Batom foi outra tirada de humor nossa. Quando entrávamos nos corredores do Congresso, invariavelmente retocávamos o batom e alguns gaiatos diziam: “lá vem o lobby do batom”. De tanto ouvir a piadinha, resolvemos responder com nosso sempre presente bom humor: mandamos imprimir um selo que trazia as duas colunas do Congresso como um batom e escrito “Lobby do batom”. Foi ótimo passar pelos piadistas e perguntar: “quer um? Quer entrar também nesse lobby? Olha! Sua vida vai ficar bem melhor quando homens e mulheres tiverem direitos iguais!”

Promulgada a Constituição, em 5 de outubro de 1988, o CNDM foi praticamente esvaziado. A maioria das propostas das mulheres incluídas na Constituição necessitava de regulamentação em le-

gislação ordinária, e a bancada feminina não tinha condições para acompanhar tudo isso sem a assessoria com a qual contou durante o processo Constituinte.

O movimento de mulheres, em todo o Brasil, ainda empolgado com o resultado da Constituinte, continuou com o olhar no Congresso Nacional. Buscavam respostas para as questões que trabalharam e, nós, em Brasília, começamos a receber questionamentos sobre os projetos de lei que já tramitavam nas duas casas. Vez ou outra, nos encontrávamos nos gabinetes, nas comissões, nos corredores. Em um desses encontros, uma de nós teve a ideia de formarmos um grupo para ordenarmos nossas desordenadas pesquisas e ações no Congresso.

Assim surgiu o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – *CFEMEA*, no ano de 1989. Entre seus objetivos estava o de monitorar os trabalhos do Congresso Nacional, promovendo

e/ou facilitando a articulação de organizações do movimento de mulheres e da sociedade civil em geral frente aos Poderes Legislativos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais. Queríamos contribuir com a luta pela regulamentação de todos os novos direitos conquistados em 1988.

O período pós-constituinte trouxe uma efervescência na sociedade civil com a criação de centenas de organizações. Fóruns feministas foram criados nos estados e no Distrito Federal, grupos específicos participavam desses fóruns, como sindicalistas, mulheres negras, mulheres lésbicas, profissionais autônomas, empregadas domésticas, ruralistas, entre outras classes. Os Direitos Humanos já eram discutidos em vários grupos. O Movimento Nacional de Direitos Humanos existia desde o início da década de 80, engajado com outros movimentos. Em 1996 foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, com o apoio

da Câmara dos Deputados e de outras entidades. Ali foi constituído o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), integrado por organizações da sociedade civil, entre elas o *CFEMEA* e outras organizações feministas.

Foi no FENDH que aprendi que a diversidade não estava apenas no movimento de mulheres e que o respeito era o marco primordial em qualquer tipo de relacionamento. Participar dos encontros do FENDH era tão emocionante quanto dos encontros feministas. Lá, nos misturávamos com pessoas de todas as classes sociais, de todas as raças e etnias. Uma vez, estávamos em um restaurante tomando cerveja, e um companheiro ofereceu um copo a uma moça indígena que não estava bebendo. Ela disse que não podia beber, pois, se bebesse, poderia ser penalizada e ele, que ofereceu a bebida, também seria penalizado. Foi chocante escutarmos esse depoimento. Ela, uma mulher maior de ida-

de, universitária, independente financeiramente, era controlada pelo Estado nos atos de sua vida privada. Era assim, em nossas atividades cotidianas, que víamos como, mais especificamente, os Direitos Humanos eram violados.

Compreendi que não poderíamos trabalhar o feminismo sem uma articulação mais próxima com os Direitos Humanos. Compreendi que esse ramo do direito era o grande “guarda-chuva” para todos os demais direitos. Assim, busquei a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF) por ser a OAB o meu órgão de classe, além de ser essa Comissão bastante atuante e atenta a questões diversas de violações aos direitos humanos na sociedade.

Participando, como advogada voluntária, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF, tive a oportunidade de concorrer a uma vaga no Conselho daquele órgão e, como

conselheira, vivi experiências marcantes. Éramos poucas as mulheres e nós éramos vistas, principalmente, como “adorno”, organizando festinhas e fazendo filantropia. Nem sempre me sentia à vontade, principalmente quando vinha direto de uma reunião feminista em uma cidade satélite, vestida de calças jeans e tênis, enquanto todo o Conselho estava “fantasiado” de advogada ou advogado, com seus ternos, gravatas, *tailleurs*, saltos e sapatos engraxados. Respirava fundo e entrava na sala sem olhar para os lados. Na OAB, apenas na Comissão de Direitos Humanos eu me sentia integrada.

Teve um episódio que realmente me marcou, quando o *Guia dos Direitos das Mulheres* foi lançado. O Guia é uma publicação do CFEMEA, de 1994, que, em linguagem simples, aponta alguns direitos (na área dos direitos civis, penais, trabalhistas, previdenciários, entre outros) e como defendê-los. Um colega chegou perto de mim

e disse: “Dra. Iáris, a senhora é responsável por este guia?”. Feliz por ver que o colega estava com o livro do CFEMEA nas mãos, disse toda em sorrisos: “sim, sou a responsável”, ao que ele retrucou: “a senhora está querendo tirar o ganha-pão dos colegas? Logo no início o guia diz: ‘procure desmistificar o Direito, com ele, você poderá ser advogada de si mesma’. Acha isto correto?”. Antes que pudesse responder qualquer coisa, fui “salva” pelo então Presidente da OAB/DF, Dr. Safe Carneiro, que se aproximava de nós nesse momento. Ele veio dizendo: “parabéns, Dra. Iáris, vi seu livro e achei maravilhoso. A linguagem simples vai facilitar até para os advogados iniciantes”. O colega, ressentido, saiu de mansinho... Dr. Safe tinha razão, várias advogadas e advogados, inclusive algumas faculdades de Direito, pediram exemplares do guia que, de início, havia sido produzido para distribuição gratuita a grupos de mulheres brasileiras.

Emoções foram muitas. Foi emocionante participar de tantos encontros, acompanhar o lançamento do *Guia dos Direitos das Mulheres*, muitas vezes, acompanhada de Rose Marie Muraro, minha eterna musa feminista. Considero Rose Muraro uma grande mulher feminista, filósofa, pensadora e escritora. Amiga do CFEMEA, incentivou-me a escrever o guia e sempre dizia que nós, mulheres, escrevemos pouco sobre nós, sobre nossas opiniões, então, deveríamos colocar no papel nossos pensamentos e depois decidiríamos se seriam divulgados ou não, mas escrever é importante.

Lembro-me também de uma professora que, vez ou outra, ia ao CFEMEA para conversar comigo. O assunto sempre era a violência doméstica que sofria do marido. Eu me oferecia para acompanhá-la à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) e ela recusava. Teve um dia que não aguentei e perguntei por que ela vinha me contar esses casos se não queria resolvê-los, e ela disse que queria só “desabafar” com uma feminista. Com esse caso, desejo mostrar que o CFEMEA, além de suas atribuições estatutárias, também era local de “aconchego” para muitas mulheres.

Além de momentos como esse, que aconteciam no dia a dia da nossa ONG, nossas antenas estavam atentas a tudo que acontecia em Brasília, na esfera parlamentar e também judiciária e executiva, dividindo este trabalho com o Fórum de Mulheres do Distrito Federal e contando, também, com o programa radiofônico “Viva Maria”, da radialista Mara Regia di Perna. Mara marcava com antecedência o horário para entrevistas. Em uma época que não existia telefone celular, caso não estivéssemos em local com telefone fixo, tínhamos de ligar de um “orelhão”. Certa vez, aconteceu de chegar a hora do programa de Mara, no qual eu seria entrevistada, e eu me encontrava distante de um telefone fixo. A única solução foi apelar para o orelhão. Liguei, Mara fez o questionamento e eu estava respondendo quando vi que, atrás de mim, se formou uma fila de pessoas que também queriam

usar o telefone. Um senhor reclamou que eu estava demorando, ao que duas mulheres vieram em minha defesa, dizendo, indignadas: “o senhor não está vendo que ela está dando uma entrevista ao programa Viva Maria, de Mara Régia? Vamos esperar e cale a boca para podermos escutar o que ela está dizendo sobre nossos direitos”.

Dois vetos presidenciais (à época, Fernando Henrique Cardoso era o Presidente da República) em projetos de lei de interesse direto das mulheres que acompanhávamos foram motivos para um verdadeiro “*frisson*”.

O primeiro, o PL nº 209/1991 (nº 114/1994, no Senado Federal), que tratava do planejamento familiar regulamentando o § 7º do art. 226 da Constituição Federal⁴, foi aprovado em 1996 e recebeu veto aos artigos 10 a 14⁵, referentes à esterilização voluntária, do homem e da mulher, como um direito e que, em seguida, estabelecia como dever do Estado proporcionar o acesso a tal direito, dentro de critérios éticos e científicos. Esse projeto tramitou no Congresso por mais de cinco anos, sempre acompanhado, em todas as audiências e comissões por onde passou, pelo movimento de mulheres, em especial pela Rede Feminista de Saúde⁶.

4 Constituição Federal – “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

“§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.”

5 Disponível em: bit.ly/PGV03

6 Rede Feminista de Saúde - articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracismo, fundada em 1991, que tem entre suas ações políticas a defesa da implantação e da implementação de ações integrais de saúde da mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O movimento de mulheres e o CFEMEA não se conformaram com o veto que, inclusive, tirava grande parte do sentido da nova lei. Em uma ação conjunta, parlamentares de todos os partidos, em todos os estados, foram cobrados pelas feministas em aeroportos, restaurantes, residências, além de serem enviados milhares de telegramas e fax para os gabinetes. No dizer de alguns desses parlamentares, “o movimento de mulheres está nos deixando loucos com essa matéria. Temos que derrubar este veto”. A derrubada do veto teve, inclusive, o apoio da primeira dama, a antropóloga Ruth Cardoso. Finalmente, um ano e sete meses depois (em 20 de agosto de 1997), o veto, que havia contado com a influência e o poder da Igreja Católica, foi derrubado e a Lei nº 9.263/1996 pôde ser finalmente posta em prática.

O segundo veto do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi ao Projeto de Lei nº 2.372/2000, da Deputada Jan-dira Feghali (PCdoB-RJ), que dispunha sobre o afastamento cautelar do agressor da habitação familiar. Esse projeto era acompanhado pelo CFEMEA e já havia sido aprovado, com substitutivo⁷ da relatora, o Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP).

A violência doméstica sempre foi um dos temas cruciais para o movimento. Depois da conquista do direito ao voto, na década de 1930, as mulheres brasileiras se mobilizaram em torno da violência. Na década de 1970, as feministas levaram o lema “quem ama não mata” a todo julgamento de agressores de mulheres. Além desse projeto, tramitavam mais cinco outros que tratavam pontualmente de alguns aspectos da violência doméstica e/ou alterando o Código Penal a respeito

7 Substitutivo - espécie de emenda que altera a proposta em seu conjunto, substancial ou formalmente. Recebe esse nome porque substitui o projeto. O substitutivo é apresentado pelo relator e tem preferência na votação, mas pode ser rejeitado em favor do projeto original. Disponível em: bit.ly/2O5tAnY

do tema. Diferentemente do primeiro veto que o movimento buscou a derrubada, o segundo deu força para que construíssemos uma lei que atendesse plenamente às mulheres.

Portanto, o veto do Presidente da República ao PL nº 2.372/2000 foi o motor impulsionador para a formação do Consórcio de ONGs. Esse consórcio foi composto por ONGs como ADVOCACI (Rio de Janeiro), AGENDE (Brasília), CEPIA (Rio de Janeiro), CFEMEA (Brasília), IPÊ/CLADEM (São Paulo) e THEMIS (Rio Grande do Sul), e pelas especialistas Ela Wiecko de Castilho (advogada, Procuradora-Geral da República), Ester Kosovisk (advogada, professora universitária), Leilah Borges da Costa (advogada), Rosane Reis Lavigne (advogada, defensora pública), Simone Diniz (médica, integrante do Coletivo Feminista e Casa Eliana de Grammond) e Wania Pasinato Izumino (socióloga e pesquisadora).

Seis anos depois, no dia 7 de agosto de 2006, o projeto, depois de aprovado pelo Congresso Nacional, foi sancionado como a Lei nº 11.340/2006. O grupo também contou, na fase de elaboração final do anteprojeto, com o auxílio do Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados e advogado Adilson Barbosa.

Antes, nosso anteprojeto passou por uma Comissão Interministerial criada para esta finalidade e teve a participação do Consórcio de ONGs e das especialistas. Muitas discussões foram travadas e muitas dúvidas foram sanadas com as explicações das especialistas indicadas pelo Consórcio. No final, a Comissão Interministerial e o Consórcio ficaram felizes com o resultado e o Executivo apresentou o texto final ao Congresso Nacional com a seguinte ementa:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana

para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Presidência da República, na figura do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aproveitaram a solenidade de sanção da Lei de Violência Doméstica, no dia 7 de agosto de 2006, para entregar a uma das vítimas desse tipo de violência uma indenização devida pelo Governo Brasileiro pela tolerância do país frente à violência cometida por seu esposo, em 1983. Essa era a Sra. Maria da Penha que, por 19 anos, buscou, sem sucesso, que a justiça brasileira julgasse a dupla tentativa de assassinato da qual foi vítima. O caso havia sido apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em 1998, pelo Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL)⁸ e pelo Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)⁹.

Com base nessa coincidência – a aprovação do PL e a punição dada ao Brasil pela Corte Internacional, o Presidente da República batizou a nova Lei com o nome dessa vítima de violência doméstica no Brasil e, hoje, basta dizer “cuidado com a Maria da Penha” para que todo brasileiro agressor trema nas bases.

8 CEJIL é “um consórcio de organizações de direitos humanos da América Latina e do Caribe, cujo objetivo principal é alcançar a plena implementação das normas internacionais de direitos humanos no direito interno dos estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA)”. Disponível em: bit.ly/33ej2HK

9 CLADEM é uma rede feminista que trabalha para contribuir com a plena vigência dos direitos das mulheres na América Latina e no Caribe, utilizando o direito como um instrumento de mudança. Atua no Brasil desde 1992, em diferentes ações de promoção dos direitos humanos das mulheres. Disponível em: bit.ly/2XxncsU

Para a elaboração da cartilha Lei Maria da Penha – do papel para a vida, juntamente com a colega advogada Myllena Calazans, pesquisamos sobre a interpretação e a utilização da Lei. O objetivo foi respondermos às dúvidas da sociedade sobre essa nova lei. Foi também emocionante ver a publicação da Cartilha Cidadania também é beleza e dos Direitos das Mulheres na legislação pós Constituinte, juntamente com a colega socióloga Almira Rodrigues.

Entre os anos de 1997 até 2005, fui responsável pela página número 11 do Jornal *Fêmea*, com o título “Sou cidadã, conheço meus direitos”, na qual, em linguagem simples que possa ser entendida por qualquer pessoa, explicava o que dizia a lei. Quando não havia uma nova lei, debulhava a Constituição, o Código Civil, o Penal, o trabalhista e outras legislações específicas, muitas vezes, para atender a um questionamento recebido de alguma mulher.

Ainda hoje me emocionano quando uma jovem feminista diz que leu algo do *CFEMEA* e algo que escrevi. Da mesma forma, me traz emoção responder a universitari@s, mestrand@s e doutourand@s sobre questões do feminismo ou da elaboração da Lei de Violência Doméstica.

Acompanhar mudanças de artigos do Código Penal que discriminavam a mulher foi tarefa sofrida e, quando víamos a aprovação de alguma mudança, festejávamos. Olhando para o passado, recordo de minhas noites insones depois de ouvir ilustres juristas defendendo a legítima defesa da honra masculina em tribunais que afirmavam que a mulher tinha a “obrigação” de fazer sexo com o marido, mesmo sem seu consentimento, e ainda defendiam a famosa titularidade de “mulher honesta”.

Até o ano de 1995, trabalhei meio período no *CFEMEA*, pois era funcionária da Caixa Econômica Federal.

Quando me aposentei da CEF, fiquei tempo integral no CFEMEA dividindo este tempo com o trabalho voluntário na OAB/DF e no Grupo Arco-íris – Associação Brasiliense de Apoio às Pessoas Soropositivas, fundado em 1990. Me orgulho quando lembro que colaborei na elaboração dos estatutos deste grupo. Foi o feminismo, aprendido no CNDM, na Comissão da OAB e, principalmente, no CFEMEA, que me fez olhar para a questão do HIV/AIDS como um problema também meu, de toda a sociedade. Discutir a formulação de estatutos era uma das minhas tarefas no CFEMEA. Além do Grupo Arco-íris, também discuti os estatutos do primeiro grupo gay e lésbico de Brasília.

Quando Lula estava terminando seu primeiro mandato, um grupo de mulheres do norte do país pediu para que ele indicasse uma mulher para a Presidência da República, ao que ele retrucou para que não fôssemos “desaforadas” e não começássemos a “pensar logo na Presidência da República”. Fiquei tão indignada que, no Editorial de nosso *Jornal Fêmea*, escrevi uma crônica com esse tema, que terminava dizendo:

Portanto: viva nossos “desaforos” e continuemos “desaforadas”, pois “desaforo”, para além do sentido pejorativo que geralmente lhe é dado, é também e, sobretudo, atrevimento, irreverência, imprudência, insolência, todos os adjetivos e atos necessários para se fazer uma verdadeira revolução de valores, costumes e ações para, finalmente, podermos mudar a nossa realidade e construirmos uma democracia radical e paritária

(Número 142 - Março de 2005).

Ver esse meu artigo sendo replicado em várias publicações, inclusive em espanhol, encheu meu coração de orgulho.

Atualmente não estou mais diuturnamente no CFEMEA, mas continuo acompanhando seu trabalho e colaborando, na medida do possível. Aprovo e acho formidável a nova linha do CFEMEA, inau-

gurada em 2015. O movimento de mulheres estava mesmo precisando aprofundar sua visão sobre o autocuidado e o cuidado entre ativistas, mostrando que isso também é fazer política tanto quanto os temas da sustentabilidade da instituição e o aprofundamento do conhecimento com a Universidade Livre Feminista. Com isso, unindo as políticas – a convencional com esta, inaugural, poderemos fortalecer a luta feminista.

Com relação à conjuntura atual, aqui, perto do mar, com as mãos sujas de argila, afinal, hoje sou artesã do barro, vendo se aproximar o número 80 dos anos vividos, consigo vislumbrar que a humanidade é como a maré, vai e vem, como o dia e a noite se alterando, como o frio e o calor. Tudo passa, tudo volta. Lembrando nosso Chico Buarque, “roda mundo, roda-gigante, roda moinho, roda pião”. A situação está difícil, como foi difícil para os cristãos nos seus primórdios; para as mulheres sábias na Inquisição,

queimadas nas fogueiras dos cristãos; para os judeus levados às câmaras de gás pelos nazistas; e em tantas outras tragédias que a humanidade provocou, e ainda provoca, simplesmente pela falta de um sentimento – o respeito.

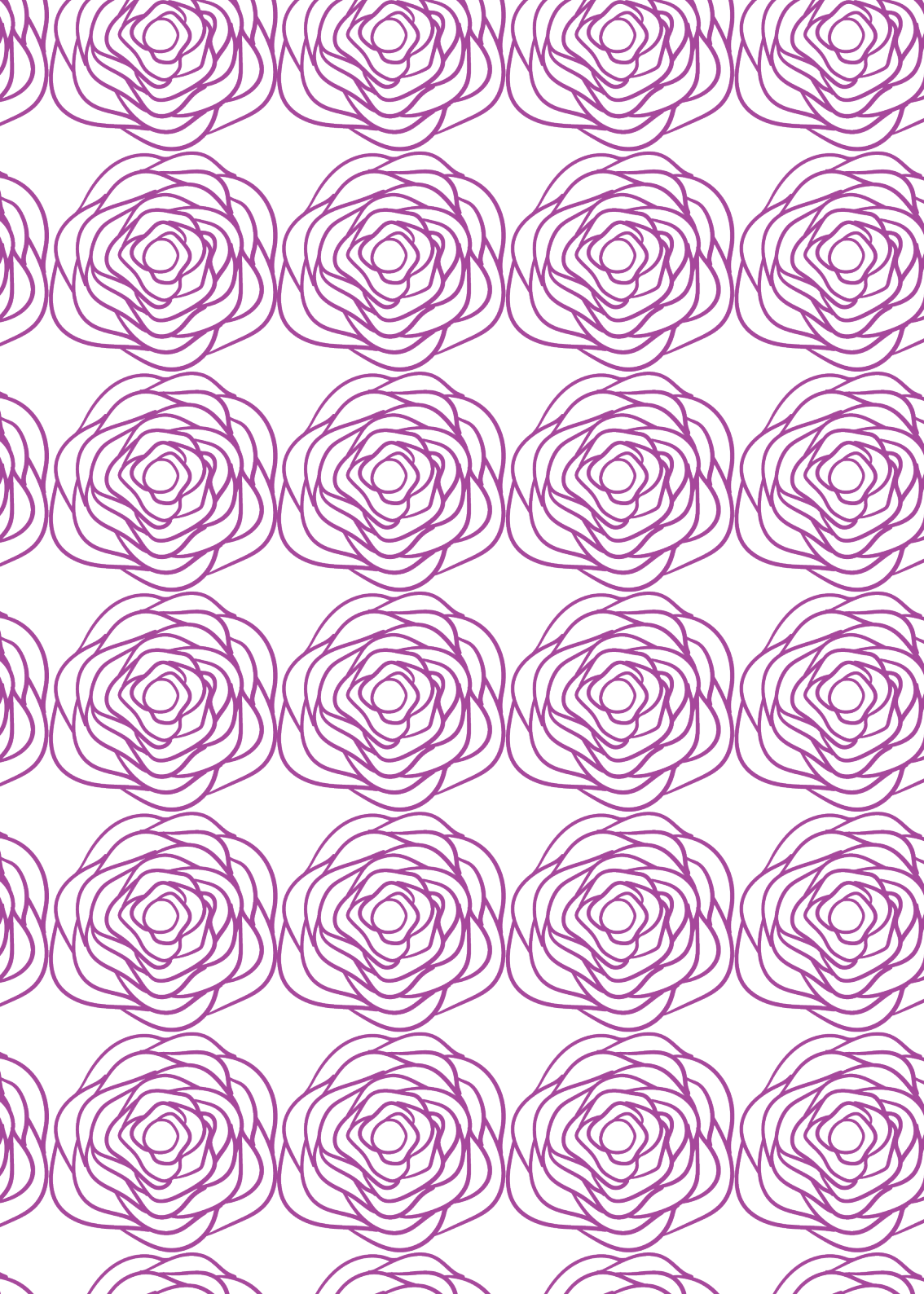
De uma coisa tenho certeza: o feminismo jamais será esmagado e um dia se tornará o maior movimento da humanidade, pois seu trabalho é feito com afeto. Ainda temos muitas coisas para conquistar, temos que enfatizar a questão da violência contra a mulher – precisamos engajar os homens nessa luta para que eles deixem de ser os vilões e sejam nossos parceiros, como muitos já o são. Isso tem que ser feito através da educação, em casa, na escola, na sociedade. Outra coisa que acho importante é a questão do aborto. Para mim, como digo há anos: não tem delegado nem juiz, nem padre nem pastor que consiga impedir uma mulher de fazer um aborto. Aborto pode ser um ato individual, silêncio-

so. A diferença é apenas entre mulheres ricas e pobres. As pobres vão para aborteiros, enquanto as ricas o fazem em consultórios, e as primeiras correm mais o risco de não sobreviverem.

Finalizo apontando as duas questões principais que devem ser focadas na continuidade da luta das mulheres: a violência contra as mulheres e a legalização do aborto, que seja livre, legal e seguro. O que falta é vontade política dos Três Poderes para que isso ocorra.

Enfim, o *CFEMEA* me deu a certeza de que, se eu queria, eu podia e, hoje, procuro passar tal certeza para as mulheres que encontro e, em especial, para minhas quatro netas.

Barra do Rio, Rio Grande do Norte, 28 de julho de 2019.



A LUTA ARTICULADA DAS CAMPONESAS PELO DIREITO À PREVIDÊNCIA PÚBLICA, UNIVERSAL E SOLIDÁRIA

Entrevista com Justina Inês Cima

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Milena: Vou começar pedindo para você se identificar, apresentar em que movimento atua, onde vive e de onde você vem.

Meu nome é Justina Inês Cima. Sou agricultora e sempre o fui na minha vida. Nós, hoje, temos um sítio pequeno e, nele, temos uma produção bem diversificada de orgânicos. Além de agricultora, eu moro em um pequeno município que se chama Quilombo, em Santa Catarina, e faço parte hoje da direção estadual do Movimento de Mulheres Camponesas e continuo na militância aqui, no estado de Santa Catarina.

Desde a minha adolescência, fui muito ligada aos processos organizativos. Comecei minha participação na Pastoral da Juventude, nas comunidades eclesiais de base – isso nos anos 1980. Com o surgimento do movimento de mulheres autônomo, em Santa Catarina, eu iniciei, em 1996, a minha atuação no movimento de mulheres - na época, agricultoras, hoje, camponesas.

Além disso, aquele período histórico era um momento em que havia toda uma organização pós-ditadura, de organização no campo e também da classe trabalhadora. Então, foi um momento de surgimento de vários movimentos, da luta pela terra, da luta contra

as barragens e também do sindicalismo combativo, como nós dizíamos, e das oposições sindicais. Então, nesse período, eu também fiz parte, desde a base, da construção dessas ferramentas de luta da classe trabalhadora.

Contribuí para a construção da Central Única dos Trabalhadores como liderança do movimento. Participei muito de processos de formação da escola sindical, que fazia debates sobre a questão da luta de classes e a importância do sindicalismo, e também atuei na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Como nós vivíamos um período da construção das propostas da Constituição e depois, também, das Constituições dos estados e dos municípios, o movimento foi crescendo com toda essa discussão.

Nós, em Santa Catarina, elegemos uma deputada em 1986. Em 1988, foi o momento da eleição de três vereadoras no nosso estado, e, seguindo um pouco na lógica da participação

política da mulher na sociedade, eu me elegei vereadora nesse período, de 1988 a 1992, pelo PT. Foi um momento em que eu me dediquei muito para a construção do movimento das mulheres, mas também da luta de toda a classe trabalhadora.

Em 1992, eu fui para a direção estadual do movimento e, automaticamente, fui para as instâncias nacionais porque, naquele período histórico, estava em construção a Constituição de 88, e nós participamos da apresentação de suas propostas e atuamos na organização e na mobilização desta.

De 1988 a 1993, foi o período de regulamentação da previdência social. Eu estava atuando juntamente com uma brigada de mulheres dos movimentos autônomos a fim de garantir uma visão bem ampla na defesa da seguridade social envolvendo as dimensões da saúde, da previdência, da assistência e da regulamentação da condição de seguradas especiais

para nós, agricultoras, pescadoras artesanais, extrativistas etc.

Desse grupo eu acabei participando por um período bastante longo, desde 1990, e depois continuei na direção nacional. Fui então para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e este foi um período longo de atuação.

Foi nesse período que eu conheci o *CFEMEA*. A primeira apresentação que eu

tive ao grupo foi através da Eva Maria, que era assessora parlamentar, e fui apresentada à Guacira César, que fez uma entrevista com relação ao que nós defendíamos para as trabalhadoras rurais. Essa entrevista foi um ponto inicial bem importante para uma grande parceria e articulação. A partir de então, foram muitos os momentos em que nós passamos a ter articulação política com o *CFEMEA*.

Milena: Você se lembra de algum episódio, alguma mobilização ou algo que fizemos juntas que marcou a sua trajetória e a luta das mulheres camponesas?

Acho que o que marcou a história da luta das mulheres foi todo o período da regulamentação da Constituição. Houve também outro depois quando, em pleno governo popular, foi proposto um Fórum Oficial do governo para discutir a reforma da previdência. Na

época, vieram à discussão várias questões de preocupação das mulheres – a questão da idade, a nossa condição de seguradas especiais etc. Nenhum movimento feminista foi convidado para compor esse Fórum.

Nessa época, além da direção do Movimento de Mu-

lheres Camponesas, eu também fazia parte do Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Foi o momento em que se constituiu uma parceria muito grande com as organizações feministas que participavam do Conselho, por meio da qual nós fizemos a defesa, com conhecimento de causa das trabalhadoras rurais e camponesas, de todas as categorias que estão junto ao movimento. Nós nos juntamos e nos reunimos em seguida à reunião do Conselho e saímos da reunião com o posicionamento da criação de um grupo de trabalho para fazer esse debate.

Em seguida, nos organizamos e nos reunimos com os movimentos feministas e instituímos o Fórum Itinerante da Previdência Social, para fazer o debate da questão da seguridade social. Esse foi um fato marcante porque os movimentos feministas, através deste fórum, foram convidados para o Fórum Oficial do governo. Nós podíamos fazer o debate das propostas, mas não votávamos,

pois estávamos na condição de observadoras mas ainda assim foi uma participação muito importante.

Também fizemos todo um processo de capacitação entre nós para entendermos toda a situação das categorias. As trabalhadoras domésticas também estavam em todos os movimentos. Além da formação, ainda fizemos momentos importantes de incidência junto ao Congresso Nacional, ao Senado e aos ministérios, realizando debates e também momentos de mobilização para dialogarmos com a sociedade. Então, eu tenho o maior carinho pelo *CFEMEA*, tenho um orgulho muito grande de termos nos articulado com o centro em torno de causas tão importantes. A questão dos direitos das mulheres e o foco na seguridade social sempre foi um elo muito forte, de muita compreensão e de muita troca, já que nós éramos rurais e, no *CFEMEA*, as mulhe-

res eram do mundo urbano, mas que sempre buscavam fortalecer a luta das mulheres em geral.

Isso foi interessante também porque, até um determinado momento da história, o movimento de mulheres camponesas não era visto como um movimento feminista. Era visto como um movimento de mulheres, mas, com o tempo, fomos nos entendendo dentro da trajetória. O movimento hoje se coloca com grande clareza como Movimento de Mulheres Camponesas, um feminismo camponês e popular, com um rosto, um jeito e uma forma de as mulheres do campo o construírem. Assim, eu tenho a maior alegria de realizar essa conversa de reconhecimento do CFEMEA e dos demais movimentos feministas por toda a colaboração.

Milena: Depois de termos lutado tanto e conquistado esses direitos, nos vemos neste momento político tão delicado e difícil para nós, no qual testemunhamos tantos ataques aos direitos que conquistamos e à nossa luta. Gostaria que você falasse como está vendo e sentindo este momento, que desafios identifica e que caminho você vislumbra para continuarmos defendendo nossos direitos e seguirmos em mobilização.

Eu acho que o Brasil todo, a esquerda, os movimentos sociais, os movimentos populares, nós estamos em um momento de muita periculosidade no sentido do desastre que é este governo contra nós, infelizmente eleito pelo voto popular. Sabemos que esse voto foi muito induzido pelos meios de comunicação, pelas fake news, e sentimos a preocupação de retomar um processo de mobilização e luta. É preciso garantir que não tirem os nossos sonhos, nossas esperanças.

Este é o momento de repensarmos, de nos reconstruirmos e de fazermos com que tudo aquilo que nós acumulamos de experi-

ência e de direitos (que, neste momento, estão sendo tirados de forma tão dolorosa) também nos mantenha com esperança e em condições de fazer a luta. Gostaria de dizer que o caminho é aquele velho tripé no qual nós sempre apostamos – a formação, a organização e as lutas. E queria acrescentar que as grandes articulações entre as organizações populares e as organizações sociais, para conseguirmos avançar, precisam ser reforçadas e continuadas.

Outra questão que a gente acredita e aposta é que, na verdade, nós temos um caminho que não é em linha reta. Vamos tendo os incômodos e os percalços que vão incomodando. Neste momento, temos que construir a esperança com o nosso povo, continuar a organização, as mobilizações, as lutas e não ver o momento como algo definitivo. É preciso fazer processos de retomada e não perder a esperança.

Eu procuro, neste momento (e nós do movimento de

mulheres camponesas também procuramos), buscar todas as formas de animar, de motivar as mulheres, de motivar a organização e de continuar caminhando na busca por aquilo que nós entendemos. Sabemos que é um momento difícil, que é um momento duro, doloroso, mas nós não podemos vê-lo com desânimo. Assim, nós queremos construir a esperança, queremos continuar construindo nossos sonhos, queremos apostar naquilo que nós acreditamos. E, para construir, é necessário isto: fortalecer a organização e a esperança e não desistir jamais.

Porém, é um momento de profunda preocupação e, ao mesmo tempo em que construímos, fazemos isso com os pés no chão. Sabemos que vamos ter de pensar em políticas locais, na questão do SUS, no atendimento às mulheres, em como vamos construindo outras formas de autonomia para aquelas que estão excluídas,

neste momento, do salário maternidade e da aposentadoria.

Nós sabemos que a reforma da previdência, que está sendo aprovada¹, apesar de não ter alterado a idade, por exemplo, alterou a forma da contribuição. Nós comprovávamos que éramos agricultoras e tínhamos uma contribuição a partir do que vendíamos. Agora, institui-se a contribuição. No campo, para os mais pobres e para as mulheres, sabemos que isso é exclusão. Desse modo, nós precisamos continuar fazendo a luta por políticas públicas, por atendimento, pelas nossas mulheres e para os mais pobres.

Quando víamos um ministério que era um minis-

tério das mulheres, que tinha uma proposta de políticas públicas detalhadas, com avanços importantes, e, hoje, vemos uma ministra dando declarações como as que são dadas atualmente, constatamos uma lástima para o país. É uma lástima para toda a luta das mulheres que foi construída.

Gostaria de reafirmar, pelo que eu ouvi da Brigada Loiva², no último período, e pelos encaminhamentos no estado de Santa Catarina, que essa articulação maravilhosa com o CFE-MEA e com as demais organizações e articulações feministas continua. Para mim é isso que nós precisamos reafirmar, essa nossa convicção, essa nossa articulação, e seguirmos juntas

1 No momento da entrevista, a proposta de reforma da previdência do governo, PEC 06/2019, estava em tramitação no Congresso Nacional, já com fortes indícios de sua aprovação.

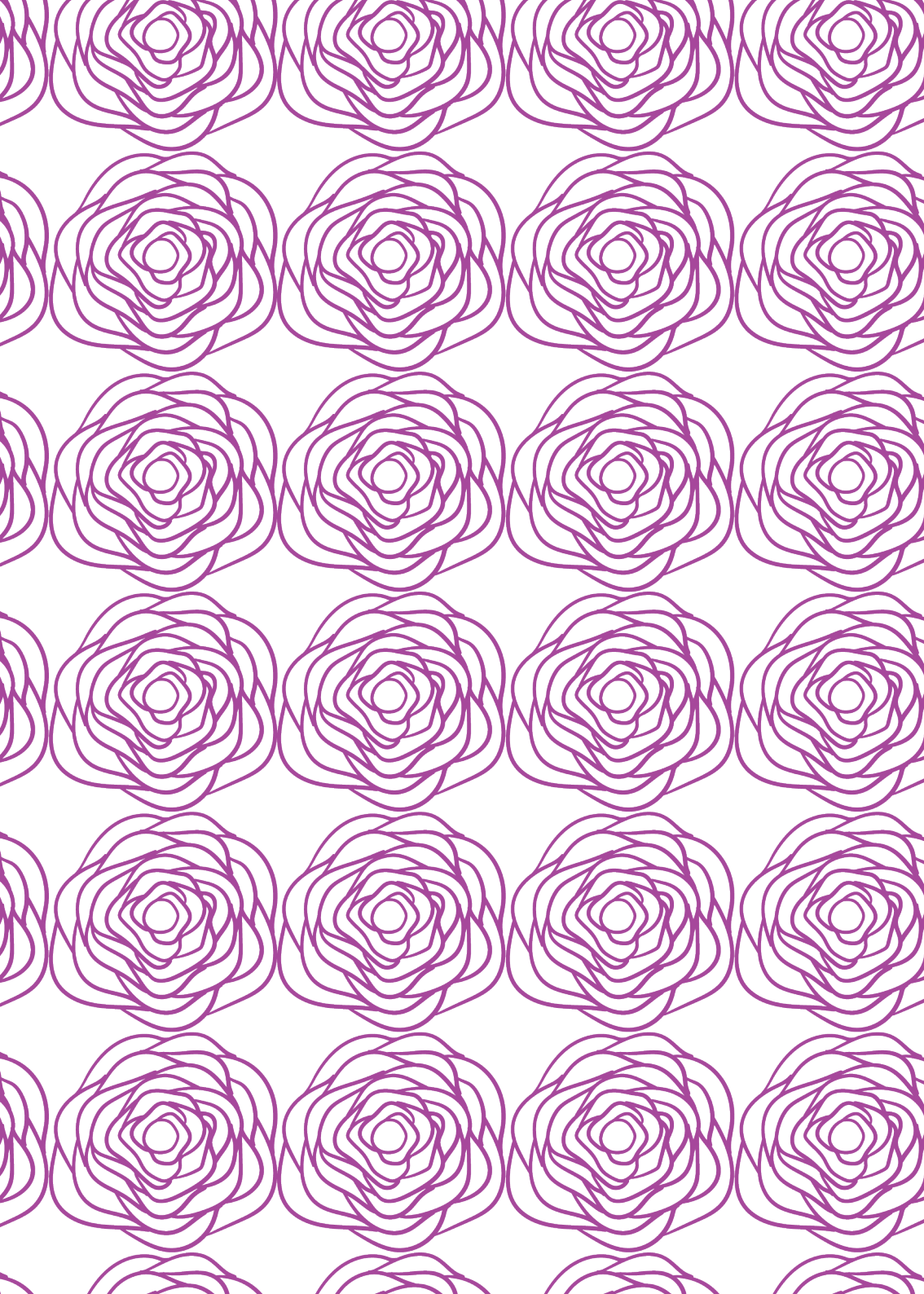
2 A Brigada Loiva Rubenich foi uma mobilização permanente do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil dentro do Congresso Nacional, que acompanhou as votações da Reforma da Previdência, em diálogo com deputadas e deputados, senadoras e senadores, na luta pela garantia da Previdência Social Pública e Solidária ao longo de 2019 e em articulação com outros movimentos feministas, como: Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Marcha Mundial de Mulheres e Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

para construirmos aquilo que nós sonhamos e precisamos para nossas mulheres e para as trabalhadoras.

Quero deixar um abraço grande para Guacira, Natalia e todas as outras do *CFEMEA*, e afirmar a alegria de ter feito parte desta caminhada. Parabéns ao *CFEMEA* por todos esses anos de luta em defesa da vida das mulheres!







A ÁRDUA LUTA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS POR RECONHECIMENTO: DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL À IGUALDADE DE DIREITOS

ENTREVISTA com Creuza Maria Oliveira

Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)

Milena: Vou começar pedindo pra você se identificar, relatar em que movimento você atua, onde vive e de onde você vem.

Eu sou Creuza Maria Oliveira. Estou hoje como secretária-geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia. Sou baiana e minha atuação começou na Bahia com o grupo de trabalhadoras domésticas, na década de 1980. Desde então, eu já tenho mais de 30 anos de atuação no movimento de trabalhadoras domésticas.

Primeiro, eu comecei a militar no movimento das domésticas. Em 1986, nós fundamos a Associação das Trabalhadoras Domésticas da Bahia, porque até a Constituição de 88, não podíamos nos organizar em sindicato. Então, depois da Constituição foi que conquistamos o direito de nos organizar em sindicatos e transformamos a associação em sindicato. No ano de 2020, o sindicato vai fazer 30 anos.

Nessa minha militância, eu conheci vários movimentos. Primeiro, comecei a militar no movimento das domésticas, depois, conheci o movimento de mulheres, o movimento feminista, o movimento sindical e também o movimento negro, do qual eu fui me

aproximando e me filiando, e o movimento partidário também. Esses movimentos sempre foram uma grande experiência e um aprendizado pra mim, com certeza, no resgate da minha autoestima, na minha valorização enquanto mulher negra e enquanto trabalhadora doméstica, porque eu comecei a trabalhar muito cedo e eu não tinha nenhuma consciência de raça, de gênero, nenhuma consciência política. Era ainda uma criança e adolescente já no trabalho doméstico. Então, quando eu comecei a militar, eu já estava perto dos 30 anos de idade. Hoje, eu estou aposentada, mas a minha militância sempre foi junto do movimento de mulheres.

Foi através dessa militância no movimento de mulheres que eu conheci o *CFEMEA*, na década de 1980, ainda na questão da luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas. O *CFEMEA* vai fazer 30 anos, e eu tenho em torno de 35 anos de militância. Eu sei que, para

a gente chegar a 30 anos, existe todo um processo anterior pra poder criar uma organização.

Sei que o *CFEMEA* sempre foi parceiro do movimento das trabalhadoras domésticas. Foi na Constituição de 88, que conquistamos os direitos das trabalhadoras domésticas (já tínhamos o direito de organização desde 1972, porém, de 1972 até 1988, não conseguimos nenhuma lei). Com a Constituição conquistamos alguns direitos, como salário e 13º salário, e nisso algumas companheiras que vieram a fazer parte da construção do *CFEMEA* logo após a CF de 88, tiveram uma participação muito presente na nossa luta constitucional. Atuaram a todo momento nessa assessoria parlamentar nos orientando e nos acompanhando lá dentro do Congresso Nacional, nos indicando quem eram os verdadeiros parlamentares de quem podíamos ir nos aproximando, conversando, fazendo essa advocacy, esse diálogo.

O *CFEMEA* sempre teve esse papel. Tanto que, quando falávamos de vir pra Brasília, já lembrávamos do centro: “vamos fazer contato

com o *CFEMEA*”. Desse modo, ele tem um papel importante na luta das trabalhadoras domésticas.

Milena: Você se lembra de algum episódio, alguma história que tenha marcado sua militância, alguma ação que você fez junto com a gente, particularmente das ações em parceria?

Lembro de vários atos no qual o *CFEMEA* estava junto conosco, como a questão da previdência, do Fórum Itinerante da Previdência Social. Nós fazíamos parte e o centro era o “puxador” desse fórum Itinerante. Vínhamos pra Brasília e ficávamos ali, entrando pra conversar, fazendo mobilização na frente do Congresso. Nesse momento já tínhamos outras companheiras, como a Natalia Mori, que estava junto conosco. Esse fórum Itinerante tinha vários movimentos de mulheres, do campo e da cidade, as que-

bradeiras de coco, as trabalhadoras rurais, as donas de casa, e nós, trabalhadoras domésticas.

Uma coisa que me marcou também foi uma matéria que o *CFEMEA* fez em seu boletim, o *Fêmea*, falando sobre a nossa organização, que temos nos nossos arquivos¹. A gente recebia esse material e saiu um boletim especial falando da nossa categoria das lutas. Estava eu e várias colegas, a Valdelice, do Maranhão, a companheira Cleuza, da Bahia, que é do sindicato também da Bahia, algumas companheiras de Ser-

1 Edição especial do jornal *Fêmea* disponível em: bit.ly/JORFEMEA1

gipe também, como a Sueli, que não está mais entre nós, mas que está nesse boletim do *CFEMEA*, que ficou bem legal. A gente distribuiu, levou uma quantidade e colocou no nosso arquivo de uma forma muito especial.

Milena: Quando foi isso?

Não me lembro a data, mas foi depois dos anos 1990, a partir de 2000. Tivemos vários momentos e encontros feministas junto com o *CFEMEA*, que também estava fazendo parte de mesa de debates, por exemplo. Nos governos Lula e Dilma, ocorreram as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, e o *CFEMEA* estava sempre presente, tanto participando da organização como também dos debates e da conferência.

Então, esses são momentos importantes, e o centro tem um legado muito grande na luta das mulheres pelo bem viver, que é a questão dos direitos. Vocês sabem que, dentro do parlamento, é complicado. É um ambiente hostil, muito ruim, muito falso, e nós temos que estar lá nesse ambiente que, às vezes, nos incomoda e nos deixa revoltadas, mas, com certeza, é o local do qual a gente não pode se afastar e deixar. Caso contrário, eles fazem só o que eles querem, pois, mesmo a gente acompanhando, estando presente, cobrando, já é como é, com tanta dificuldade. Muitas vezes, eles nos “passam a perna passando o rolo compressor”, imagina então se ficassem à vontade.

Milena: Nesse tempo todo de luta, encontros e parceria, o que você acha que foi a principal conquista que vocês, trabalhadoras domésticas, conseguiram ao longo desses anos?

Com certeza nós tivemos várias conquistas. Para mim, conseguir estar se organizando já é uma conquista, ter sindicatos da categoria, apesar de toda a dificuldade de mantê-los. Inclusive, alguns estão fechando as portas por conta de questão financeira e política. Mas ter um sindicato, uma federação nacional, uma federação internacional e uma federação latino-americana e caribenha de trabalhadoras domésticas pra mim é uma conquista importante.

A gente se reúne e se organiza a nível nacional e internacional. Participamos também de conferências, como a 100ª Conferência Internacional do Trabalho, que aconteceu em 2011, em Genebra/Suíça, pela qual conseguimos a Convenção 189 sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. Nós estávamos lá presentes.

Participamos também de várias conferências sobre o trabalho doméstico infanto-

-juvenil, e esse evento teve um resultado, que foi a proibição do trabalho infantil doméstico até os 18 anos. À nível nacional, tivemos a conquista da PEC que virou a Lei nº 150, porém, não está sendo fácil.

Hoje, no Brasil, nós temos aproximadamente 15 milhões de desempregados e desempregadas. Com certeza, desses 15 milhões, a grande maioria é mulheres. Nós, domésticas, também estamos no meio desses 15 milhões de desempregadas desse país. No processo da reforma trabalhista, nós tivemos muitos retrocessos, principalmente no movimento de mulheres. Nós, mulheres trabalhadoras, tivemos um retrocesso terrível. Estamos vivendo agora a questão da reforma da previdência, que é outro retrocesso para nós, mulheres que somos chefes de família, somos mães solteiras e somos arrimo de família. Então, estamos vendo isso, apesar de toda a nossa luta.

Um ato recente foi o Tribunal das Mulheres sobre a Reforma da Previdência, aquele julgamento simbólico da reforma da previdência a partir do depoimento das mulheres, dos movimentos das mulheres, e, depois, o julgamento culminou na condenação da proposta da Reforma e dos parlamentares que votassem em seu favor. Foi muito importante também a audiência que fizemos depois na Câmara dos Deputados, na Comissão Especial de Seguridade da Mulher. Também foi um ato importante no qual estávamos juntas novamente. Eu creio que essa parceria, enquanto durar nossas entidades, também vai continuar.

Eu sei que nunca foi fácil para as mulheres se organizarem. Hoje, está pior ainda, pois nós estamos em um processo de ditadura, de pessoas homofóbicas, racistas e intolerantes governando o país. Então, estamos vivendo um momento muito difícil para nos organizarmos. Se vestimos uma camisa de Marielle Franco, ou do partido de esquerda ou do movimento negro e “os caras” ficam nos olhando, querendo nos intimidar. A gente não pode se deixar intimidar, nossa luta tem que continuar. A gente não pode soltar as mãos umas das outras, temos que continuar nessa batalha.

Milena: Era justamente o que eu gostaria de perguntar: o que você identifica como desafio agora, neste momento histórico, no qual estamos diante de um governo autoritário, racista, misógino, que odeia as mulheres? Na audiência pública na subcomissão Especial de Seguridade da mulher, da Câmara dos Deputados, lemos a sentença do Tribunal das Mulheres sobre a Reforma da Previdência, no dia 3 de julho de 2019, e muitas repetiram que este governo é contra nós. Isso é um desafio colocado, tanto no âmbito institucional quanto na sociedade. O que você disse, que nos sentimos inseguras quando saímos na rua vestidas com as nossas pautas, nossas bandeiras, também está na sociedade, não é só no governo, o que dificulta ainda mais.

Em relação ao governo, pra nós não é surpresa. Enquanto candidato, o atual presidente falou o tempo todo em campanha que mulher tem que ganhar menos, tem que estar em casa cuidando de filho, que negro pesava em arroba, que ele não ia deliberar nenhum centímetro de terra pra trabalhadores rurais e para indígenas. Ele falou, inclusive, da minha categoria, que ele não votou, em nenhum momento, nos direitos das empregadas domésticas, que achava aquilo um absurdo. Então, ninguém estava enganado. Infelizmente, a população que não têm consciência política, de gênero e de classe, infelizmente, ainda é grande no país.

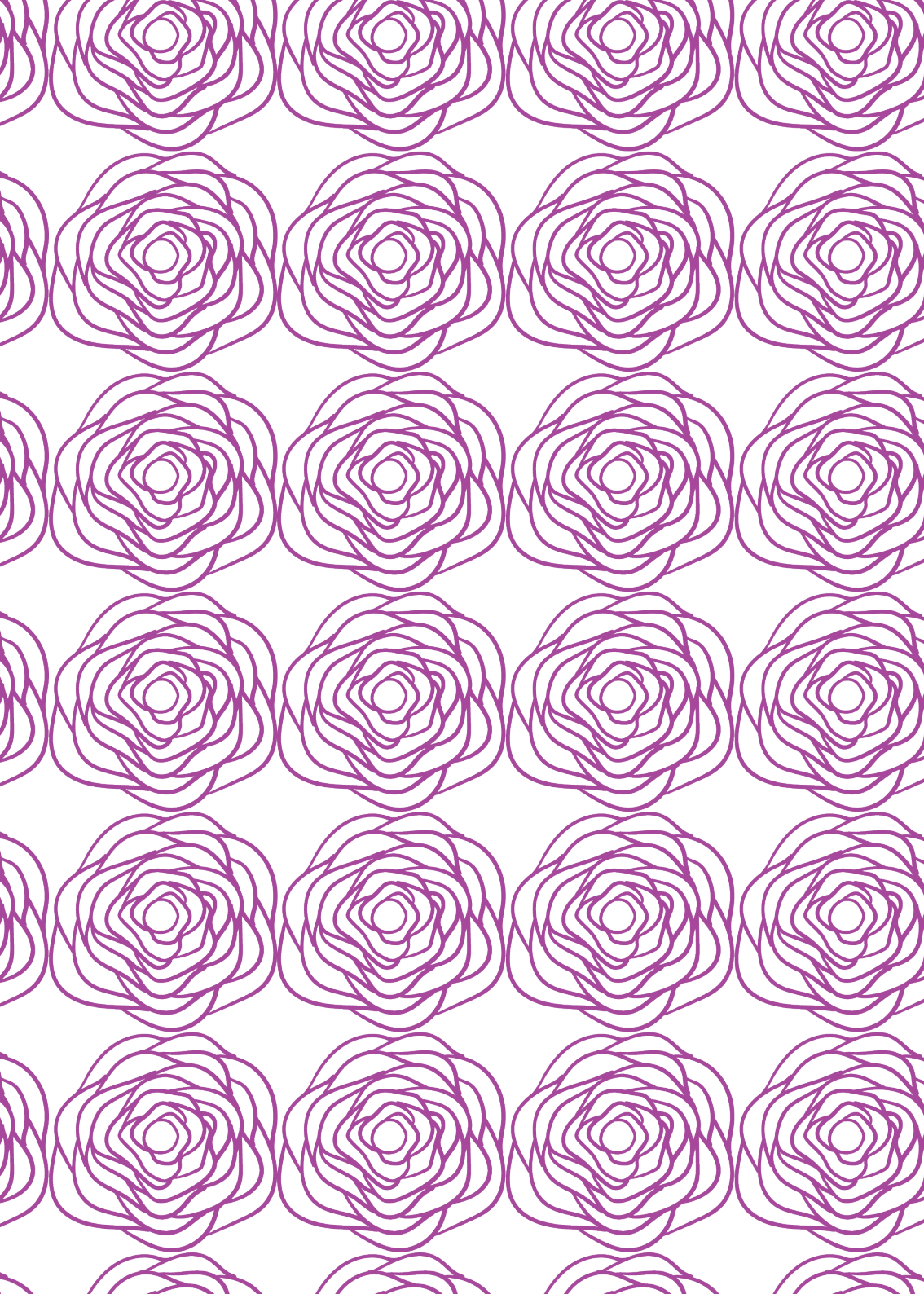
A outra coisa que eu acho é que as pessoas também escolhem um lado. Eu sei que existe a desinformação, mas existe também a escolha, e, muitas vezes, as pessoas pensam daquela forma também e vão pelo mesmo caminho. Temos desafios que nossa vida

sempre foi enfrentando. Eu acho que as mulheres, quando estavam lutando pela questão do direito ao voto, do direito ao trabalho, de sair para trabalhar, de sair do âmbito privado e ir para o público não enfrentaram uma luta fácil. Então, a gente só está dando continuidade ao que muitas mulheres começaram há mais de 200 anos. Vamos continuar enfrentando essas barreiras nessa luta, que é tão desigual, mas da qual não podemos nos afastar nem por um minuto.

Eu estou falando em nome da categoria, não só da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD). A FENATRAD agrega os sindicatos que são filiados à nossa entidade, mas o CFEMEA também tem uma história com os outros sindicatos de outros estados, como essa parceria de fazer encontros e enviar convites e materiais. Desse modo, é importante essa parceria.

É necessário dizer que é uma luta, que não podemos desistir em nenhum momento. Temos que continuar lutando contra a violência contra a mulher. As mulheres estão sendo mortas pela violência, de várias formas, a violência do macho contra a mulher é muito pesada, muito triste. Cada vez que ligamos a televisão, houve um assassinato, e ficamos sabendo de mais um, dois ou três assassinatos de mulheres, que nos deixam estagnadas e revoltadas.





QUESTÕES E RELAÇÕES FEMINISTAS EM TORNO DA DEMOCRACIA, DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DO COTIDIANO

Maria Betânia Ávila¹

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

O fio condutor da história na qual a minha relação com o CFEMEA se insere é o movimento feminista na etapa de luta pela democratização do país, que teve início na primeira metade dos anos 1980, e que foi duramente golpeada, no ano de 2016, com o golpe político contra a Presidenta Dilma Rousseff, o qual continua a se desbordar e se propagar como tragédia, tendo o uso da farsa como um de seus instrumentos.

Seguimos juntas, nós e muitas outras e muitas tantas outras, resistindo na luta pela reconstrução do que nos foi tirado e na construção de novos caminhos, novas conquistas, seguindo no fortalecimento do movimento feminista que nos leva como força coletiva ao caminho da luta pela transformação social e, de forma mais urgente e como etapa imprescindível, da luta para o restabelecimento de garantias democráticas para nossas vidas, para nosso direito de organização e expressão e para seguir... Porque, como clama Anzaldua, se dirigindo às mulheres, “não vamos deixar o perigo da jornada e a vastidão do território nos amedrontar, vamos olhar para frente e abrir novos caminhos” (Anzaldua, , 1983, p. v).

¹ Doutora em Sociologia, pesquisadora e uma das fundadoras do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Ativista da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Articulação Feminista Marcosul (AFM).

Se hoje a data comemorada é 30 anos, o ano que marca o nascimento desta organização feminista é 1989. A questão é que os passos e as relações políticas e pessoais que levaram à fundação dela vêm de anteriormente, pois, antes desta organização, algumas de nós já estávamos juntas pelos elos trançados pelo feminismo. Tomando esse ponto como marco e pensando a partir dele, a minha relação com o *CFEMEA*, Centro Feminista de Estudos e Assessoria, envolve relações institucionais e do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, organização da qual faço parte e fui uma das fundadoras, em 1981. É a relação institucional entre o SOS Corpo, como chamamos habitualmente, e o *CFEMEA* que estabelece o sentido dessa relação política da qual sou parte e sujeita. É bem verdade que, neste percurso, também foram estabelecidas relações afetivas entre nós, as mulheres das duas organizações, e entre as que estão desde o início e permanecem, aquelas que saíram e as que foram chegando e recompondo os dois coletivos.

Inspirada em Françoise Collin (2005), quero dizer que a chegada de recém-chegadas exige que os espaços e as instituições se reestruturem para que possam acolhê-las na inteireza da sua chegada e da sua contribuição, porque, como diz ela, não podemos fazer a história e construir a democracia como um processo de pura adesão e de simples integração. As companheiras que, por razões diversas, deixam organizações feministas não são, meramente, substituídas pelas que chegam, pois isso seria não reconhecer a contribuição própria de cada sujeita, das suas particularidades e das suas potencialidades, objetivas e subjetivas. Desse modo, caminham e se renovam as instituições, as relações institucionais e os entrelaçamentos das relações políticas e das relações pessoais entre nós, mulheres e companheiras.

A história da fundação e do trabalho das organizações feministas que se formam como instituições de trabalho profissional e de ação política ganha sentido quando analisada a partir do processo

mais geral de democratização da sociedade brasileira. Essas organizações feministas se inscrevem no próprio processo de estruturação e expansão do movimento feminista, o qual, em uma relação dialética, cresce com a democratização política ao mesmo tempo em que alarga os espaços políticos e reestrutura o sentido da democracia e da cidadania. E, nessa dialética, o movimento foi se conformando como um sujeito político fundamental, tanto das conquistas democráticas alcançadas nessa etapa histórica como das lutas de resistência contra a desestruturação de tais conquistas a qual ocorre no atual contexto do país, esse movimento contraditório que se faz no tempo.

Estivemos e seguimos juntas em muitos momentos de lutas, nas ruas, nos espaços de diálogo, conflito e negociação com governos e parlamentares, em práticas de reflexão, formação e diálogo, em assembleias e encontros do movimento feminista e também em práticas específicas das organizações SOS Corpo e CFEMEA. No Brasil e na América Latina, estivemos juntas na defesa de muitas causas e na organização do movimento feminista, com concordância e divergências nos embates políticos, com afetos e rugas nas relações pessoais, e, assim, seguimos juntas enfrentando os desafios que o feminismo nos coloca e os contextos sociais e políticos nos exigem.

Nessa caminhada conjunta, fomos formando e nos tornando parte de outros coletivos mais amplos que revelam a confluência de nossas perspectivas e compromissos políticos, ao mesmo tempo em que temos uma relação de autonomia de definirmos nossas práticas conjuntas, ou não, e nossas prioridades acordadas e/ou independentes, o que pode ser dito como uma relação entre sujeitos coletivos e formada nos compromissos políticos e afetivos e na liberdade de constituição de sua práxis e da própria singularidade de cada uma dessas organizações.

A construção e o processo de organização e ação política da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) são acontecimentos polí-

ticos históricos e constituem um devir que compreende a dimensão central no entrelaçamento das relações e estratégias políticas dessas organizações, e que, evidentemente, se expandem e se entrelaçam com muitos outros sujeitos individuais e coletivos que conformam a AMB como movimento feminista. E, mais uma vez, essas organizações, juntamente com muitas outras, formaram e formam a Articulação Feminista Marcosul, que entrelaça nosso pertencimento e nossa ação à ação do movimento feminista de América Latina e do Caribe.

Mas, diante de tantos laços políticos e de tantas causas pelas quais trabalhamos e lutamos e que nos constituem como organizações feministas, devo tratar aqui de uma em particular, a qual deve ser ressaltada neste texto. Uma causa que não é a única, mas que, com certeza, esteve sempre presente na ação conjunta dessas organizações, a qual continua sendo uma prioridade de luta, que é a questão do trabalho doméstico e, de maneira mais específica, a causa pelos direitos das trabalhadoras domésticas.

Essa luta traz não somente o acesso à cidadania para essa categoria de trabalhadoras, mas afirma, de maneira contundente, o valor do trabalho doméstico. Essas trabalhadoras, em sua luta por direitos, afirmam-se como parte da classe trabalhadora, o que redimensiona o significado do trabalho doméstico, dos sujeitos que o realizam como trabalho remunerado e dos espaços da organização política própria dos trabalhadores e das trabalhadoras. Isso me leva para a segunda parte deste texto, que são as questões diretamente ligadas à democracia na vida cotidiana e à divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico

Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e cotidiano

Como própria de um ponto de vista feminista, a democracia política sempre esteve dialeticamente relacionada à democratização

da vida cotidiana como dimensão fundamental da luta para a emancipação das mulheres, considerando a consubstancialidade das relações sociais de classe, raça e sexo/gênero. Nesse sentido, uma concepção feminista de democracia deve partir da proposição da superação das estruturas de dominação, exploração e apropriação, como uma referência radicalmente necessária para a transformação social que possa levar à conquista de relações de igualdade e ao exercício da autonomia e da liberdade das mulheres.

A forma de desenvolvimento capitalista produziu historicamente uma vida cotidiana em que o tempo social é que conta, ou seja, o tempo de trabalho que tem valor é aquele empregado na produção de mercadoria, gerador de mais-valia. A apropriação do tempo de trabalho é uma dimensão fundante e permanente da organização social capitalista. Nesse sistema, que é consubstancialmente patriarcal e racista, o trabalho produtivo é uma dimensão central e determinante na organização da vida cotidiana. A ideologia dominante construiu uma aparência da vida social, de modo que as necessidades humanas, concretas e diárias, não são levadas em consideração.

Devemos considerar que, no cotidiano, as relações sociais de classe, raça e sexo/gênero se materializam como relações de desigualdades, violências, hierarquias e possessões através das práticas sociais, sendo o trabalho produtivo e reprodutivo doméstico uma prática estruturante de tais relações sociais. No coração do cotidiano está o trabalho doméstico como um motor da sua pulsação, para dizer de forma metafórica, e como uma dimensão vital da reprodução humana, da força de trabalho e da reprodução social. Como uma atribuição social e historicamente constituída, cabe às mulheres a responsabilidade prioritária com o trabalho doméstico.

O trabalho doméstico como uma atribuição das mulheres é um elemento estruturante da divisão sexual do trabalho. Segundo Danièle Kergoat (2001, p. 89), essa divisão é definida em termos de uma

“designação prioritária dos homens à esfera produtiva e, das mulheres, à esfera reprodutiva, como também, e simultaneamente, da captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc.). Para a autora, tal divisão também está baseada nos princípios da hierarquia e da separação.

O trabalho doméstico é uma forma histórica particular que toma o trabalho reprodutivo na sociedade capitalista, sendo esta forma inseparável da sociedade salarial (KERGOAT, 2004). Essa construção histórica surgida e desenvolvida nos países centrais do capitalismo, desde a colonização, e foi imposta como uma forma de organização social do trabalho que hegemoniza a organização da vida cotidiana e exclui, e, em muitos casos, eliminou e ainda elimina outros modos de organização social do cotidiano e das formas de organizar a relação entre produção e reprodução, isto é, outros modos de “produção do viver”, como define Helena Hirata (2002).

O trabalho doméstico é constituído de trabalho gratuito e trabalho remunerado. O trabalho doméstico remunerado é uma relação de trabalho na qual as mulheres, responsáveis pelo trabalho doméstico gratuito em suas casas, repassam para outras mulheres, através de um pagamento, suas atribuições domésticas e, dessa forma, estabelece-se uma subdivisão, baseada em relações sociais de classe e raça, no interior da divisão sexual do trabalho.

Dentro das contradições dessas relações entre mulheres, a apropriação do tempo de trabalho se desvela como um elemento central. Como o trabalho doméstico é uma demanda sempre incessante, quanto mais o tempo de trabalho da empregada doméstica é expropriado, mais liberado do trabalho doméstico se torna o uso do tempo das patroas. Dessa forma, essa relação, nos espaços onde se realizam, pode amortizar as tensões da divisão sexual do trabalho, mas, necessariamente, se mantém como elemento da reprodução dessa divisão.

No Brasil, o emprego doméstico é historicamente indissociável da escravidão. Na busca da historicidade do emprego doméstico, vamos encontrar que essa relação foi tecida no fio da história de uma sociedade fortemente marcada pela desigualdade de raça, gênero e classe. Foi, no período colonial, um elemento da ostentação para marcar o poder de classe (GRAHAM, 1992) para exibir o poder do senhor patriarcal branco proprietário e da sua família, fato que ainda persiste como uma das marcas da tradição colonial em nosso país.

No contexto atual, as mulheres estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho sem que isso signifique uma alteração na sua relação com o trabalho doméstico não remunerado. Quando elas procuram os meios para exercer um trabalho remunerado, uma atividade política, ou outras atividades externas ao seu domicílio, e, às vezes, até mesmo dentro dele, elas buscam formas de liberação do trabalho doméstico não remunerado. Uma delas é construir, como parte do cotidiano, uma rede de relações quase exclusivamente entre mulheres para enfrentar as necessidades de presença e ausência entre as esferas do trabalho remunerado e não remunerado. As desigualdades de classe e raça entre mulheres são, historicamente, um determinante da sua inserção na relação entre trabalho doméstico e trabalho assalariado. O trabalho doméstico sempre foi de responsabilidade das mulheres, para as mulheres de todas as classes. Há, no entanto, uma desigualdade social histórica na forma de enfrentar essa relação, pois, para as mulheres trabalhadoras, no geral, as jornadas de trabalho são extensivas, intensivas e intermitentes entre trabalho remunerado e trabalho doméstico gratuito, o que causa uma exploração do tempo de trabalho muito mais aguda.

A contratação de uma trabalhadora doméstica é uma prática amplamente instalada e, evidentemente, está estabelecida com base nas relações de classe e de raça, pois, como afirma Rivane Arantes (2019, p. 29), “o trabalho doméstico continua sendo a principal porta

de entrada das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Essa é uma realidade particular para as mulheres negras e empobrecidas, que seguem como a maioria nessa categoria”. No contexto atual, as contradições engendradas pelo trabalho doméstico aumentam com a hegemonia das políticas neoliberais que desestruturam e/ou eliminam políticas sociais de apoio às necessidades e à reprodução da vida cotidiana.

Para Marx e Engels (1991 – [1932]), o trabalho é o lugar da construção de si, como sujeito, e dimensão fundante da ontologia do ser social. Isso nos leva à questão que desvela precisamente uma das construções centrais da dominação e da exploração das mulheres pelo sistema capitalista, racista e patriarcal: o trabalho doméstico como não trabalho. É, portanto, como um lugar do não-sujeito. Na formação social brasileira, esse não trabalho traz as marcas da servidão das mulheres como aptas e destinadas a servirem ao outro e aos outros, e traz também as marcas da escravidão à qual estiveram submetidas as mulheres negras no período colonial.

Até 1972, as pessoas que trabalhavam como empregadas domésticas no Brasil não tinham qualquer direito trabalhista. Segundo o Sindicato dos Empregados Domésticos da Área Metropolitana da Cidade do Recife:

Foi há mais ou menos trinta anos que começamos a descobrir a importância do nosso trabalho. Desde então, estamos nos organizando. Em 1972, tivemos uma primeira vitória. Depois de muitas discussões, estudos, abaixo-assinados, saiu a Lei nº 5.859, que garantiu três direitos importantes: o direito a ter carteira assinada, férias de vinte dias por ano e pagamento do IAPAS, o que (nos) garantiu aposentadoria e assistência médica (Sindicato dos Empregados Domésticos na Área Metropolitana da cidade do Recife, 1989, p. 8).

De acordo com as informações da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD, 2006), em 2006 foram comemorados os 70 anos de organização dessa categoria, cujo marco inicial é a fundação da primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas, por Laudelina de Campos Melo, em Santos, São Paulo, no ano de 1936.

Um avanço importante na cidadania dessa categoria se deu na Constituição de 1988, quando novos direitos foram conquistados a partir da organização dessas trabalhadoras:

Em 1987 começa a ser elaborada a nova Constituição, pelos senadores e deputados federais. Começamos então uma luta intensa para garantir uma legislação que reconhecesse nossa profissão e que nos igualasse aos outros trabalhadores. Fomos, neste período, uma das categorias profissionais mais presentes em Brasília, entregamos nas mãos do presidente daquela Assembleia, o deputado Ulysses Guimarães, um documento com nossas reivindicações. Elaboramos também uma “emenda popular” e conseguimos para ela dez mil assinaturas de apoio. Trabalhamos também em favor de outras emendas, como a da reforma agrária e a dos direitos das mulheres (Sindicato dos Empregados Domésticos na Área Metropolitana da cidade do Recife, 1989).

A partir da Constituição de 1988, além dos direitos adquiridos em 1972, as empregadas domésticas adquiriram os seguintes direitos trabalhistas: salário mínimo como piso salarial, décimo terceiro salário, folga semanal remunerada uma vez por semana (a lei recomenda o domingo, mas permite acordo), férias anuais de trinta dias, licença-gestante, aviso prévio proporcional e aposentadoria. Em 2015, no período de governo da Presidenta Dilma Rousseff, a categoria conquistou a ampliação e a integralidade dos seus direitos trabalhistas, os quais, por ainda não estarem totalmente instalados como garantia e mediação das relações de trabalho no cotidiano, tornam-se mais vulneráveis, como realidade concreta em suas vidas, a partir da Reforma

Trabalhista aprovada em 2018, sob os designios da ordem neoliberal e no período do governo ilegítimo de Michel Temer, que assumiu a Presidência da República por meio de um golpe parlamentar.

Na prática, a falta de valor do trabalho doméstico, que ainda persiste como dado da realidade social, se configura como um problema político para a legitimação de sua luta por direitos, o que leva também à emergência de muitas dificuldades para a organização política da categoria. Por isso, como foi dito antes, é parte da própria ação política a afirmação desses sujeitos como trabalhadoras e parte da classe trabalhadora. Nesse sentido, a afirmação das empregadas domésticas como trabalhadoras organizadas recoloca desafios políticos para o movimento feminista e interpela a própria produção sociológica no campo da análise sobre as relações de trabalho. Como afirma Rivane Arantes (2019):

Assim, como um campo de luta, o trabalho doméstico no Brasil evidencia tanto a resistência das que estão em posição de inferioridade política, econômica e cultural, mas especificamente as mulheres, majoritariamente negras e absolutamente empobrecidas, pela reivindicação de democratização e transformação desses espaços como localizações não naturais, quanto a avidez com que as elites do país insistem em manter seu status quo e resistem a desnaturalizar os poderes que as mantêm em condição de dominação sobre aquelas (ARANTES, 2019, p.36).

A concepção do trabalho doméstico como trabalho é uma obra do movimento feminista no plano político e no campo da produção do conhecimento, o que leva à própria reestruturação do conceito de trabalho como trabalho produtivo e reprodutivo. No Brasil, a afirmação das trabalhadoras domésticas como sujeito do trabalho, sujeito político e parte da classe trabalhadora é obra das empregadas domésticas organizadas. Essa conquista, nos seus vários planos mate-

rial, simbólico, social e político, traz uma ressignificação da causa do trabalho doméstico e do trabalho doméstico remunerado, em particular. Isso torna a causa das trabalhadoras domésticas, como o sujeito da luta por democracia e pelos direitos trabalhistas, uma causa feminista estratégica para a cidadania dessa categoria de trabalhadoras, para as mulheres no geral e para a democratização do cotidiano e da vida social. Lutar pela cidadania dessas trabalhadoras, com elas e como causa feminista, é entrar no âmago da vida concreta de todo dia e da vida social, lá onde se encontra a desigualdade, a exploração e apropriação das mulheres e entre as mulheres.

Seguimos juntas, *CFEMEA* e *SOS Corpo*, na defesa da causa das trabalhadoras domésticas, caminhando com elas através da ação da categoria organizada, como parte dos coletivos feministas aos quais estamos ligadas e das articulações entre feministas e movimentos feministas do país e da região. Temos defendido esta causa como uma causa latino-americana.



REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Foreword to the Second Edition. In: Moraga, Cherríe; Anzaldúa, Gloria. *This Bridge called my back. Writings by Radical Women of Color*. KITCHEN TABLE: Women of Color Press. New York, 1983.

ARANTES, Rivane F. de M.A. El trabajo doméstico em Brasil em el processo de desinstitucionalización de la frágil democracia brasileña despues de 2016. CELIBERTI, Lilian (Coord.) Edición AFM Cotidiano Mujer, Montevideo, pp. 31 – 56, 2019.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Editora Universitaria UFPE, 2009.

COLLIN, Françoise. *Parcours féministe*. Bruxelles: Éditions Labor, 2005.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência, criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

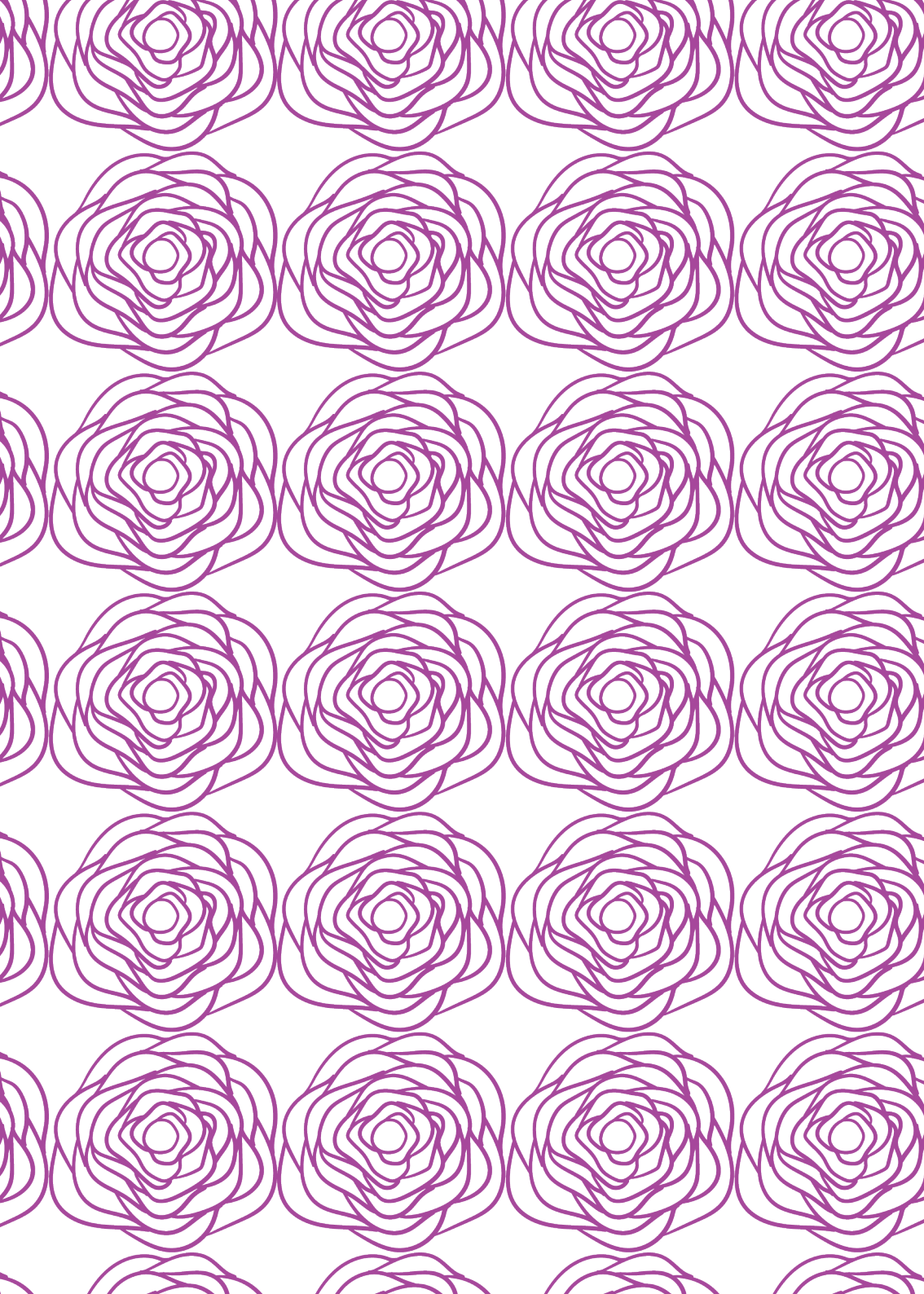
HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

KERGOAT, Danièle. Le rapport social de sexe de la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: Annie Bidet-Mordrel (Org.). *Les rapports sociaux de sexe*. Paris cedex 14, Presses Universitaires de France, Actuel Marx Confrontations, 2010, pp. 60-75. Disponível em: <https://www.cairn.info/les-rapports-sociaux-de-sexe--9782130584742-page-60.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

LEFEBVRE, Henri. La vida cotidiana en el mundo moderno. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

MARX, Karl e ENGELS, Frederich. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1991 [1932].





O CFEMEA E A LUTA INTERNACIONALISTA

Nina Madsen¹

Sócia do CFEMEA

Do começo

Eu não me lembro ao certo quando foi que o *CFEMEA* entrou em minha vida. Cada ponto que puxo na memória linear dos anos parece puxar um outro ponto. Assim vou recuando, até entrar no espaço das lembranças sem forma nem tempo – o que me leva a crer que minha história com o *CFEMEA* começou antes mesmo de começar.

O que, sim, posso marcar na minha linha do tempo com precisão é que *CFEMEA* e feminismo se definiram juntos em mim lá por 2005, quando comecei a trabalhar no então Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem)². O *CFEMEA* foi, desde então, sinônimo de feminismo, força e consistência, um coletivo de guerreiras muito sábias e muito, muito corajosas. Quando as mulheres

¹ Sócia do *CFEMEA* desde 2014, depois de atuar por três anos junto à equipe da organização como parte do colegiado de gestão. Atualmente, trabalha como oficial de programa em uma fundação privada nos Estados Unidos.

² O Unifem foi estabelecido em 1976, logo depois da primeira Conferência Mundial da Mulher, na Cidade do México, o fundo tinha como mandato apoiar governos e movimentos de mulheres para garantir e efetivar os direitos das mulheres. Junto com a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW) e o Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (OSAGI), o Unifem fazia parte da estrutura do sistema ONU para a promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero. Em 2013, depois de um longo processo de reformulação da “arquitetura de gênero” do sistema ONU, as quatro instâncias foram combinadas para a criação de uma única agência, a ONU Mulheres.

do *CFEMEA* apareciam, mesmo estando sozinhas, era possível sentir, quase ver, a presença de um “mundaréu” de mulheres igualmente sábias, fortes e corajosas que construíam esses caminhos e esse caminhar com elas. O *CFEMEA* nunca andou sozinho e acho que, aí, sempre morou sua fortaleza.

Naquele tempo, então, o *CFEMEA* era a menina dos olhos do programa de orçamentos sensíveis a gênero do Unifem – uma história de sucesso como poucas na região e no mundo. Era também a organização que fazia a linha de frente do enfrentamento no Congresso Nacional, monitorando e lutando por temas como participação política, aborto e violência contra as mulheres.

Lembro que, em 2005, o *CFEMEA* coordenava uma rede potente de movimentos, organizações, ativistas e especialistas que, junto com a então recente Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), tratava de elaborar o que veio a se tornar a Lei Maria da Penha, sancionada pelo Presidente Lula em 2006. Lembro da emoção dessa conquista e do impacto que ela teve no Cone Sul da América Latina, região que eu acompanhava mais de perto pelo Unifem. A lei brasileira rapidamente se tornou referência em toda a região, um exemplo da implementação bem-sucedida da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (a Convenção de Belém do Pará), adotada em 1994³.

Eram anos de luta intensa também pela legalização do aborto e eu me lembro, muito distintamente, de episódios dessa luta a partir dos diferentes lugares pelos quais passei ao longo desse meu caminho com o *CFEMEA*. O primeiro que me vem à ideia foi o momento da en-

3 A Convenção de Belém do Pará é um marco regional na luta pelo fim da violência contra as mulheres. Foi adotada em 1994 e, logo depois, assinada e ratificada pelo Brasil. Promulgada pelo Congresso Nacional em 1996, a Convenção ofereceu as bases para a formulação e a promulgação, dez anos mais tarde, da Lei Maria da Penha. Veja o texto completo da Convenção, disponível em: bit.ly/2OCEW1V

trega, pela SPM, de um projeto de lei pela descriminalização do aborto no Congresso Nacional. A articulação com movimentos, parlamentares, Ministério da Saúde e SPM foi intensa, assim como a resposta dos parlamentares fundamentalistas do Congresso. O projeto foi atacado com força e as oportunidades que o momento político parecia apresentar foram “colocadas em xeque”. Atacado em um momento de fragilidade, logo depois que as denúncias sobre o “mensalão” vieram à tona, o governo retrocedeu. O movimento, não.

As batalhas seguiram (e seguem!) e foram muitas – no Congresso, no Executivo, no Judiciário, nas Conferências de Políticas para as Mulheres. Se não conquistamos todas as vitórias, conseguimos avançar um pouco e, ao menos, não retroceder. Nossas derrotas, no que se refere ao direito ao aborto, eram amansadas pelas vitórias de nossas companheiras, nos países vizinhos, com as quais lutamos, boca com boca, a luta fundamental contra todos os tipos de fundamentalismos. A vitória uruguaia foi, assim, sentida e celebrada como nossa, da mesma forma que a onda verde argentina hoje esverdeia nosso feminismo também⁴.

Quando, em 2012, eu passei a integrar o colegiado de gestão do *CFEMEA*, percebi que esse trânsito feminista entre nossas fronteiras regionais se estabelecia a partir da atuação orgânica do centro dentro do movimento feminista e, especificamente, a partir da atuação do *CFEMEA* junto à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e à Articulação Feminista Marcosul (AFM). A luta internacionalista dentro do centro foi construída, portanto, como uma luta do movimento de mulheres (movimentista) e enraizada em um território (territorializada). E esses são, pra mim, elementos centrais para se entender o sentido, as

4 No Uruguai, o direito à interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana de gestação foi reconhecido em dezembro de 2012, depois de décadas de luta dos movimentos feministas e de mulheres no país. Na Argentina, mais de meio milhão de pessoas tomaram as ruas para, em 2018, pedir ao legislativo que aprovasse a legalização do aborto. Aprovado no Congresso, o projeto de lei foi rejeitado no Senado.

escolhas e os desafios que o campo internacional apresenta para uma organização como o *CFEMEA* e, ao mesmo tempo, para se entender também os limites da luta internacionalista e da atuação internacional para o feminismo do *CFEMEA*.

Como internacionalizar um feminismo movimentista e territorializado

O dilema entre a atuação em nível nacional e a atuação internacional representa uma tensão permanente para todas as organizações não governamentais que eu já conheci – feministas ou não. É um dilema de caráter político e estratégico bem como de caráter bastante pragmático.

Uma atuação territorializada – não importa a dimensão do território – depende de engajamento intenso com o lugar de pertencimento da luta, com os sujeitos reais que ali se encontram (seus corpos, experiências e interações) e com os sistemas e as estruturas de poder e dominação que organizam a existência desses sujeitos. Para a maioria das organizações que se engajam na luta territorializada, o engajamento intenso facilmente se torna engajamento total. Não sobram, então, recursos (de nenhum tipo) para muito mais.

Se a luta territorializada te puxa para dentro, a atuação internacionalista te puxa para fora e tende a exigir um certo movimento de desconexão com o território e uma relativa generalização da experiência, de modo que “a luta” possa ser identificada como tal em qualquer parte do mundo. A fragilidade desse processo é também a sua riqueza – a possibilidade de se estabelecer conexões entre experiências as mais diversas e de se compreender as estruturas mais profundas da exploração e da opressão.

A atuação internacional de uma organização como o *CFE-MEA*, identificada com um movimento territorializado, como é o caso da *AMB*, se estabelece, portanto, como um processo de tensões permanentes, de aproximações (em momentos-chave, como nos processos de organização para conferências internacionais relevantes) e de afastamentos (em momentos de intensa demanda de organização e resistência nos territórios).

Em um momento como o que se vive hoje no Brasil – de altíssima demanda de organização e resistência nos territórios, mas de escassas condições materiais de luta (com crise de financiamento internacional e nacional, ameaças de perseguição à sociedade civil organizada e instituições públicas e estruturas de poder cada dia mais hostis, violentas e destrutivas) – a tensão entre as demandas do território e as demandas internacionais se intensifica e torna-se ainda mais contraditória.

Podem a solidariedade e a pressão internacionais contribuir para a construção de saídas para o buraco sem fundo no qual parecemos ter caído? Será esse o momento de uma nova grande articulação internacional como estratégia para fortalecer a luta nos territórios? Que prioridades essa luta deve assumir e como fazê-la avançar sem sombrear – mas, sim, fortalecer – as lutas nos territórios?

Desafios da luta internacionalista em tempos de nacionalismos autoritários

As respostas a essas perguntas passam pela compreensão de que a atuação internacional tem também uma finalidade muito pragmática de captar recursos e garantir sustentabilidade para as organizações e os movimentos. Os desafios não são menores. Atuar no campo internacional – seja para fazer a luta como para bancar a luta – é ter

que operar, via de regra, em outra língua e a partir de outros “marcos lógicos”. Significa traduzir prioridades, adaptar prioridades, negociar prioridades. Significa, sobretudo, falar a língua dos financiadores sem perder a fluência na sua própria língua – e adquirir uma nova língua, assim como preservar a sua própria, exige manter-se em diálogo e manter-se presente nos territórios onde as línguas se fazem vivas.

O *CFEMEA* enfrenta, desde que me lembro, esse dilema. Como conciliar o pragmático e o político na atuação internacional? E como mover-se mantendo as raízes bem pegadas ao solo?

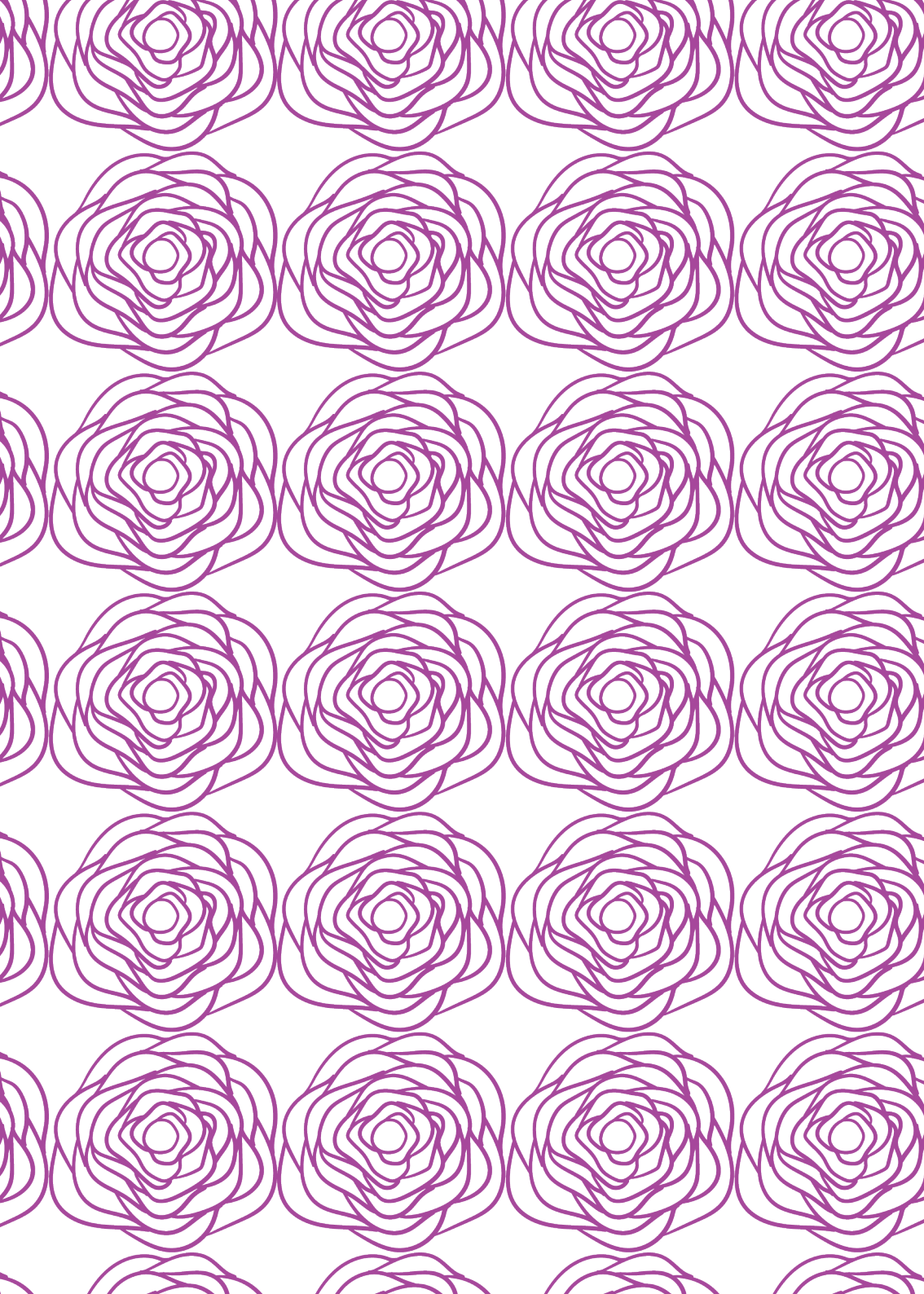
Não acho que a pergunta tenha uma resposta fechada. Na maior parte das vezes, a resposta é dada pelo contexto e pelas condições materiais da luta. Com alguma sorte e um “quinhão” de sabedoria ancestral, a gente constrói o caminho consciente da caminhada. Conscientes de que nós só continuamos nos passos de outras que já muito caminharam, olhando para os lados e chamando outras tantas a caminharem junto também.

Daqui de onde me encontro, penso que fazer a luta internacionalista do feminismo hoje exige o entendimento e o fortalecimento das redes de solidariedade e de afeto nas comunidades e nos territórios. Só assim seremos capazes de enfrentar a onda de nacionalismos conservadores e autoritários pelo mundo afora, não apenas na América Latina. O racismo e a xenofobia, o ataque aos direitos das mulheres e da comunidade LGBTI, especialmente aos direitos sexuais e reprodutivos, e a negação dos efeitos das mudanças climáticas são constantes entre eles. E, ao mesmo tempo em que se articulam internacionalmente, manifestam-se à maneira de cada território, de cada contexto.

A narrativa em torno de uma “ideologia de gênero” como ameaça, por exemplo, colocou em cheque o processo de paz na Colômbia, levou pais e mães a se organizarem contra a educação sexual nas escolas no Peru, tem produzido retrocessos na luta contra a violência de gênero na Europa e uma verdadeira caça às bruxas a professor@ nas escolas brasileiras.

Em que pese a intensidade das demandas que esses governos têm criado em nível nacional e a constante escassez de financiamento para as organizações e os movimentos que fazem essa luta, este pode ser um momento-chave para a formação de uma frente internacional que dê conta de tal enfrentamento. É um momento para voltar a ocupar velhas trincheiras e construir algumas novas.





HACIENDO MEMORIA... PARA FESTEJAR LA PERMANENCIA

Lilian Celiberti

Cotidiano Mujer- Articulación Feminista Marcosur, Uruguay

La memoria es una construcción colectiva, una práctica social que contribuye a producir lo que llamamos pasado, es decir, los caminos, sueños y búsquedas que animaron la acción y el pensamiento de nuestros colectivos. Los 30 años que conmemora CFEMEA son parte de la historia colectiva de una forma de acción política feminista, que está hecha de esos debates, opciones, y estrategias que nos orientaron y también de todas las risas, los vinos y las complicidades que forjamos. Recuperar los hilos que tejieron este entramado de subjetividades disidentes, críticas y activas, es también recorrer los derroteros personales y afectivos que nos movilizaron, ocuparon nuestro tiempo y nuestras energías. Me gustaría tener la capacidad de transmitir todas las cosas que aprendimos y compartimos durante tantos años, las conversaciones, el afecto y la amistad que le dan sentido a las cosas que importan, pero como a mi pluma le faltan esas habilidades, solo traigo algunos de los momentos compartidos.

Conocí el CFEMEA a través de Guacira, junto a otras entrañables amigas de Brasil en 1994 cuando se constituyó la Coordinación Regional feminista hacia la IV Conferencia de la Mujer en Beijing (China).

A pesar de la cercanía geográfica nos conocíamos poco, no habían pasado tantos años de la recuperación democrática y nuestros movimientos feministas buscaban abrir el espacio para cuestionar el

orden patriarcal. Teníamos desde Uruguay la mayor admiración del movimiento feminista de Brasil, no solo por lo que había sido su presencia en la campaña por la Constituyente sino también por la organización del *Planeta Fêmea*¹ en la Eco 92 y aun antes, con la organización del IV Encuentro Feminista de Latinoamérica y del Caribe en Bertioga (EFLAC, São Paulo, Brasil), cuando en Uruguay teníamos entonces solo dos organizaciones definidas como tales.

Vivíamos en la región del sur un proceso complejo de transición democrática, con la persistencia de enclaves autoritarios y represivos, y una política generalizada de impunidad frente a las violaciones y atropellos de las dictaduras militares, la tortura y las desapariciones. Estaba en el centro de los debates para los nuevos movimientos feministas de la región, la relación del movimiento con los Estados y las estrategias para incidir en los procesos de democratización.

En 1993 algunas organizaciones convocaron a apoyar la designación de Virginia Vargas, feminista peruana, como representante de la sociedad civil en el proceso de preparación de la IV Conferencia oponiéndose a una designación realizada por la estructura de ONU. La realización de la Eco 92 en Río de Janeiro, la experiencia feminista en el *Planeta Fêmea* y la participación feminista (en un menor número de mujeres) en la Conferencia de Derechos Humanos en Viena (Austria) en el mismo año fueron antecedentes importantes para la convocatoria a constituir una coordinación regional hacia Beijing que vimos como una oportunidad para ampliar al movimiento e incidir en la agenda pública de derechos.

1 Eco 92 fue una de las Cumbres de la Tierra - organizadas por la ONU - celebrada en Río de Janeiro del 3 al 14 de junio de 1992. Se calcula que participaron además de los Gobiernos, 400 representantes de organizaciones no gubernamentales (ONG) y que más de 17 000 personas asistieron al Foro de ONG celebrando paralelamente a la Cumbre. En el marco del Foro de ONG, organizaciones feministas y de mujeres organizaron una Carpa denominada "Planeta FEMEA".

Desde todos los países de la región se sumaron grupos feministas y se crearon nuevos espacios de confluencia e intercambio entre las redes temáticas, sectoriales e identitarias. Las coordinaciones nacionales y subregionales posibilitaron el desarrollo de un proceso organizativo y político que debatió por primera vez una agenda de América Latina y el Caribe. Esta capacidad de organización, de propuesta y de incidencia antes, durante y después de la Conferencia de Beijing, generó sin embargo una de las mayores divisiones en el movimiento feminista latinoamericano que hasta el momento había tenido una “aparente” unidad.

El Encuentro Feminista realizado en El Salvador en 1993 es la antesala de ese debate. Las posiciones se dividen. Por un lado están quienes piensan que es importante impulsar acciones y demandas al mundo institucional, y, por otro, quienes entienden que hay que mantenerse al margen, desarrollando una crítica radical antisistémica. Una corriente piensa que hay que actuar “desde fuera del sistema, ya que no queremos ser cómplices de ese sistema que además nos roba el discurso”, mientras que la otra corriente insiste en “la necesidad de tener un sentido de la oportunidad y aprovechar el momento para ampliar las demandas feministas sin perder el sentido como movimiento teniendo en cuenta la diversidad de contextos de América Latina”².

Las diferentes corrientes del feminismo que en 1993 ya habían fundamentado sus diferencias no logran convivir en un espacio común. Un clima agresivo, con acusaciones de traición y usurpación de la «representatividad» del movimiento por parte de las autoproclamadas autónomas pautó una de las peores experiencias políticas que vivimos en el Encuentro Feminista de Latinoamérica y el Caribe (EFLAC) de 1996.

2 Transcripción del debate recogido en el vídeo del VI Encuentro Feminista de El Salvador. Disponible en bit.ly/2XN4NZi.

En todos los movimientos sociales y en diferentes contextos históricos, el dilema acerca de cómo hacer política ha estado planteado con más o menos dramatismo. Tener una agenda e intentar incidir desde ella supone colocarse en el campo de la disputa. Una parte muy significativa de los movimientos feministas y de mujeres optaron en ese momento por construir esa agenda. Las demandas sociales son claves para la conformación de los movimientos como actores políticos que disputan el orden social.

La Conferencia de Mar del Plata (Argentina) en 1994 colocaba por primera vez masivamente a los movimientos de mujeres en esa disputa a nivel de la región. Después de la Conferencia, la dinámica principal de trabajo de las organizaciones de mujeres y feministas que acompañaron esa agenda se trasladó a los escenarios nacionales como espacios de verificación de los posibles avances y logros legislativos, institucionales y políticos, sin abandonar los espacios de intercambio regionales, a través de seminarios, publicaciones, encuentros y formación de nuevas redes.

Las políticas macroeconómicas neoliberales, los acuerdos comerciales, las políticas de ajuste pasan a ser ejes de los debates, seminarios y la creación de nuevas articulaciones feministas. En ese contexto, la lucha por los derechos de las mujeres requiere una visión estratégica de futuro, en la cual la autonomía de las agendas feministas no estaría definida solamente por la defensa del discurso y el espacio propio, sino también por la articulación de esa agenda con las dinámicas democráticas de las sociedades, por la construcción de organizaciones que contemplen espacios contestatarios y alternativos de pensamiento y acción, capaces de procesar no solo lo posible sino lo deseable. Esta vinculación de la lucha feminista con las luchas democráticas nunca dejó de ser importante; sin embargo, adquiere un nuevo giro en cuanto a dedicación de esfuerzos organizativos y producción de conocimientos (Celiberti, 2003).

En este contexto, ¿qué lugar deben ocupar los esfuerzos por institucionalizar las políticas de equidad en contextos de agudización de las exclusiones y desigualdades sociales? Los logros, aun siendo importantes, parecían magros frente a los desafíos de incorporar al debate público la equidad de género como eje de la construcción democrática.

El FSM y otros mundos posibles

En un encuentro realizado en Montevideo para analizar el balance de la Plataforma de Acción de Beijing y las dinámicas regionales en el año 2000, hicimos revisiones críticas y decidimos cambiar el rumbo y es así que un conjunto de organizaciones y redes feministas se dispusieron a crear una corriente de pensamiento feminista que llamamos Articulación Feminista Marcosur (AFM). Sentíamos la necesidad de articularnos en un espacio de reflexión y acción política que desde el pensamiento feminista pudiera analizar con libertad, creatividad y audacia los desafíos teóricos y políticos para la construcción de sociedades alternativas, antirracistas y antipatriarcales.

En ese encuentro Guacira César, del CFEMEA, propone dirigir nuestros esfuerzos a una convocatoria que estaba circulando en Brasil y de la que sabíamos muy poco, pero resultaba una idea potencialmente importante para realizar en Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil) en el 2001 un Foro Social Mundial (FSM).

Nos involucramos de lleno en el Foro Social Mundial, lo privilegamos como espacio político porque como dice Lucy Garrido:

queremos que la agenda feminista (la subversión simbólica cultural, los derechos sexuales, la equidad...) forme realmente parte de la agenda por la justicia económica y la profundización de la democracia. Para lograrlo debemos dar la batalla al interior

mismo del Foro disputando contenidos y siendo subversivas también en él; y por último, porque el Foro es amplificador de nuestros propios discursos como lo probamos con la campaña “Tu boca, fundamental contra los fundamentalismos” (Garrido, 2003).

Siendo el Foro Social Mundial el ámbito por excelencia donde plantear las inevitables transformaciones sociales, los cambios culturales, la subversión cultural necesaria para la “democratización de la democracia”, esta mirada feminista plantea la necesidad de hacer visible – no solo la dominación impuesta por el sistema capitalista y neoliberal – sino también la dominación del sistema patriarcal y racista sobre el cuerpo, la sexualidad, la libertad de las mujeres.

Esta diversidad demostrará, desde el primer momento, que sus alcances no eran fáciles de sintetizar y aún más importante: que cualquier pretensión de hacerlo conlleva el riesgo de empobrecimiento y frena su propio desarrollo.

Para avanzar en la idea de proceso de confluencia, el Comité Organizador del Foro propone la creación de un Comité Internacional que “mundialice el foro” y las bases para una Carta de principios que establezca pautas y fronteras del espacio a construir. Tuvimos con Guacira la responsabilidad y el privilegio de participar a nombre de nuestra novísima articulación AFM en este primer Comité Internacional del FSM.

La “Carta de Principios” definida en el Comité Internacional del FSM define el marco de pluralidad, diversidad y reconocimiento como eje para multiplicar y ampliar el espacio del FSM. Al considerar que el FSM no es solo un evento sino principalmente un proceso cuyo logro fundamental es, justamente, ser percibido como proceso colectivo de redes, coaliciones, campañas, alianzas y movimientos, coloca en el campo social la esperanza de construir nuevas culturas políticas.

Sin carácter decisorio, sin mayorías o minorías, se comienza a consolidar un espacio diverso, plural, no gubernamental, no confe-

sional, descentralizado, movimientista y sin ninguna pretensión de representar todas las iniciativas impulsadas por una sociedad civil global en formación.

Nadie estará autorizado a expresar, en cualquiera de sus encuentros, posiciones que pretendan ser representativas de todos sus participantes. (...) El Foro por lo tanto, no se constituye en una instancia de poder, a ser disputado por los participantes de sus reuniones, ni pretende constituirse en única alternativa de articulación o acción de las entidades y movimientos que en él participan (Carta de Principios del FSM).

La declaración de principios establece también una frontera para la participación “no deben participar del Foro representaciones partidarias, ni organizaciones militares”. Estos principios constituyen un marco fundamental para el desarrollo del debate político. Sin embargo, en la misma medida en la que el Foro creció como espacio simbólico, la tentación de “capitalizar”- en el sentido más tradicional del término - un tan vasto movimiento se expresó principalmente en debates que adquirieron muchas veces una formulación organizativa, el lugar de los partidos políticos de izquierda, pronunciamientos políticos a nombre del FSM.

En cada uno de los debates se disputaban concepciones políticas acerca de los procesos de construcción de articulaciones, cómo representar y respetar la pluralidad de los movimientos, qué espacios abrir para desarrollar nuevas prácticas y nuevas formas de alianzas políticas. Cómo romper las categorías de las luchas colocando en el mismo plano las diferentes agendas y utopías.

La campaña “Contra los fundamentalismos, lo fundamental es la gente”, buscó “amplificar las voces que se oponen con firmeza a las prácticas, discursos y representaciones sociales discriminatorias, sometiendo a las personas a situaciones de opresión o vulnerabilidad”. Porque “creemos en la posibilidad de construir, en el campo simbólico

y en el campo político, una dimensión de seres humanos y de sujetos, sean mujeres u hombres, en el que esas prácticas se tornen imposibles” (Documento de la Campaña). Ampliando el contenido de los fundamentalismos a todas aquellas

...expresiones religiosas, económicas, científicas o culturales que pretenden negar a la humanidad en su diversidad, legitimando mecanismos violentos de sujeción de un grupo sobre otro, de una persona sobre otra. Esencialmente excluyentes y belicosos, los fundamentalismos minan la edificación de un proyecto de Humanidad donde todas las personas tengan derecho a tener derechos, sacrificando, en el colmo de la perversidad, la vida de las mujeres (Documento de la campaña)³ (Cotidiano Mujer, 2002).

Las agendas feministas convocan al desarrollo de nuevos paradigmas, combinando lo local, lo nacional y lo global, la interconexión de múltiples agendas y la oportunidad de colocar en debate una dimensión más profunda de la justicia que integre la justicia económica, social, cultural, y simbólica.

En los años en que el FSM tuvo mayor fuerza e impacto surgen en América Latina gobiernos de tinte progresista que parecen abrir un mayor espacio para el avance de la igualdad. Las voces y propuestas de sectores históricamente excluidos comenzaron a adquirir protagonismo político generando esperanzas en amplios sectores sociales. Estos cambios abrieron un proceso contradictorio de experimentación que buscaba crear relaciones entre estado, sociedad y mercado para desandar los lacerantes efectos de la década neoliberal en la región.

Por primera vez, tenemos una mujer al frente de la presidencia de Chile, un indígena en Bolivia, un obrero en Brasil, un negro en

3 Eso documento de la Campaña fue publicado en Cotidiano Mujer, 2002, y está digitalizado y disponible en la web bit.ly/2XFw8MM

Venezuela, electos o reelectos con más del 60% de los votos. Pese a estos cambios, la presencia de mujeres en el Parlamento Brasileño no supera el 9%, la presencia de afrodescendientes (aunque no haya datos oficiales) no llega al 5%, cuando representan el 43% de la población. Indígenas simplemente no hay. Los segmentos, históricamente desposeídos de derechos, no están en los ámbitos de decisión. No hay duda acerca de los límites de esas conquistas. La concentración de poder continúa correspondiendo a la concentración de la riqueza. El Estado tiene un compromiso enorme con el sistema capitalista. Los gobiernos que están al frente continúan, en términos sustantivos, manteniendo el orden neoliberal (Guacira C. de Oliveira. Cotidiano Mujer 2007).

Ideas locas

Compartimos muchas iniciativas y propuestas que generaron estrategias interesantes y algunos resultados concretos. Uno de ellos fue la creación del Fondo Regional de Apoyo a las Organizaciones de Mujeres y Redes Feministas, en el cual, para esta etapa inicial, Guacira y Lucy son integrantes. Para llegar a su concreción hubo muchos esfuerzos y pasaron algunos años. En el 2013, CFEMEA promovió un estudio acerca de las empresas públicas de la región y sus responsabilidades respecto a la igualdad.

El Fondo Regional es definido por Lucy Garrido como una condición ineludible para las políticas de igualdad:

La autonomía de las organizaciones feministas para definir su agenda política y llevarla a cabo en el espacio público, es condición sine qua non para promover y ubicar la igualdad de género y los derechos de las mujeres en el centro de la agenda post 2015 hacia un «desarrollo sostenible» que, de verdad, sea eficaz. Desde 2008 hasta el día de hoy, la respuesta de cada Diálogo Consonante a la pregunta sobre cómo apoyar la sostenibilidad de

las organizaciones y agendas del movimiento feminista, fue la de construir un fondo regional.

Al año siguiente, otro estudio hecho desde Uruguay le dio continuidad al primero para que “ayude a identificar posibles fuentes de financiación pública y de instituciones con las cuales generar alianzas estratégicas para la consecución del Fondo”.

Finalmente, en 2018, los gobiernos de la región aprobaron la creación del Fondo Regional cuya Junta Directiva estará integrada por gobiernos y organizaciones de sociedad civil (OSC) Feministas. Ahora habrá que poner en marcha un fondo que apoye a las organizaciones feministas y de mujeres que debe enfrentar el menoscabo de los derechos instalados en la región desde gobiernos de derecha, la ceguera progresista y las disputas acerca de las prioridades de políticas.

30 años para festejar

La práctica política feminista muestra que solo una mirada abierta y plural es capaz de hacer confluir las múltiples sensibilidades políticas y experiencias que surgen de la subversión de los modelos hegemónicos. Y este es uno de los mayores desafíos en un momento de pluralización de los feminismos y un nudo significativo para las subjetividades políticas. ¿Podrán generarse los diálogos y las escuchas que hagan posible inaugurar un nuevo tiempo político en medio de la diversidad de sensibilidades, cuerpos y opresiones? Existen en el feminismo corrientes antagónicas que se basan en expulsar de la “casa” a quienes piensan y actúan diferente, muchas veces de forma virulenta, poniendo en tela de juicio los postulados de una nueva sensibilidad política (Vargas - Celiberti 2017). Siento que el principal desafío que tenemos pasa por reestructurar el campo del deseo y también el del poder. Recupero en esto las palabras de Guacira César:

El desafío es el de transformar el mundo mientras nos transformamos a nosotras mismas, además de desarrollar estrategias políticas para el fortalecimiento del propio movimiento y también tener estrategias para estar al frente y junto a otros movimientos sociales. Porque esta articulación puede construir una arena política más vigorosa. Pero, para eso, es necesario luchar contra las jerarquías que se establecen entre las luchas, dentro de los espacios de los movimientos sociales. Uno de los desafíos del feminismo, por eso mismo, es fortalecer sus principios para que no se diluya. Es conservar su autonomía política y ser capaz de moverse en un contexto de crisis con el sentido y por los caminos que el análisis feminista conduce. Tengo la impresión que de estas confluencias, entre nosotras mismas y con los otros, pueden surgir las condiciones para una crítica mucho más consistente al sistema capitalista, al etnocentrismo, al racismo, al patriarcado, que posibilitará al feminismo, como movimiento, enfrentar, con la radicalidad que el movimiento político exige, las relaciones dominantes de poder y construir alternativas para que otros mundos mejores sean posibles (Guacira César de Oliveira, Cotidiano Mujer 2007).

Somos organizaciones nacidas en las luchas antidictatoriales del siglo XX, pero como las historias feministas son historias de subversiones que surgen de pequeñas y grandes rebeliones, en ese camino también nos transformamos a nivel individual y colectivo. La permanencia de nuestras organizaciones es parte de la memoria feminista.

REFERENCIAS

CELIBERTI, Lilian. El movimiento feminista y los nuevos espacios regionales y globales. En *Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales*. Buenos Aires: Libros del zorzal, 2003.

CELIBERTI, Lilian. *Notas para la Memoria Feminista*. Ediciones Cotidiano Mujer. Montevideo, 2018.

CELIBERTI, Lilian y VARGAS, Gina. Feministas en el Foro. *Estudios Feministas*, 2003 v. 11, n. 2, pp. 586 - 598, jan. 2003.

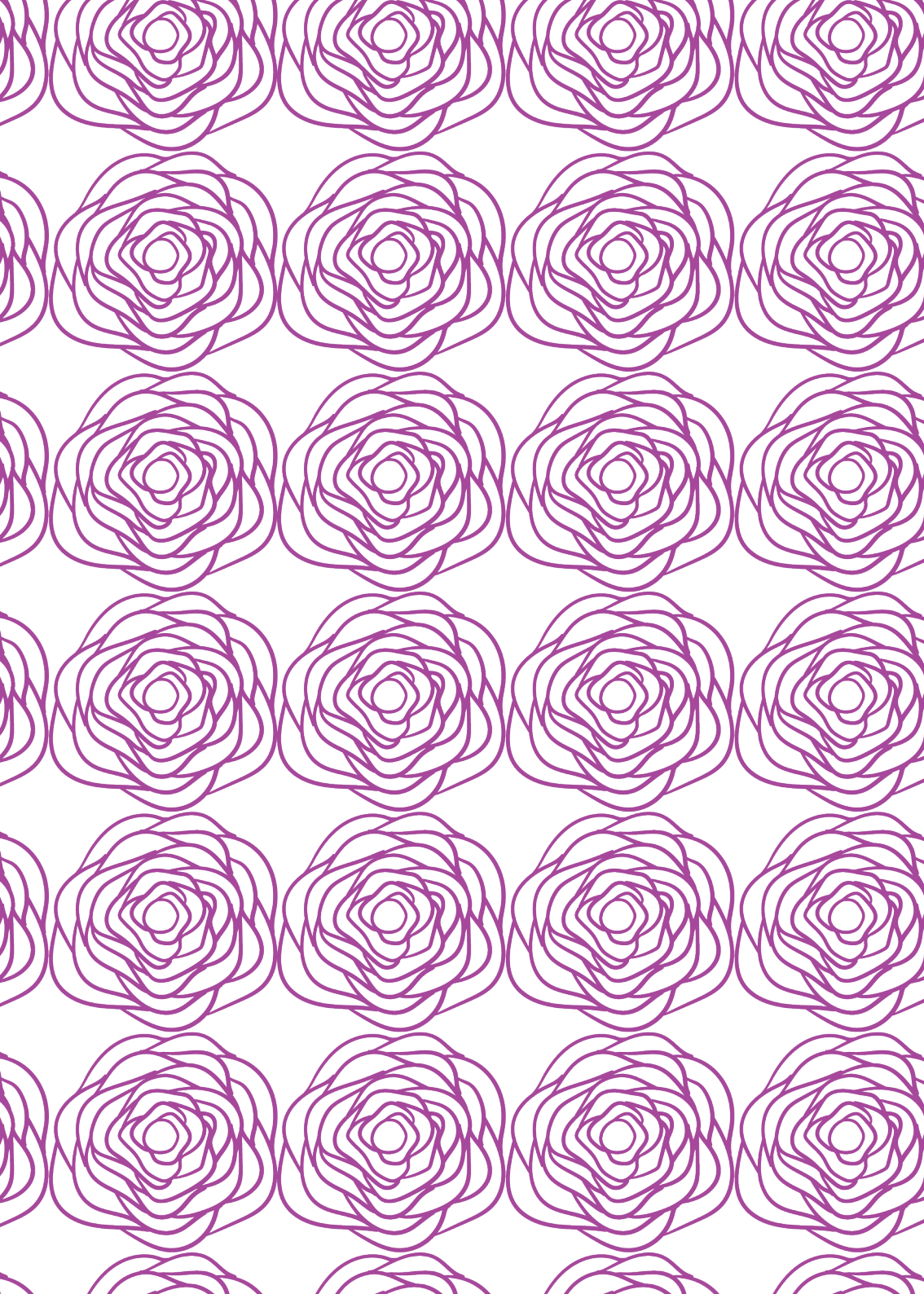
GARRIDO, Lucy. “Quien quiere género cuando puede tener sexo”. *Estudios Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003, pp. 599-607.

REVISTA COTIDIANO MUJER. (1985-2010). Disponible em: www.cotidianomujer.org.uy. Acceso el: 25 jun. 2019.

OLEA, Cecilia (comp.) *Encuentros, (des)encuentros y búsquedas: El movimiento feminista en América Latina*. Lima: Flora Tristán, 1998.

OLIVEIRA, Guacira e DORDEVIC, Jelena. *Cuidado entre activistas*. Brasília: CFEMEA, 2015.





EXISTIRMOS: A QUE SERÁ QUE SE DESTINA? – CFEMEA 30 ANOS

Nilza Iraci

Negra, feminista, comunicadora social, coordenadora executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra

Quando fui convidada para escrever sobre os 30 anos do CFEMEA, a primeira pergunta que me sugeriram foi: como e quando você conheceu o CFEMEA?

Fiz uma viagem através do tempo, aquela que chamamos de linha da vida, e descobri que eu sempre conheci o CFEMEA. Não estive no seu processo de criação, na sua fundação (eu acho), mas a memória afetiva diz que sempre estivemos juntas.

Naquele tempo, o instituto Geledés recém-fundado saudava com entusiasmo o nascimento de mais uma organização feminista, no planalto central do país, que nascia sob o signo da rebeldia e anunciava boas-novas para os movimentos de mulheres e feministas.

O CFEMEA protagonizou os mais importantes momentos da vida do movimento de mulheres deste país, e, para mim, são muitos os registros: de Beijing a Durban, passando por marchas, conferências e muitos momentos de trocas, noites sem dormir ou mal dormidas, lágrimas, ousadia, frustrações e desalentos, inquietudes e conquistas, apreensões, muitos risos, euforias e cumplicidades.

Pensar os 30 anos do CFEMEA é navegar pelas águas do movimento feminista, nas suas diferentes ondas, onde sua história se confunde com a vida de milhares de mulheres no Brasil e na região latino-americana, e escrever sobre eles é confundir a ação dos verbos em seus tempos passados e presentes.

O feminismo brasileiro bebeu nas águas do *CFEMEA* e se alimentou da sua produção de conhecimentos. Era a nossa biruta (indicador dos ventos). Provocava, instigava, informava, causava. Aprofundou o papel da sociedade civil na política e inspirou uma nova cultura de participação das mulheres nas agendas institucionais nacionais e internacionais, e significou, sobretudo, um momento de inflexão para o movimento de mulheres brasileiro.

Graças ao seu trabalho de advocacy junto ao Parlamento e à sua peregrinação naquele espaço branco e masculino, o *CFEMEA* alimentou o movimento com informações sobre o que acontecia nos subterrâneos do poder, traduzindo, com dados e análises, o que se passava com leis, projetos e MPs, para que pudéssemos agir ou reagir contra o que ameaçava os direitos das mulheres, e a sua estratégia pedagógica junto a vereadoras, prefeitas e governadoras foi fundamental para uma maior aproximação do movimento com as mulheres que estavam no poder.

Vale ressaltar que a atuação do *CFEMEA* se deu através de vários governos – de direita, de centro, democrático e popular, sem perder o foco no entendimento de que as questões das mulheres encontravam entraves em todos eles, e que, para além da luta por direitos, era necessário reafirmar nossas pautas, o que implicou, em muitos momentos, na necessidade de negociar com o adversário e, em outros, de se confrontar com parceiros, sobretudo quando a perspectiva de promoção da igualdade de gênero, raça/etnia não era entendida na arena política.

E aí veio o *Fêmea*, em uma época em que o fax (fac-símile) era ainda uma ficção e nada sabíamos sobre fake news ou redes sociais futuristas, mas já entendíamos que uma mídia alternativa produzida por feministas, como um espaço de construção de discursos contra hegemônicos e de identidades de resistência, era fundamental para a luta. O feminismo passou a ter, então, um veículo para chamar de seu.

Era editado mensalmente e distribuído gratuitamente através dos correios, com selos, etiquetas e toda parafernália necessária para aqueles tempos, para uma ampla mala direta que chegava nos locais mais distantes e inimagináveis, para as mulheres do campo e da cidade, para as ribeirinhas, as quilombolas, as acadêmicas, as parlamentares.

Através do *Fêmea*, em seus diferentes tipos de textos, notas e pautas, o movimento se informava sobre as peripécias que aconteciam no Legislativo. Não se tratava apenas de um veículo informativo, mas, acima de tudo, era uma ferramenta de mobilização para a ação, e era através de suas informações que nós, dos movimentos de mulheres e feministas, conquistávamos avanços e evitávamos muitos retrocessos no Congresso.

Como bem observou Gilda Cabral, “de um lado os labirintos do Congresso Nacional testemunhavam a atuação do *CFEMEA* e a sua teia de conexões, levando para Brasília o pulsar da luta pelos direitos das mulheres, e, de outro lado, o *Fêmea* devolvia os resultados desta ação por todo o país. Das metrópoles aos lugares recônditos, onde as estruturas patriarcais são mais fortes, o jornal contribuía para democratizar o debate sobre o que se passava no Congresso Nacional”.

Na década de 90, questões como sexualidade, corpo da mulher e saúde, violência doméstica e sexual, entre outros temas tabus, antes tratados apenas na esfera privada, foram publicizados pelo movimento feminista com uma linguagem inovadora e feminina, mas também contundente.

A visão crítica das organizações feministas e do movimento de mulheres e sua capacidade de proposta foram fundamentais para que os governos adquirissem compromissos e instrumentalizassem políticas, programas e ações voltadas para erradicar as desigualdades e as assimetrias entre homens e mulheres e, também, entre mulheres.

Com o aparecimento das ONGs, o movimento feminista brasileiro é marcado por outro tipo de militância, que trouxe, ao mesmo tempo, a profissionalização e a especialização do movimento como também o desafio de se manter fiel aos ideais de luta, sem se afastar das mulheres que se encontravam nos movimentos. Houve também o surgimento dos conselhos e das conferências, espaços onde se buscava incidir nas políticas públicas para garantir o direito das mulheres junto aos governos.

Esta década também é marcada pelo surgimento de (não tão) novos sujeitos políticos, como, notadamente, o movimento de mulheres negras, que ocupa a cena política nacional reafirmando suas questões específicas e exigindo de outros grupos sociais o reconhecimento de que o racismo estrutural e patriarcal promovia desigualdades, inclusive entre as mulheres. O *CFEMEA* aceitou o desafio de incorporar o tema na sua luta por direitos, mas é importante ressaltar que isto não foi feito sem conflitos e embates políticos, e a luta conjunta só foi e tem sido possível graças ao respeito às diferenças e a um processo de aprendizagem mútuo, o que permanece até hoje.

Depois de Beijing+5, em 2000, o movimento regional de mulheres se desarticulou de maneira visível em relação à incidência global e regional das Conferências Mundiais da ONU. Os espaços nacionais e outros espaços, como o Fórum Social Mundial, começaram a se tornar campos de articulação de novas propostas de intervenção das organizações de mulheres e feministas no âmbito regional. O *CFEMEA* esteve presente nesta agenda, juntando-se a outros movimentos, redes e articulações de mulheres, defendendo que a insígnia de “um outro mundo é possível” só seria verdadeira a partir da inclusão, na agenda do Fórum, das temáticas de gênero, raça, classe e orientação sexual, sem a qual não haveria democracia de fato.

Enfim, depois destes 30 anos fazendo acontecer, de travar tantas batalhas na busca por justiça social e equidade, a pergunta de

um milhão de dólares para o *CFEMEA* e para nós, ativistas da causa feminista, é a seguinte: o que já se alcançou em relação aos principais anseios e às necessidades nos idos dos anos 90? O que resta da histórica luta revolucionária e transformadora? O que foi feito de nossos sonhos e utopias? Ou, em última análise, o que e como fazer para que tudo tenha valido a pena? Vivemos tempos de retrocessos impensáveis, nos nossos piores pesadelos. Como não desistir frente à barbárie e garantir que nenhum poder opressor seja capaz de nos enfraquecer em nossos processos de resistência?

Não tenho as respostas, infelizmente, mas muitas inquietações.

Será que isso está na nossa capacidade de nos reinventarmos? Ou de amplificar o diálogo com os novos sujeitos políticos que adentraram a cena do feminismo contemporâneo? Ou ampliar nosso poder de escuta junto à essa nova geração de feministas, a qual há trinta anos tinha apenas como maior sonho navegar na nave da Xuxa e, hoje, encontra-se diante do desafio de dar respostas a si mesmas e à sociedade, com a responsabilidade de receber o legado e promover novas formas de mobilização e atuação, em tempos de ativismo digital, com as coisas fora de lugar e um novo modo de ver, pensar e agir, com novas noções de tempo e espaço, sem perder a essência do que foi pensado e produzido pela geração anterior? Ou tudo isso? Junto e misturado?

O mundo enfrenta hoje uma crise sem precedentes, de múltiplas dimensões, na qual as bestas do apocalipse, digo, do capitalismo, vêm encontrando formas de se reinventar.

No Brasil de hoje, somos violentadas pelos discursos de ódio, pelos retrocessos e pelas situações que não seríamos capazes de imaginar nos nossos piores pesadelos. Estamos vivendo uma guerra na qual os principais alvos são jovens, preferencialmente negros, mulheres e

transexuais. As estatísticas colocam o Brasil no alto do podium dessas atrocidades sobre os olhares complacentes de governos e governantes.

E, afinal, que mandou matar Marielle Franco?

A cada dia nos encontramos perplexas, exaustas, frustradas, com sentimentos de raiva e impotência que se misturam e entrelaçam, formando uma teia de (im)possibilidades.

Como vencer este momento e encontrar forças para resistir, avançar?

Nesse sentido, mais uma vez o *CFEMEA* inova ao dirigir sua atuação para uma política de cuidado e autocuidado como estratégia de luta e nos alerta a “cuidarmos umas das outras, cuidar de si mesma, deixarmo-nos ser cuidadas, retribuir o cuidado recebido, compartilhar as nossas emoções, os nossos achados na luta feminista e antirracista, as nossas dores e os caminhos para curá-las”.

É mais uma vez que o *CFEMEA*, do alto dos seus 30 anos de experiência, está chamando a atenção das antigas e alertando as mais jovens sobre a importante realidade de que necessitamos de mais do que coragem para lutar. Precisamos de mais afetos, mais tesão e mais leveza como formas de dar sentido à fala da poeta Conceição Evaristo: “eles combinaram de nos matar. Nós combinamos de não morrer”.

Em um momento de tanta perplexidade, impotência e dores, é hora de observarmos, nos observarmos, saber que que o que se anuncia são tempos muito duros, de embates, de perdas, de acirramentos, e, para nós, que viajamos há mais de trinta anos e para as que estão embarcando agora, é necessário saber que o tempo é dono de si mesmo e que nada é para já. Para a resistência, vamos precisar de muito respeito e afetos, por nós, entre nós e por todas as pessoas que, ao nosso lado, sonham que um outro mundo é possível e necessário.

E, se isto é utopia, queremos a utopia, e não fazemos por menos.

VIDA LONGA AO CFEMEA!!!!

Nilza Iraci – outubro de 2019





O que está em jogo quando decidimos existir?

Quando decidimos existir, está em jogo nossos corpos, que precisamos transitar pela cidade com plenitude.

Há horários, roupas, locais, companhias.

Para nossos corpos existirem na cidade, decidimos existir.

Está em jogo nossa decisão de ter ou não filhas, de sermos ou não mães.

E daí escutam os intermináveis manuais de conduta para nossas escolhas.

Para as escolhas que deviam ser nossas.

Como deve ser uma mãe.... Como não querer ser uma mãe...

Há tantas fórmulas e soluções. Quando decidimos existir criamos nossas fórmulas e soluções particulares... que são compartilhadas, divididas..., mas não impostas.

Quando decidimos existir faltam intermináveis horas em nossos dias. Muitas vezes a caminhada é solitária.

Para sermos quem desejamos temos que ser muitas que por vezes não queremos ser.

Quando decidimos existir está em jogo nossa permanência.

Está em jogo nossos nós. Está em jogo nossos limites.

Quando colocamos nossos corpos em jogo jogamos com nossas cicatrizes. Dançamos com nossas marcas. Desenhamos presentes possíveis no espaço.

Quando decidimos existir somos muitas.

Jana Azevedo

(Brasília – seca – outubro dos primeiros pingos de chuva- 2017)

“Eu sou porque nós somos”

O laço que une cada mulher ativista ao movimento de transformar o mundo é forte, nos dá sustentação e segurança para seguir nessa subversão coletiva de transformar o mundo ao mesmo tempo em que transformamos a nós mesmas. Eu sou, porque nós somos, “sou força porque todas nós somos, sigo porque seguiremos todas nós juntas!”, como declarou Marielle Franco. Porque é nos coletivos que cada uma de nós se alimenta para superar a imensa fragilidade que a individualidade, desprovida de vínculos, nos impõe.

Eu sou porque nós somos: Ubuntu! Essa palavra das línguas banto de origem sul-africana traduz um conceito, fala de uma ética de humanidade que na identidade feminista antirracista se traduz em ser mulher livre e dignificada, plasmando a nossa própria vida em reciprocidade com todas as pessoas. Significa reinventar a si mesma, “por mim, por nós, por todas”, inventando assim outras possibilidades de sermos e existirmos como mulheres em nossa diversidade, fora dos limites das opressões patriarcal, racista, etnocêntrica, heteronormativa.

Somos o movimento diverso e plural de muitas. Somos mistura, conflito em processamento, encontro de diferenças. No dizer das amazônidas: somos como as águas, crescemos quando nos encontramos. Somos também terreno híbrido, não raro áspero, de enfrentamento às desigualdades.